SÉCULO

Atualidade e Cultura

José Ozildo
Natal - RN
25-09-2002

Ano IV - Nº 4

Dezembro de 1999

Fundação Cultural
Padre João Maria

Fundação Cultural "Padre João Maria"
MANTENEDORA DO JORNAL "A VERDADE",
REVISTA *SÉCULO* E COLEÇÃO DE LIVROS - *CULTURA*
CGC 12 738 456/0001-32
Telefone: (084) 222-1529
Av. Floriano Peixoto, 381 "A" - Tirol
CEP 59020-110 - NATAL/RN

DIRETORIA

Presidente - Carlos Rosalvo de Oliveira Serrano
Vice-Presidente - Paulo Pereira dos Santos
Secretaria - Irmã Maria Geny Pereira Pontes
Primeiro Tesoureiro - Perônio Fernandes Cabral de Macêdo
Segundo Tesoureiro - Rosaldo Moreira de Aguiar
Contabilista - Flávio Cláudio Siminéia
Consultor Jurídico - Vivaldo de Lima
Consultor Doutrinário - Itamar de Souza
Diretora do Jornal - Auricéia Antunes de Lima

CONSELHO EDITORIAL
-Itamar de Souza – Coordenador
-Paulo Pereira dos Santos – Vice-Coordenador
-Jurandyr Navarro da Costa
-Rosaldo Moreira de Aguiar
-Enélio Petrovich
ASSESSORIA DA PRESIDÊNCIA
-Luiz G. M. Bezerra
-Jurandyr Navarro da Costa
-Francisco Dantas Guedes
-Cristalino Regalado Costa
CONSELHO FISCAL
Efetivos
- Eufran de Oliveira Lima
- Jairo Tonelli
- Maria Zélia Braz Gomes
Suplentes:
- Firmino Firmo de Moura
- Ernani Alves da Silveira
- José Gurgel Guará
CONSELHO CONSULTIVO:
- Lauro Gonçalves Bezerra
- Raimundo Nonato Costa
EDITOR
-Arlindo de Melo Freire
DIGITAÇÃO
-José Maria F. de Lima
EDITORAÇÃO ELETRÔNICA
-Edenildo Simões DRT - 614/RN
CAPA
-Rosáfico Dantas
FOTO
-Carlos Diógenes Silva
IMPRESSÃO
-Departamento Estadual de Imprensa - DEI

SUMÁRIO

01 - Apresentação .....

02 - Casamento ou União Fraterna 7

03 - Ação Social de Ulisses 11

04 - Non Omnis Moriar 19

05 - II Guerra em Natal 21

06 - Obras Socias 25

07 - Liberdade – Direitos Humanos 29

08 - Globalização: Riscos/Oportunidades 33

09 - Brasil tem Santos 37

10 - Fiscalização Orçamentária 45

11 - Sacerdote e Cientista 49

12 - Grandes Brasileiros 55

13 - Propriedades de Expressão 65

14 - Símbolo do Saber 69

15 - Seminários Seculares 71

16 - Discípulo Corrige Mestre 79

17 - Bíblia é Comunicação 83

18 - Globalização nos Esportes 93

19 - Iatismo Pioneiro 99

20 - Leite – Ouro Branco 103

21 - Faltam Recursos 107

22 - Jornais e Cooperativas 112

23 - Clero na Política 125

24 - Agradecimentos 149

Apresentação

O destaque maior, nesta edição, está em cima de um homem que durante toda a sua vida - pensou e agiu para que o Rio Grande do Norte tenha mais projeção social, política, cultural e econômica - apesar da longa história Estadual de atrazo e pouca significação.

Nas suas atividades diárias - Ulisses de Góes jamais esqueceu o seu compromisso de lutas, dedicação e persistência para conseguir meios necessários e indispensáveis para o homem/mulher serem felizes e poderem conquistar o bem-estar, através do trabalho, estudo e dedicação.

Para que isto seja compreendido - basta ver o que se encontra em numerosas páginas desta revista - sobre a vida e obra de Ulisses de Góes, desde a sua juventude, quando assumiu a determinação de vida - para fazer o que foi indispensável à coletividade potiguar, segundo os princípios da doutrina social adotados pela Igreja.

Na área da comunicação social, mesmo considerando que esta terminologia não existia em sua época - Ulisses de Góes recebeu e superou os desafios: sem recursos financeiros criou e manteve, com a cooperação de seus companheiros - cinco jornais, dos quais o último deles - A Verdade, está circulando há 10 anos.

No cooperativismo, também abriu novos caminhos, quando tudo parecia estar na fase de extinção, após os anos de efeitos positivos, antes da crise econômica no país.

Além disso, ele deixou outros exemplos, inclusive na área da educação, com a Escola de Comércio e Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais.

Isto e algo mais - significa que este homem abriu perspectivas para que outros ampliem os seus projetos, segundo as expectativas da coletividade.

Casamento ou União Estável?

Taumaturgo Rocha*

O texto constitucional brasileiro hojevigorante afirma proteção estatalao pequeno grupo constituído pela união de um homem e uma mulher, desde que ela seja estável. O ponto *"estabilidade"*, assim, à primeira vista, parece ser o garante da necessidade de proteção dessa espécie de grupo natural. Cabe, no entanto, formular alguns esclarecimentos.

Antes de tudo vale dizer que, seguindo com largo atraso na esteira ideológica da *"morte do casamento"*, esdrúxula e espuriamente nascida com a *"morte da família"*, o legislador constituinte se descurou de um aspecto importante: para garantir um mínimo de seriedade (ao menos isso) ao produto do seu esforço. Ele esqueceu de afirmar que a estabilidade da união deve implicar na sua singularidade. Sobre a matéria, entretanto, não deliberou o constituinte brasileiro à maneira do seu hormônio boliviano, que, no idioma de Cervantes, atentou para *"las reuniones liberas y singulares"*.

Certa, no particular, é a crença de muitos na seriedade de propósitos do constituinte brasileiro. Assim, por exemplo, CRETELLA JR, que assegura, nos seus comentários ao texto constitucional, vir reconhecida a união estável entre o homem e a mulher, como entidade familiar, nos termos da lei, desde que a estabilidade seja legítima. A ressalva faz sentido. Quem duvidar considere o pensamento de BIGI, dublê de professor e advogado, trazendo à cena dicotomia formada *"pelas relações concubinárias do povo"* e pelo *"concubinato da elite"*, aquelas sendo ditadas por razões econômicas e sociais, enquanto que este deriva da *"vontade de fraudar a união legítima"*. Quem duvidar passe a crer na voz insuspeita do mesmo CRETELLA JR, ele um propagador do remédio jurídico em apreço, haja vista a possibilidade de, na prática, um cônjuge ter família legítima, por haver casado perante as leis civis, ao mesmo tempo que mantenha família ilegítima paralela e estável.

Segundo entendimento do referido CRETELLA JR, essa *"união estável"* de que trata a Constituição de 1988 lembra o instituto do ***usus***, do antigo Direito Romano, que seria, nas suas palavras, *"união informal do homem e da mulher, consolidada a união depois de um ano de convivência, concretizando-se a* manus maritalis, *a não ser que ocorresse a* usurpatio trinoctii, *interrupção do* status *durante três noites consecutivas, quando, então, deixava se transformasse a união em* consortium. *Ao lado da* confarreatio *e da* coemptio, - insiste o falador autor - *o* usus *era o terceiro tipo de casamento admitido pelo Direito Romano, conforme a clássica e consagrada definição do jurisconsulto Modestino, no Digesto 23.2.1"*. Quanto ao ponto há de se ter opinião contraditória, se bem que a discussão em torno da historicidade da união estável como fonte matrimonial venha despropositada nesta

sede.

De fato, e aqui se busca apoio no ensinamento do notável VINCENZO ARANGIO-RUIZ. O *usus*, diferentemente do que acontece com a união estável, no modo em que a vê o direito brasileiro (constitucional e infraconstitucional), exerceu, no direito pré-clássico, uma função típica, qual a de suprir a *coemptio* em seus vícios ou falta. Isso significa que o *usus* não era regra. Muito menos que o usus fosse regra nos direitos clássicos e pós-clássico, fonte das instituições jurídicas atuais. Mais a mais, cabe ainda não esquecer ULPIANO, compilador da regra *"nuptias enin non concubinatus sed consemsus facit"*.

Nem tudo, porém, nessa matéria, ao contrário do que um apressado poderia concluir tem caráter negativo. O claudicar do legislador constituinte, revelado na expressão *"devendo a lei facilitar sua conversão em casamento"*, de uma certa perspectiva, vem em auxílio das pessoas desimpedidas e que formam um *"concubinato honesto"*, fruto, muito embora, da miséria e da ignorância, para usar expressão de EDGAR MOURA BITTENCOURT, lembrada por BIGI.

Dado objetivo que é, a família se mostra continente e conteúdo sociais. Essa a razão pela qual a instituição familiar apresenta a mesma sintomatologia da sociedade globalmente considerada. As relações familiares se mostram alteradas, à proporção em que se transformam todas as manifestações de cunho social. Ditas manifestações normalmente vestem um manto comportamental ou de conduta. E já que o direito, linha de princípio, é uma experiência regulamentadora da conduta humana, tudo o que se passa no mundo da conduta a ele diz respeito. Consequentemente, diz respeito também à ciência do direito, se bem que de um modo reflexo.

O esforço de pensar a família, na perspectiva da ciência do direito, tem conduzido teóricos (e práticos) a longas (algumas estéreis) discussões sobre a natureza jurídica do casamento. Tantas as definições apreciadas, que se estabeleceu uma grande confusão, desde o posicionamento romano, com MODESTINO e ULPIANO, até a visão mais atual. Desse esforço, no entanto, restou, para os herdeiros da tradição jurídica continental, e é bem o caso do Brasil, uma espécie de fundamento conceitual, na linha de MODESTINO, trazida pelo *Digesto:* o casamento pode ser considerado a *conjunctio maris et feminae, consortium omnis vitae, divini et humani juris communicatio.* Nada que defira muito de ULPIANO: o casamento é *viri et mulieris conjunctio individuam vitae consuetudinem continens*. Em ambos, pois, faz-se presente o conceito de vínculo, liame, ligadura, conjunção *(conjunctio)* entre um homem e uma mulher (como sempre foi, desde o início, na expressão bíblica, apesar de algumas idéias exóticas - poucas, felizmente - em sentido diverso). Esses são conceitos que atravessaram os tempos e se sagram ainda hoje. Tanto é verdadeira a assertiva que, não faz muito, CAIO MÁRIO continua falando em *"união de duas pessoas de sexo diferentes, realizando uma integração físico-psíquica permanente"*.

Um jurista brasileiro de renome, emérito professor de Direito Civil na Universidade da Bahia, pode, no entanto, ser responsabilizado, na terra brasílica, pela redução de prestígio que sentem as posições vincularistas. Trata-se de ORLANDO GOMES, cujos seguidores, na prática, constituem a quase unanimidade dos que elaboram o Direito de Família no Brasil; e no Brasil laboram com o Direito de Família. Esse autor, linha

de princípio, não se esquece de apontar o que lhe parece ser um defeito, qual a plurivocidade do vocábulo casamento, resultante da distinção entre casamento como **status** (vínculo) e casamento como ato constitutivo da família. Parece, assim, que toda a confusão decorreria do liame com que muitos pretendem ligar o Direito Civil ao Direito Canônico. Daí o autor em referência perceber uma nítida separação, no plano estrutural, entre o casamento civil (laico e o casamento canônico (confessional). A distinção entre um e outro, ou a diferença entre um, regime e outro, seria tão profunda, a ponto de impedir aproximações disciplinares.

Acresça-se ainda que nelas ele desenha um rosto eclético de múltiplas concessões, como máscara onde ressoam vozes de essência institucionalista, aliadas a uma proposta de natureza contratualista, pelo que ele mesmo fala de um instituto híbrido: *"contrato, na formação; instituição, no conteúdo"*. Semelhante ecletismo advém do fato de existirem, no campo doutrinário do direito matrimonial, duas grandes correntes: uma contratualista e outra institucionalista. A primeira oferece ao casamento uma roupagem exclusiva de lógica jurídico-formal. A outra lhe dá conotação apenas sociológica (não jurídica). Enquanto a última pecaria por fugir ao esquema de interpretação jurídica, aquela enveredaria por sinuosidades teóricas - suma contradição - derivadas do direito canônico, ao falarem de um, contrato especial, ou de um contrato **sui generis**, ou de um contrato com feição especial.

Também é fato que, hoje, no Brasil, cresce uma nova derivação teórica, posicionamento ocupado com o que seus cultores chamam de superdimensionamento do aspecto volitivo (para eles a vontade é uma categoria psicológica, pelo que não pode ser uma categoria jurídica). Dessa corrente afora que, além de renegar qualquer herança voluntarista, ela cria raízes em sítios estruturalistas, valorizando o aspecto essencialmente negocial do casamento, nas perspectivas de existência, validade e eficácia.

Visto, ainda que brevemente, o elenco de opiniões sobre a natureza jurídica do casamento, rememore-se a circunstância de uns tantos jus-espistemólogos, aqueles surgidos na era contemporânea, costumarem afirmar que o ponto de partida de toda perquirição científico jurídica é sempre a visão da ciência do direito como sendo de caráter normativo. Ou seja, há uma imprescindibilidade da norma para o jurista. Sendo assim, caso ele pretenda observar o instituto do casamento, na norma residirá a plataforma de lançamento para os seus vôos. Deste modo, quando ele fala em casamento está falando em conduta humana regulada e descrita normativamente, porque é a norma de Direito que infunde significação (jurídica) à conduta humana.

Na linha de pensamento desses epistemólogos, a quem o ambiente brasileiro tanto aplaude, o positivismo jurídico se transforma na coluna científica do direito. Nessa linha de pensar, o jusnaturalismo seria apenas ideologia, e essa mesma inaceitável. Seguí-la é considerar que a primeira indagação sobre o casamento será, na realidade, uma pergunta sobre a existência, *hic et nunc,* de norma jurídica que permita a indagação sobre o *"quid juris"*.

De qualquer modo, no plano da objetividade (ordenamento jurídico positivo brasileiro), existe a norma sobre o casamento. Existe, aqui e agora. E existe pluralmente, em diversos patamares, de várias perspectivas, descrevendo condutas enfeixadas na biografia humana em geral. Existe na Constituição da República, onde se pode

ver que as palavras constitucionais pensam (a norma é juízo, é pensamento que pensa) o modo segundo o qual um homem e uma mulher anunciam a pretensão (casamento como ato negocial) de se unir, com a finalidade de procriação e educação de filhos; mas (e principalmente) também com o intuito de experimentar, em função do bem comum de ambos; e dos filhos; e da sociedade, uma comunhão de vida (casamento como *status*), a mais íntima possível.

Sabe-se que a norma em questão não se mostra expressamente formulada sob a roupagem de qualquer regra de direito presente na Carta Magna. Nem por isso ela deixa de vir formulada. Quanto mais não seja, sua formulação é notada porque no texto constitucional se faz presente o vocábulo "casamento", que, como muitos outros vocábulos constitutivos do discurso normativo, é uma expressão rica de significado jurídico, cabendo aos juristas interpretá-la. Além do mais, se a norma é juízo, também é conceito (a norma é pensamento pensado). E não se esqueça que, minguando definição legal (em sentido amplo), a instância de objetividade da norma passa a residir na conceituação doutrinária. A conceituação doutrinária ganha força quando passa a ser fonte de onde promana essa objetividade, à medida em que a dogmática, se valendo da filosofia jurídica, passa a ser o único lugar discursivo onde se descobrem os *"princípios gerais do direito"*. Ganha força, ainda, porque a lei (em sentido geral, como em significado particular) não dispõe de energia bastante para fazer mais do que simplesmente poderia fazer, no caso: expressar graficamente a verdade do matrimônio como fundamento da família. Resulta, pois, que quando o Estado Brasileiro não mais reconhece, em letras de forma, que a família é fundada no casamento, mesmo assim o faz implicitamente, não há dúvida, posto o legislador constituinte - ficou visto antes - ter admitido que a *"união estável"* não é bastante e suficiente para fincar solidamente a família.

História da Ação Social consegue maior dimensão com atuação de Ulisses

Ao ser entrevistado a 16 de agosto de 1982 - pelo Arcebispo Emérito de Natal, Dom Nivaldo Monte e a assistente-social Lourdes Miranda, o prof. Ulisses de Góes deixou registrados fatos de grande importância para a história da ação Social. Esta matéria inédita foi encaminhada à revista Século, com exclusividade, pela ex-diretora da escola de Serviço Social - Lourdes Miranda.

Lourdes Miranda

ENTREVISTA

Prof. Ulisses: gostaríamos que nos falasse sobre as suas lembranças mais antigas em relação à Igreja de Natal, à Congregação Mariana e à escola de Serviço Social.

Prof. Ulisses - Acompanhei os preparativos da Escola de Serviço Social. Lembro-me de reuniões na Escola de Comércio, ali na rua João Pessoa, com Aluísio Alves, no tempo da Legião Brasileira de Assistência e do Serviço de Redução e Assistência Social. O Serviço Social iria prestar uma grande colaboração. Era o início do ensino superior. Porque tínhamos a Faculdade de Filosofia, não sei se antes ou depois. O que sei era o que havia neste sentido. Depois, Luiz Soares, com Dr. Ramires, muito interessados na fundação da Escola de Farmácia, foi quem, com a criação da Universidade, o Dr. Lody muito amigo de Dr. Onofre, trabalhou para que se incluísse também a Faculdade de Odontologia. Foi uma luta para se conseguir o reconhecimento da Escola de Serviço Social. Igual a luta de sociologia. No início acompanhei com muito interesse. E para nós que trabalhávamos nas Obras Sociais a fundação da Escola era uma alegria.

Em 1935, quando Pio XI fez uma carta ao Episcopado Brasileiro, dando o seu ponto de vista sobre a Ação Católica apelando para os Bispos do Brasil para os leigos, Dom Marcolino designou o Padre Monte: "Você vai ser o coordenador, Pe. Monte". E ele entrou em ação organizando a Juventude e as Senhoras, fazendo círculos de estudos na Congregação Mariana, preparando os jovens e os homens. D. Marcolino disse: "Façam até quando virem que é tempo de fundar, de organizar os homens". E exatamente, com três anos de preparação,

os homens foram organizados. Otto Guerra prestou um grande serviço e, Veras, também fazendo a propaganda. Organizou-se a Juventude Masculina sendo o Assistente Eclesiástico, o Pe. Eugênio Sales, capelão do Colégio Santo Antônio. E Pe. Pereira Neto, Salesiano, o Assistente dos homens, sendo Otto Guerra o Presidente. Vemos como tudo isto estava ligado - Cgo. Monte, um grande colaborador, através da imprensa e de conferências pronunciadas. Houve um grande entrosamento no início da Escola de Serviço Social com este Movimento de Ação Católica, exatamente era o lado social.

Só posso alegrar-me muito com tudo isso. D. Nivaldo, com a morte do sábio e santo Pe. Monte, foi o sucessor na Congregação Mariana. Lembro-me bem que na ordenação dele (e de Mons. Eymard) a Congregação Mariana recebeu-o em festa. Interessante verificar que, com a morte de Pe. Monte, ele que o tinha substituído na Direção da Congregação, quem a Congregação estava ligada.

É admirável toda essa história!

Jornais abriram novos caminhos

Prof. Ulisses de Góis

Dom Nivaldo - Prof. Ulisses: Lendo as suas memórias vi que o senhor falava sobre objetivos da Congregação Mariana, no seu início. Chamou-me a atenção o fato dos dois primeiros serem nitidamente religiosos, mas os dois últimos, culturais e sociais. Que diz a respeito disto?

Prof. Ulisses - É que Dom Antônio dos Santos Cabral tinha a preocupação de não dizer que a Congregação Mariana era só para rezar, mas que havia um trabalho social.

Logo antes da Escola de Comércio, a Congregação organizou um Curso, ali vizinho da Igreja de Santo Antônio, ministrado por adesionistas da Congregação, por mim e outros mais antigos, constando de aulas de Música, Português, Matemática e Contabilidade. De maneira que dom Antônio se preocupava com o lado externo, da atividade social da Congregação. E

tivemos a cooperação preciosa do professorado. Lembro-me de Moisés Soares que era o único formado em Ciências contábeis; era formado na Suíça. Pimentel e todos os guarda-livros, naquele tempo, uma meia dúzia. Dr. Alberto Roseli ficou na direção da Escola de Comércio. Ferreira de Souza, Pe. Pedro Barbosa e João Tibúrcio, o Mestre do Vernáculo, que bem imenso fizeram! Os professores aquiesceram ao convite de D. Antônio para trabalharem de graça e assim surgiu a Escola de Comércio. Otto guerra deu a disposição e a Assembléia Legislativa não somente aprovou o ato mas reconheceu a Escola de utilidade pública.

D. Nivaldo - Prof. Ulisses - Há quantos anos a cultura era um dos objetivos específicos da Congregação! Não era somente para rezar mas para promover. A Congregação criou um semanário chamado "A Palavra". Que nos diz a respeito desse jornal?

Prof. Ulisses - D. Antônio havia organizado uma pequena tipografia para publicar o "Boletim", que dava conhecimento ao público do que tinha arrecadado para construção da Catedral que ela havia iniciado. E, então, a Congregação incentivada por ele, fundou o seminário "A Palavra". E quando, em 1922, "o Boletim" deixou de circular, a Congregação ficou utilizando a oficina e sempre no desejo de ter uma coisa melhor. Chegando em 1923, Dom José Pereira Alves organizou o "Diário". Entregamos a pequenas gráfica ao "Diário". De modo que o acervo que ainda resta, ali está. O "Diário de Natal" posteriormente circulou com o nome de "A Ordem". "A Palavra" circulou de julho de 1921 a outubro de 1924, publicados 24 números. Tenho a coleção e o último número traz a coleção de grau da Escola de Comércio. É a

A VERDADE

Ulisses de Góes
O Jornalista

Comemorados
10 anos d'A Verdade

Este é o quinto jornal católico editado no século 20.

colação de grau da 1ª Turma, com cinco diplomados, estando D. José ao lado de José Augusto, presidindo; sendo Alberto Roselli paraninfo. E a 2ª Turma, Nilo Pereira, contabilista, foi o orador e José Augusto, paraninfo. Da 3ª Turma, Filipe Neri.

L. Miranda - Ainda na época de dom Antônio dos Santos Cabral se fala de um semanário "fé e luz". O Sr. se lembra?

Prof. Ulisses - Padre Mata, Diretor do Colégio Santo Antônio, criou antes de "A Palavra", o mensário "FÉ E LUZ". Mas, com a circulação do "Diário de Natal", desapareceu.

D. Nivaldo - O Padre João Maria também possuía um jornal. Que diz sobre ele?

Prof. Ulisses - O Jornal se chamava "Oito de Setembro". Quando ele o abria, exclamava: "Hoje é o meu oitão". Era muito entusiasmado. João Soares foi o seu grande colaborador. Vi o Pe. João Maria pela primeira vez quando minha avó foi tratar de uma Missa de 7° dia de um tio meu. Na entrada do consultório o Pe. João Maria falou com ela e me abençoou. Pois bem, no dia 16 de outubro daquele mesmo ano (1905), faleceu. E não tinha ares de quem ia morrer. Visitei-o como aluno da Escola Prof. Zuza. Quando ele morreu fechei a Escola e com os alunos todos fomos vê-lo no Monte. Lembro-me daquele povo todo, aquela curiosidade e o enterro. Fiquei olhando da porta da Igreja, não o acompanhei. Eu morava na Praça André de Albuquerque. A oficina que fazia o "Oito de Setembro" funcionava no consultório da Catedral, mas o jornal desapareceu depois de sua morte. Esta oficina ainda ficou fazendo alguns trabalhos. Aliás, a gente podia ter aproveitado o nome do jornal. Não sei o n° talvez, Boanerges Soares pudesse dizer. Foi no dia 08 de setembro o início da circulação. Depois da morte do Pe. João Maria foi publicada uma Poliantéa muito bonita. Vê-se como a imprensa católica é necessária!

L. Miranda - Há uma indicação do tempo de Dom Antônio dos Santos Cabral sobre "O Boletim de Natal" - 1° Órgão Oficial da Diocese. Que diz sobre ele?

Prof. Ulisses - Dava informações sobre o movimento da Diocese e também sobre os donativos para a construção da Catedral. Não sei se alguma coisa ficou na Cúria. É como o acervo da Escola de Comércio Feminina que também desapareceu.

L. Miranda - Fale sobre a Escola de Comércio feminina

Prof. Ulisses - Dom Antônio fundou a Escola de Comércio masculina em 08.9.1919 e em janeiro de 1920, a feminina. E tendo adquirido a chácara lá na Rua Apodi, mudou-se e o Palácio Episcopal foi a sede da Escola Feminina de Comércio. Criou a Aliança Feminina, tipo Sociedade Norte-rio-grandense de Ensino. Mantinha a Escola um Instituto de Moça Solteiras que vinham do interior e uma Escola Operária e Recreativa de Moças. A primeira Diretora foi Alizira O'Grady, depois Melle Julia. Quando D. Marcolino chegou e se instalou no Palácio Episcopal. A Escola foi para a casa de Avelino Freire, por trás da Escola Doméstica. A Escola funcionou até quando veio a reforma do ensino em 1930 e ela não teve condições de se adaptar. Mas o colégio da Imaculada fundou o Curso comercial e depois, o Colégio das Neves, também. De maneira que, as moças que quiseram seguir o estudo comercial puderam fazê-lo em um dos colégios mencionados. A Feminina, portanto, não foi reconhecida, mas a Lei da Reforma do Ensino permitiu que todas aquelas que fossem diplomadas pelo Instituto, que era de Utilidade Pública, como era a Escola de Comércio, podiam registrar os seus diplomas. Lembro-me bem de Isaura Gouveia que foi uma das Diretoras. Marieta Guerra, moça inteligente, uma das mais brilhantes que passaram pela Escola diplomada por lá. Maria Abreu também foi aluna. Tive a graça de ser professor de Marieta Guerra e Otto Guerra - de catecismo. Isto é uma glória.

Educação para excluídos

L. Miranda - E uma Escola São Vicente de Paulo para meninos pobres?

Prof. Ulisses - Foi organizada pela Congregação Mariana. Quando Dom Antônio instalou a congregação, estava tratando da organização da Escola de Gazeteiros. No dia 19.07.1918 foi instalada a Escola de São Vicente para meninos carentes. Funcionou durante muitos anos. Depois, veio esta obra de alfabetização e a Congregação fundou escolas no Paço da Pátria e no Alto do Juruá. Manoel de Brito foi professor na Escola de Adultos, na Capela de São Francisco em Areia Preta. Ele se honra muito disso. Ganhava 300mil réis do Governo Federal. E Manoel de Brito me fala sempre que depois que começou a ter tendências políticas não gostaram muito e quase que era demitido, porque não deu a sua adesão.

D. Nivaldo - Professor Ulisses, eu era criança e me lembro que havia também uma Escola de Gazeteiros, ali pertinho da Igreja Nova. Parece que até os próprios alunos da Escola de comércio e Congregados Marianos davam aula. Um dia VI Orígenes dando aula. Que diz o senhor sobre isso?

Prof. Ulisses - Dali os edifícios públicos todos, em ruínas. O Governo passou a funcionar no Ateneu e apelou para a congregação ceder se sede para funcionar o Tribunal de Justiça. E o Instituto Histórico estava fechada porque estava arruinado, mas a parte detrás estava mais ou menos. Então, para lá foi a Escola com Orígenes, professor. e outros. Eram 30 gazeteiros. Pedro Alcântara foi professor.

D. Nivaldo - Quais os objetivos específicos da Alianças?

Prof. Ulisses - Aproximar as senhoras como depois a Ação Católica fez. Dom Antônio tinha o desejo que as senhoras da sociedade fizessem parte. Ele mesmo ministrou um Curso de Apologética. Havia semi-internato para moças. A Escola funcionava à tarde. Não sei em que casa foi o internato para as moças. Depois, vieram as Irmãs de Caridade. Houve também internato. E Escola de Operárias. Foi um grande trabalho deste sentindo.

D. Nivaldo - Em muitas coisas Natal teve um certo pioneirismo. Então, eu ouvia falar muito em Sinfrônio Barreto e Juvino Barreto. Principalmente uma fábrica de tecidos em que dizia que Juvino aplicava bem a "Rerum Novarum". Que pode nos dizer?

Prof. Ulisses - Pela sua característica de vicentino foi o fundador da Conferência Vicentina de Nossa Senhora d'Apresentação, que vai fazer 100 anos. Ele, Pe. João Maria, Diretor Espiritual. O interesse que ele tinha exatamente pela

Inglaterra, de onde trouxe as máquinas. Naquele tempo tudo era importado muito barato. A luta para ele conseguir comprar aquela mescla da algodão, para fazer roupa para s trabalhadores. Ele chegava com a peça e dava de graça, aceite isso, será um mil réis o metro. Quem tinha artigo da Inglaterra ia comprar coisa feita em Natal? Aí a fábrica desapareceu. Depois dele morto os filhos tomaram conhecimento, mas terminou se extinguindo e vendendo-se como ferro velho. Foi uma grande falta. (Sinfrônio vivia na Igreja de Santo Antônio).

L. Miranda - E a Congregação Mariana?

Prof. Ulisses - começou com 15 rapazes. O primeiro presidente e quase único fui eu. Quando a congregação ia completar 50 anos eu disse não poder continuar. Fui eleito por aclamação. O Manual permitia que se nomeasse; então, fiz questão. Na ata consta aclamação, mas foi imposição. Hoje, é democracia que é uma coisa muito bonita. Melhorei muito minha mentalidade com o Concílio Vaticano II. Eu era Presidente mas outros elementos se destacaram, como Otto Guerra e Veras. E tínhamos obediência à hierarquia da Igreja.

Incentivo de Vargas pelo Cooperativismo

L. Miranda - E as Cooperativas de Crédito?

Prof. Ulisses - Foi um fim doloroso. Cooperativismo é o Evangelho em ação. Portanto, movimento mundial. Os pioneiros, na Inglaterra, no meio daquela opulência toda. Fundou-se uma Cooperativa de Consumo. O Brasil começou a sentir essa influência. Felício dos Santos, pela União do Rio, um grande trabalho; Carlos Alberto de Menezes, em Camaragibe, antes de haver a Lei, em 1900, ele já punha em prática os ensinamentos de Leão XIII, em Goiana, em Pernambuco, antes da Lei, fundou uma Cooperativa. Chegou a Natal em 1900 com Tércio Rosado, em Mossoró; em 1910, tentou este movimento, mas não vingou. Heráclito Vilar em 1925 fundou a Caixa Rural de Ceará Mirim e de São José de Mipibu. Vem Dom José Pereira Alves entusiasmado com a idéia, quando visitava a Caixa do Rio de Janeiro e de Alagoas e voltava entusiasmado com as mesmas. E no Rio Grande do Sul o Arcebispo que era alemão (lá ficava a Central das Caixas Rurais). A Caixa Rural foi fundada no RS em 1906. A Congregação, querendo fazer alguma coisa, mas a pobreza era grande. Mesquita foi o comerciante que deu 20 mil réis para iniciar. Tudo era tentativa. Naquele tempo, os homens importantes eram nações. Então, eu disse. Dom José, o que é que eu faço? Não peça certidão. Enfrente. Funda-se a Caixa Rural sem capital, no dia 1°/12. A Escola Doméstica promove um festival no Teatro, entrada 5 mil réis, em benefício da Caixa e fez uma depósito inicial da Cooperativa, com 5 contos de réis. Dinheiro inicial da Cooperativa. Depósito muito abençoado. O primeiro empréstimo concedido foi para consertar uma casa na Princesa Isabel.

Na mãe de Joel de Brito, 500 mil réis. E com esse dinheiro ela dividiu a casa, alugou a Vitoriano a metade e ficou morando no resto. A lei 0907 - criação da Caixa - Dom José fazendo um apelo.

As Paróquias, fundaram, também, as Caixas Rurais mais com Caixas Rurais mas com assistências dos Vigários. Dom José sugeriu criar uma Comissão Central: Heráclito, presidente, e a Caixa Rural, órgão técnico, e começaram a sugerir: Lages, Açu, Canguaretama, Nova Cruz, Santana dos Matos e a última em Currais Novos, em 1929. E com as duas da Capital: Rocas e Alecrim. As Caixas.

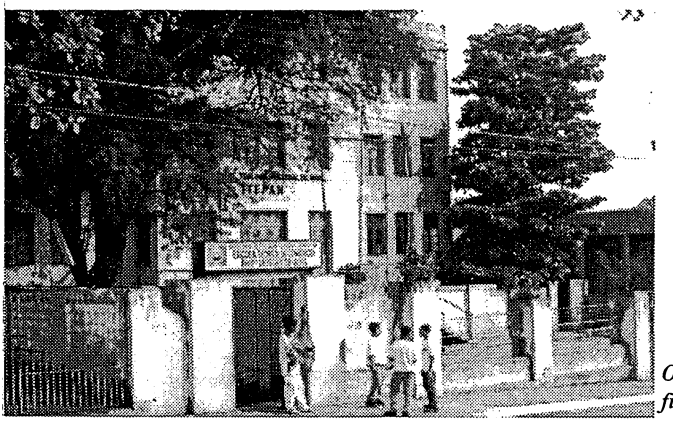
Em 1930, Dioclécio Duarte, Diretor da cultura do Governo de Rafael, foi vendo este movimento e se entusiasmou e pediu a Rafael e Aldo oficializar. Criou-se a Assistência ao Cooperativismo em 1937. De acordo com a Diocese, Dom Marcolino, os membros da Comissão Central integraram a Comissão de Assistência Oficial que deixou de existir. Aí começou um bonito movimento: Aldo e Rafael visitando o interior e participando. E assim quase todos os Municípios não mais com Caixas Rurais mas com Caixas Agro-pecuárias, com capital, cotas de cinqüenta mil réis. E se fundaram em quase todos os Municípios. Este movimento continuou muito bem. Mas começaram a notar o caráter confessional do movimento não estava bem, com certos elementos do Ministério da Agricultura, já contrários. Em 1932 veio uma nova Lei, tirou-se o caráter confessional, mas houve liberdade de associação. Depois, Getúlio chama Apolônio Sales para ser Ministro da Agricultura. Getúlio disse: nunca recebi tanto telegrama como quando convidei Apolônio para ser Ministro da Agricultura. Era o ministro do Cooperativismo, Getúlio aderiu ao Cooperativismo. Quando alguém pedia um auxílio ele dizia: organizem-se em cooperativas. Apolônio reuniu todos os diretores de Departamentos e Veras, neste meio, foi para o Rio e fez-se uma Lei magnífica.

Só aí que a nossa Cooperativa pode se transformar em Central de Crédito, pela ótima legislação que nós tivemos. Quando Getúlio morreu, uma das primeiras coisas feitas foi revogar a Lei, tão boa, e fazer voltar a Lei de 1932, portanto, em vez da gente ir para frente, para trás. Cria-se a SUMOC, A CUMOC não via com bons olhos as Cooperativas de Crédito e achava que elas deviam ser do âmbito do Ministério da Fazenda. Mas alguns Ministros não admitiam. Há 16 anos se cogitava a criação do Banco Central. Em 65, no Governo de Castelo Branco...

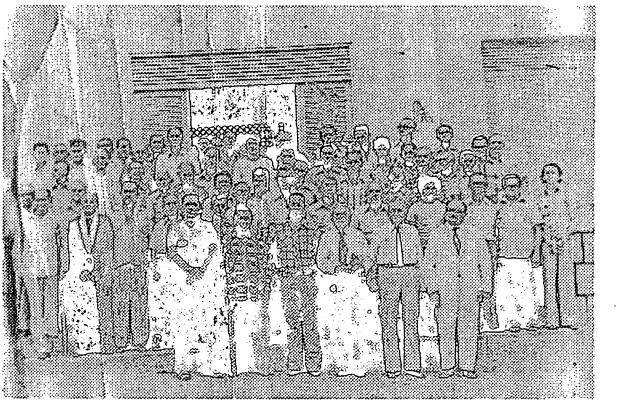
Nos congressos de cooperativismo subordinadas ao Banco Nacional de Crédito Cooperativo, pois era para isto que ele havia sido criada. Mostravam-se as vantagens. Era diferente a estrutura da Cooperativa e de um banco. O projeto foi logo matando as Cooperativas, que só podiam operar depois de 3 meses de associados.

Ulisses Guimarães, deputado, grande defensor das Cooperativas em São Paulo, apresentou um substituto: que as Cooperativas seriam como os Bancos e as Caixas Econômicas, instituições financeiras, gozando das mesmas regalias. Teriam representantes no Conselho Monetário como tinham os Bancos. Mereci a graça de ser o representante pelas Cooperativas reunidas na União Nacional da Cooperativas. Indicaram meu nome ao Banco Central. Breno Nogueira era o Presidente neste tempo. Eram 20 órgãos representados. O Banco Central que era executor da Lei começou a não cumprir a Lei. Não queria que as Cooperativas recebessem depósitos do Público. Ora, se nós éramos bancos vejam que perigo! O próprio Banco Cooperativo votou contra

as Cooperativas. Veio daí a determinação do Banco Central que as Cooperativas restituíssem os depósitos. Tínhamos muitos depósitos, de um milhão de cruzeiros (7), uns 300 ou 400. Houve uma determinação para devolver dentro de 30 dias. O Presidente do Banco Central que era Gouveia, hoje, Ministro da Fazenda, na Escola Superior de Guerra, diante de figuras ilustres, disse: "Já acabei com 600 cooperativas de crédito e acabaria com o resto". E não teve uma voz em defesa. Quando a Lei estava de pé, ainda fui reorganizado. Participei de 19 reuniões, tendo sempre a prudência devida, pois vivíamos em regime de exceção. Começou tendo duas reuniões por mês, depois, uma. Continuava a representação, mas inócua. Ficaram só as Associações de Crédito mútuo, como a da Legião, a dos Professores, que vive perseguida. Severina Porpino teve uma grande cooperação das Escolas do interior. Fui portador de um apelo para as cooperativas funcionarem. Assinado por dom Eugênio, Otto Guerra e outras figuras. Os Bancos pequenos se diziam lesados. As financeiras entraram no regime para extinguir os dos bancos pequenos e as cooperativas.



O edifício/escola que ficou para a história.



Os congregados marianos marcaram tempo e espaço.

Non Omnis Moriar

Padre Luiz Monte

Se não existe alma, donde a energia psíquica?

Se o espírito é alguma coisa de material, a energia anímica fatalmente havia de processar-se à custa da energia química, transformando-se em energia calórica ou elétrica.

Concedendo-se que a alma seja uma forma material, os fenômenos do pensamento e da consciência poderiam caber dentro dos moldes duma equação energética: a equivalência psíquica do trabalho químico e a equivalência calórico-elétrica do trabalho psíquico. Estudemo-los.

Equivalente Psíquico do Trabalho Químico

Todos sabemos que a atividade dos centros nervosos é de natureza química e que os atos puramente psíquicos são acompanhados por fenômenos de decomposição autocatalítica de massa nervina. O que à primeira vista parece justificar a existência do equivalente psíquico do trabalho químico. Seria concluir de mais. Para que a equivalência se verificasse era imprescindível que a transformação da massa em atos intelectuais se processasse segundo às leis da termo-química de Berthelot. Ora, a experiência demonstra que o aumento da atividade química não coincide com um aumento **equivalente** da entidade psíquica. Bastaria lembrar que após os fartos repastos, quando as interações humorais atingem a um máximo da atividade química, o cérebro se sente menos ativo para os trabalhos puramente intelectuais. As destituições químicas autocatalíticas, que acompanham os atos psíquicos, fazem parte, apenas da série das chamadas "concomitantes fisiológicas do trabalho mental". E não poderia deixar de ser assim. Se a atividade química da massa nervina fôra a causa dos fenômenos psíquicos, o homem pensaria não só pelo cérebro, mas também por todos os órgãos, pois por todos eles se espelham os cordões e plexos nervosos. Logo...

Haverá um Equivalente Elétrico do Trabalho Psíquico?

Que o ato do pensamento e as operações puramente intelectuais condicionem a fenômenos de natureza elétrica, é pacífico em fisiologia. Ninguém desconhece que no estado de narcose profunda, com o desaparecimento da atividade cerebral, há uma diminuição dos fenômenos elétricos concumitantes. Tanto mais profundamente mergulha o cérebro no abismo nercótico, quanto menos intenso será o débito do fluxo elétrico. É da maior evidência a relação de concomitância. Para que se constate, porém, relações de efeito para a causa, entre o fenômeno elétrico e a gênese da atividade psíquica, faz-se limites de uma equação elétro-energética de que a lei de Ohm é a expressão experimental. Ora, as penosas e acuradas experimentações de Beck, Horsley, Cybulsk e Chauveu, autorizam uma conclusão polarmente

diversa: não se constata a existência de um equivalente elétrico do trabalho psíquico. O fato de a narcose profunda provocar uma baixa de nível no potencial, resulta não da inatividade cerebral e psíquica; mas, da supressão de fenômenos da vida de relação e de atividade fisiológica, resultante do estado narcótico. Em suma a ciência moderna reconhece experimentalmente um equivalente químico do trabalho elétrico; não, porém um equivalente elétrico do trabalho psíquico.

Justifica-se a Equivalência Térmica?

As célebres experiências de Atwater, que magnificamente resultaram em relação ao trabalho muscular, afirma Ioteyko, foram plenamente negativas em se tratando do trabalho intelectual e psíquico. O dinamômetro e o ergógrafo revelam, é verdade, que a excitação dos sentidos determina uma aumento de energia mecânica e consequentemente de energia calórica. Igualmente não se pode por em dúvida que o **ato de consciência**, seja acompanhado de transformações de energia. Fatos como esses poderiam sancionar a teoria de que a sensação tenha um equivalente térmico.

Se o pensamento e os atos puramente intelectuais tivessem um equivalente calórico, deveriam ser regidos pela lei da conservação da energia, de Mayer. Não só posteriormente se verificou com toda evidência experimental que o trabalho puramente intelectual não se processa segundo a lei da termo-dinâmica de Mayer; mas também, que nos fatos acima mencionados há erro de interpretação de fenômenos. Efetivamente. O aumento de energia térmica na sensação resulta da **difusão da excitação** até os centros psíquicos-motores e da concomitância dos fenômenos provocados pela excitação dos nervos sensitivos. Igualmente, chegou-se à evidência de que a transformação de energia durante o ato de consciência, defluia da tensão muscular sob a influência da atenção encontrada. À medida que melhoraram os meios de investigação experimental, a ciência mais se sente autorizada a negar a equivalência térmica do trabalho psíquico.

Podemos concluir: aos atos de consciência e às manifestações puramente intelectuais, embora acompanhem fenômenos concomitantes de transformações, de calor e de eletricidade; contudo, não possuem equivalentes químico, térmico e elétrico, fugindo assim às expressões matemáticas de toda e qualquer equação energética.

Há em nós, alguma coisa simples e não material, que subsiste. Não pode acabar-se, nem pela desagregação das partes por ser substancialmente simples; nem pela corrupção concomitante do todo somático por fugir às leis das transformações energéticas.

Fonte: Antologia do Padre Monte, vol. . 01

Os americanos em Natal - 2ª Guerra Mundial

Protásio de Melo*

A 2ª guerra mundial, que durou de 1939 até 1945, recebeu a adesão do Brasil em 1942, tendo como razão principal o torpedeamento de navios brasileiros no Atlântico sul. E Natal, como ponto mais perto da África, se apresentava como o local ideal para um "trampolim", como depois foi chamada, para atingir os nossos inimigos na Europa e no Japão.

Em 1941 chegou o primeiro "olheiro" americano, o sr. Marshall Jamesson que veio, viu e gostou do local, tendo a ocupação de Parnamirim começado com a chegada da primeira Fortaleza Voadora em nossa terra. Nossa Base passaria então a ser usada pelas Forças do Exército, Marinha e Aeronáutica dos Estados Unidos da América do Norte.

E nasceu logo o grande entendimento entre os dois países. O ministro da Guerra, no momento o General Eurico Gaspar Dutra, chegou a se referir a isso pela imprensa do sul do país. Começava assim aquele auxílio mútuo, que iria até o fim do conflito, na maior Base Militar do mundo, superada em tamanho, só depois, na Ilha de Guem, hoje ocupada pelos Estados Unidos, na guerra contra o Japão.

No dia 28 de janeiro de 1943, o Presidente Vargas encontrou-se com o Presidente Norte Americano, Frankilin Delano Roosevelt, em Natal, quando forma ratificados os célebres acordos entre seus respectivos governos, tendo ambos visitado a cidade e a Base de Parnamirim, demoradamente.

Natal, uma cidade pequena, com 40 mil habitantes, na época, conservadora e recatada, recebeu um impacto extraordinário com a chegada daquele povo jovem, sadio e barulhento. Era uma menina recatada que arranjava um namorado "escolado".

No convívio diário entre visitantes e os brasileiros de Natal houve antes outras influências estrangeiras, que os potiguares receberam de outras nações, como os comerciantes alemães, funcionários consulares, italianos, sírio/libaneses, que os natalenses chamavam de turcos, os franceses de Latequere, os ingleses e os judeus de várias nacionalidades.

E agora chegava uma nova injeção a cidade, com as tropas e os civis americanos que aqui vieram em missão de guerra e de trabalho, mudando nossa vida de maneira espetacular, transformando nossos costumes, vestimenta, comidas, bebidas, comportamento, linguagem, religião, praias e usos diários.

As roupas tradicionais dos natalenses, paletó, gravata e chapéu foram, pouco a pouco, mudadas para calça cinza e camisa esporte que, na época, tomou o nome de "sileque". Começaram a usar mais verduras, influência dos "gringos", como eram chamados os americanos, pelos natalenses e, todo dia, ia um avião até o Rio de Janeiro trazer alfaces, tomates e outros

produtos hortigrangeiros. Era o avião das verduras, como chamavam em Parnamirim e é introduzida a coca-cola, fabricada na própria Base.

O comportamento dos jovens também sofre mudanças. A informalidade dos yankees é imitada pelos rapazes da terra, que se tornam mais abertos, imitando beber líquidos na boca da garrafa, sentar no meio-fio para esperar os coletivos, botar os pés nas cadeiras, nos bares e outros comportamentos que alguns tradicionalistas da cidade discordavam e criticavam. A linguagem também começa a receber palavras novas, como "taxi", "My Friend" "Yes", e "Okai" e "senorita" para todas as mulheres da terra sem distinção de classe, "godeme", palavra que significava "danado", entre os soldados.

A grande batalha entre católicos e protestante começa a diminuir, quando a igreja da Base, recebia ao mesmo tempo, em horários diferentes, a missa católica, o culto protestantes e os rituais judaicos. As praias da cidade, onde só ia aos domingos ou sob prescrição médica, foram invadidas pelos soldados que iam de manhã, de tarde e de noite, havendo até a criação de uma praia particular, no fim da Areia Preta, batizada Miami pelos americanos. Os clubes passaram a abrir todos os sábados, para festas oferecidas ao povo natalense, com excelentes orquestras de civis e militares yankees. Abriu-se um Cassino atrás do Grande Hotel, na Ribeira, como todos os jogos tradicionais e uma boa banda onde brasileiros e americanos dançavam e se divertiam fraternalmente. No distrito da luz vermelha, foi instituído o enxame periódico das mulheres para evitar doenças venéreas, com a criação de um documento que era chamado **love card**, por alguns engraçados da cidade, freqüentadores da "noite".

A cidade, os transportes, os bares, estavam sempre cheios de soldados. O comércio multiplicou suas vendas e muitos comerciantes enriqueceram, junto como os motoristas de carros de aluguel. Os aluguéis subiram e comerciantes de meias de seda, perfume Channel e relógios de pulso, nunca venderam tanto.

Os preços subiram com o uso do dolar como moeda oficial na cidade, especialmente nas casas noturnas, o que era uma realidade. Não se pedia mais cerveja nos bares e sim "bia (de beer, cerveja) As ruas viviam cheias de jeeps e caminhões o que aumentou extraordinariamente o trânsito da capital.

Além das festas semanais, nos clubes natalenses, incluindo o Hípico, recém fundado, onde confraternizavam natalenses ricos e Yankees havia o mais perfeito entendimento. Os americanos tinham seus clubes, além de excelente Casino, dentro da Base, onde brasileiros eram convidados e circulavam figuras do cinema hollywoodiano, do show-business e outros. Na cidade havia 2 clubes. Um na praça Augusto Severo, onde é hoje a firma Limarujo e o outro no fim da Avenida Getúlio Vargas. Eram denominados, respectivamente, de USO cidade e USO praia. Nestes clubes os visitantes bebiam, e dançavam com as moças da terra, filhas das famílias mais "pra frente", numa camaradagem, como se tudo já tivesse sido ensaiado.

Muito usado no esforço de guerra, era o jeep, invenção dos americanos, viatura segura e fácil de dirigir que resolvia quase todos os problemas de transportes.

As moças de Natal, que só iam às festas acompanhadas de um membro da família, com a chegada dos rapazes de fora, mudaram de vida e aderiram à informalidade dos "gringos", no uso de roupas mais leves e o costume de beijar os amigos no meio da rua, o que era um verdadeiro escândalo antes da guerra. E

também os pais exigentes, começaram a permitir a saída das filhas, assim como, oferecendo "festinhas" em casa os amigos das meninas.

Os comerciantes mais sabidos botaram moças bonitas para atender no balcão e atrair os novos fregueses e muitos ficaram ricos, mesmo agindo honestamente. Que foram explorados, todos sabiam, inclusive eles, mas davam pouca importância ao assunto, pois muitos sabiam que não voltariam da guerra. Abriram-se cursos de inglês em Natal e também de Português para os americanos, na ânsia de melhor se comunicaram com os amigos do norte. Nos bares gritava-se "bia" "Tom Collins" (gin com tônica), coca-cola e também chocolate gelado que os natalenses nunca tinham visto e o "whiskey" era pedido "on de rocks" (sobre o gelo puro).

E assim viviam, sob o mesmo teto, natalenses e adventícios. A cidade se modificava rapidamente, na Rua Dr. Barata, durante o dia, podiam ser vistos generais de 4 estrelas, a bela artista de Hollywood - Kay Francis - exibindo sua silhueta sensual, o Rei da Arábia, o Comediante Joe Boca Larga e Buster Gordon. E ainda a viúva de Chang-Kay-Chek, os soldados comprando meias de seda, perfumes Channel e relógios de pulso e os militares confraternizando nos bares que os judeus de Recife abriram para ganhar o dólar fácil.

Policiamento - O policiamento da cidade, por incrível que pareça, era feito por apenas dois jeeps com 4 homens em cada um. Era a Polícia do Exército, os famosos M.P's. Um Jeep ficava no Grande-Ponto, com telefone pronto para atender e outro no Grande Hotel, na Ribeira. Havia uma obediência total dos soldados soltos pela cidade e nunca se ouviu falar em qualquer incidente entre eles. Assisti uma vez, um exemplo da sua eficiência. Num dia de festa no Aero-Clube, como membro da Diretoria, sou chamado ao Bar, onde estava havendo uma "confusão". Um oficial da Marinha, estava embriagado, quebrando copos e chamando nome feio ao dono do bar. Cheguei, vi o tamanho da "fera"- uns 2 metros de altura e, calmamente telefonei para o Grande Hotel. Dentro de exatamente 10 minutos, os M.P's chegaram, falaram baixinho no ouvido do militar e tudo foi resolvido sem barulho.

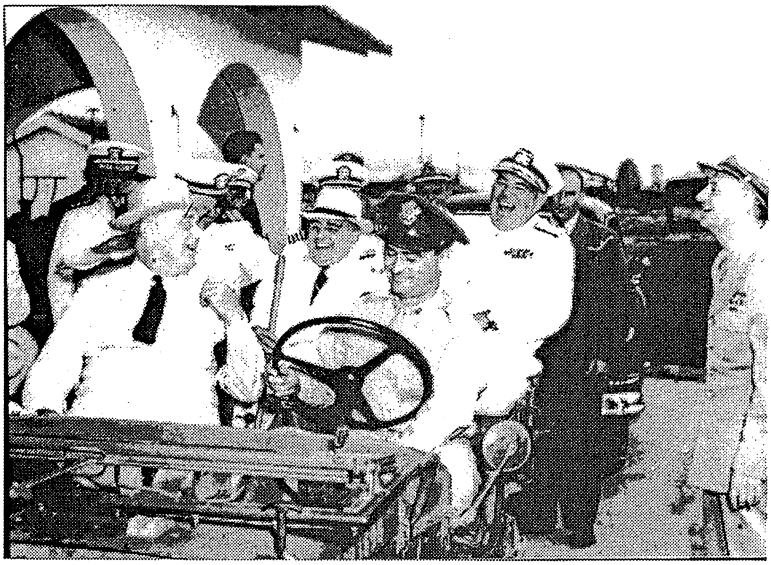
O Grande Hotel - O Grande Hotel teve papel importante no tempo do conflito. Eu chamava de quartel General dos Americanos. Vivia sempre cheio. Na varanda do Bar, onde eles ficavam, bebendo, conversando e dizendo piadas uns com os outros, podia-se ver, do lado de fora, na calçada, uma enorme coorte de vendilhões e todo tipo de comerciante improvisado. Ali havia de tudo: macacos, sagüins, corujas, papagaios, periquitos e, até carneiros, vi um dia. Havia também vendedoras que ofereciam, desde a renda do Ceará até facas de ponta de Campina Grande. No meio da Rua, havia também cavalos e burros para alugar aos cowboys improvisados, que exibiam suas qualidades de bons montadores. Era uma palhaçada pois, a maioria tendo bebido, não se agüentava bem na sela, caia e aí era uma gritaria, apupos e assobios. Um bom divertimento. No bar, sentados do lado de fora, vi vários artistas do cinema como Buster Crabbe, Bruce Cabot, Joel McCrea, a estrela Martha Ray e outras estrelas menores.

Os visitantes confraternizavam com os natalenses nas suas festas tradicionais. No dia 7 de Setembro, todos os anos, formavam vários pelotões da tropa americana, na comemoração de nossa festa maior da independência, o que dava um brilho todo especial ao evento, deixando o povo alegre e feliz. No Carnaval, que nenhum deles conhecia e muitos nunca tinham ouvido falar nesse

folguedo brasileiro, era uma loucura. Entravam nas danças de rua, pulavam, imitando os natalenses, cantavam, gritavam e tentavam dançar o "passo "Pernambuco", o que provocava divertimento e alegria principalmente para as crianças. Há até a história de um oficial que esteve na Avenida Rio Branco, todos os dias e, na quarta-feira de cinzas apareceu e perguntou, vendo a rua às escuras: "Porque não mais Cecília? (referia-se ele e uma Marcha vitoriosa do Carnaval daquele ano).

E chegou a partida. Foi uma manhã de tristezas e de lágrimas quando o Governo dos Estados Unidos mandou um navio para levar os corpos aqui sepultados de volta para a sua pátria. Foram mais de 50 ataúdes, cobertos com a bandeira nacional e embarcados no Cais do Porto, num ambiente de tristeza para as namoradas, os amigos e o povo em geral que durante toda a ocupação pacífica de Natal, tinha aprendido a conviver com a tropa aliada e passado, na sua quase totalidade, a estimá-los. Toda Natal, num gesto de alta significação para o moral da guerra, estava ali se despedindo de seus amigos do Norte. Felizmente, o impacto não foi total pois, o resto da tropa foi saindo paulatinamente. E a cidade também se transformou. Aquele barulho esfusiante desapareceu. Voltamos aos nossos costumes do passado, é verdade, mas toda nossa alma estava mudada. Uma nova mentalidade se inseriu na velha cidade dos **Reis Magos**, pensando em quantos não mais voltariam a sua pátria de origem.

*** Bacharel em Direito, pela Universidade do Recife e professor aposentado da UFRN.**



Na Segunda Guerra Mundial – Natal/RN recebeu o general De Gaulle – da França, com o presidente Getúlio Vargas para o acerto dos ponteiros sobre o combate nos continentes americano, africano e europeu.

Obras Sociais da Arquidiocese de Natal

Irmã Lúcia Montenegro*

Desde a década de 1940, a ação social da Igreja de Natal, desenvolvida em campos diversificados da atividade humana, está presente na cidade e no campo. Em Natal, o trabalho das Obras Sociais tem a coordenação do Serviço de Ação urbana - SAUR criado em 1965, pelo então Arcebispo Dom Nivaldo Monte. Com serviço de Assistência Rural SAR - integrava o antigo Secretariado Arquidiocesano de Ação Social. Hoje, à Pastoral Social da Arquidiocese.

O pioneirismo da Igreja de Natal, na área social, teve na sua origem, duas forças propulsoras: Juventude Masculina Católica e Juventude Feminina Católica, lideradas respectivamente pelo Padre Eugênio de Araújo Sales e pelo Padre Nivaldo Monte.

Unidos aos ideais da Evangelização, estavam presentes os objetivos de cada Entidade ou serviço, como resposta de justiça e caridade que a igreja oferecia às necessidades da população.

Com criação da Escola de Serviço Social - 1945 - (Integrada à Universidade Federal do Rio Grande do Norte, em 1969), a técnica e racionalidade das ações vieram fortalecer o trabalho iniciado, ajudaram a olhar a realidade com nova lógica.

No Centro ou na periferia da Cidade, a Igreja diversificou o atendimento em diferentes serviços. O objetivo era não só, a promoção da pessoa em si mas, de toda a família.

A atenção às crianças, a animação dos grupos de Jovens, a capacitação profissional, a recuperação de delinqüentes, o atendimento à mãe solteira, a organização e desenvolvimento da comunidade, a alfabetização de adultos, a escolarização de crianças e jovens, os Clubes de Mães e de Idosos, a assistência aos presidiários (hoje Pastoral Carcerária), eram as principais características da ação caritativa da igreja de Natal. No contexto destes esforços, o incentivo à participação e ao protagonismo dos destinatários, misturava-se à doação de muitos responsáveis pelos diversos serviços. Deixaram o exemplo desta dedicação, as que já receberam no Céu, a recompensa de sua Caridade. Citamos os nomes de Giovana Montenegro, Irene Moreira, Clélia Vale Xavier, irmã Gonzaga, Maria Melo Cavalcante (Irmã Dorinha), Zulmira Barbosa... E o trabalho continua, fiel ao objetivo inicial ou transformado a partir de novas exigências da realidade. É um toque da fidelidade vivida pelos que

servem em nome de Cristo.

Citaremos a seguir a relação das diversas entidades, sua localização e data de fundação:

NOME DA ENTIDADE	LOCALIZAÇÃO	DATA DE FUNDAÇÃO
Casa da Empregada de Santa Zita	Rua Apodi - Centro	1941*
Centro Social Cônego Monte	Lagoa Seca	1946
Escola Ambulatório Pe. João Maria	Morro Branco	1946
Patronato de Ponta Negra	Praia de Ponta Negra	1948
Centro Social Leão XIII	Rocas	1948
Escola Ambulatório Matias Moreira	Dix-sept Rosado	1949
Obra do Bom Pastor	Bom Pastor	1951
Centro Social João L. Navarro	Lagoa Nova	1951*
Casa da Criança de Morro Branco	Morro Branco	1953
Lar das Mães	Lagoa Seca	1954*
Instituto Estevam Machado	Quintas	1954*
Centro Social N. Sra. De Fátima	Areal	1955
Centro Social da Vila de Ponta Negra	Ponta Negra	1956
Centro Social Desemb. Celso Sales	Morro Branco	1958
Centro Social Pe. Francisco Ferro	Nova Descoberta	1959
Centro Social do Morro de Aparecida	Morro de Aparecida	1960
Centro Social Dom Nivaldo Monte	Passo da Pátria	1969
Centro Social de Brasília Teimosa	Brasília Teimosa	1969
Capela Escola S. Vicente de Paulo	Dix-Sept Rosado	1981
Casa do Menor Trabalhador	Alecrim	1987
Capela-Escola Santo Antônio	Favela do Detram	1995

OBS.: *1 - Ampliada, reconstruída e hoje pertencente à Congregação das Filhas do Amor Divino.

*2 - Devido à evasão da população pobre da área, transformando em 1985 em Centro de treinamento SAUR/ CARITAS.

*3 - Extinta por falta de recursos e falta de pessoal, para assumir uma problemática com outros desafios.

*4 - Integrado ao trabalho sócio-pastoral do Morro de Mãe Luiza.

* 5 - Centro de Treinamento Missionário

A última dessas Organizações foi bastante dinamizada com o apoio de nosso Arcebispo, Dom Heitor Sales, cedendo, para ampliar o trabalho sócio-pastoral, na Favela do DETRAN, o antigo prédio dos transmissores da Rádio Rural. O recinto foi transformado num bonito e amplo centro Infantil, já atendendo 317 crianças.

Todas essas Entidades, além do trabalho específico que realizam, empenham-se numa ação Evangelizadora e formação de agentes da Pastoral. Algumas foram semente da criação de futuras Paróquias e/ou Capelas com florescentes trabalho Pastoral.

Vale registrar que, quatro dessas Obras são designadas com o nome dos mártires de Cunhaú e Uruaçu, numa prova que sempre foram lembrados na Igreja de Natal.

Na ação assistencial de ontem, a Igreja já vislumbravam as exigências de hoje, presentes nas características do chamado 3° Setor, preconizado pela Lei 4.960 de 1999. Também na nova lei Orgânica de Assistência Social - LOAS - de 1993, que explicita a Assistência Social como política Pública, como direito a ser cidadãos de direitos. Podem disputar assento nos Conselhos Municipal e Estadual de Assistência. As Obras Sociais da Arquidiocese não tem sido omissas nesta presença.

Enquanto existem sem fins lucrativos, as Entidades Sociais estão aptas aos contratos de parceria com o Poder Público e outras Organizações. Para tal, precisam ser qualificadas com metas pré-definidas e avaliações dos serviços com objetividade, competência e eficácia. A Missão da Entidade, por exemplo, deve dizer claramente o que a Instituição faz, ressaltando o serviço gratuito e universalizado. São elementos que precisam constar no Estatuto de cada uma.

Sabemos que, ainda há um distanciamento entre a lei e a realidade... todavia, os que trabalham nas Obras Sociais da Igreja e, em nome dela, devem aspirar sempre unir aos ideais da Caridade e da gratuidade do serviço, a competência profissional para uma resposta eficaz ao homem de hoje. Neste sentido temos concretizado parcerias com o Estado e o Município, com o SINE, com o AMENCAR e outros em andamento.

Não podemos deixar de reconhecer a ajuda e a presença do Voluntariado. São pessoas de boa vontade que além do espírito Cristão de solidariedade estão conscientes que a sociedade civil deve participar.

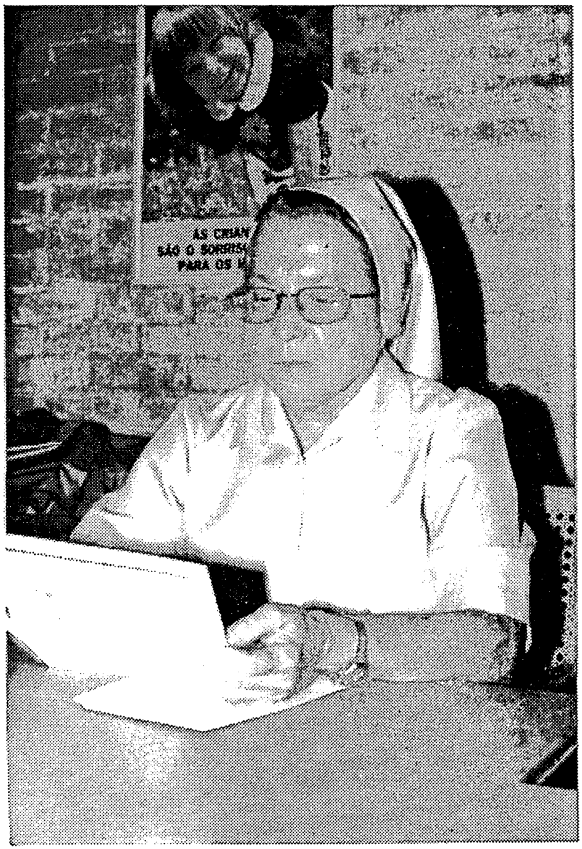
Estejamos todos convencidos de que a Assistência Social é uma política que tem resultados econômicos na hora em que recupera uma família excluída, um marginal, um deficiente, um desempregado. E ainda quando "previne" estes males seja através do atendimento direto ou de uma dimensão política na atuação dos Conselhos, Fóruns e outros movimentos.

Digamos com o santo padre João Paulo II na carta Encíclica Centesimus Annus... "O progresso dos pobres é uma grande ocasião para o crescimento econômico da humanidade inteira".

Que o amor de Cristo fortaleça o nosso empenho pela melhoria de um trabalho e participação nas reformas justas.

Apesar dos desafios, possamos, com a força do Senhor, em união com a Igreja e com o nosso Pastor, darmos a nossa contribuição como resposta às necessidades da população carente.

Coordenadora do SAUR - agosto 99



Irmã Lúcia Montenegro acompanha as obras sociais da Arquidiocese de Natal – desde o seu início.

Escola Doméstica de Natal

Av. Hermes da Fonseca, 789
Tirol - Natal,RN

Uma casa de Educação de meninas e jovens; dentro dos padrões atuais para o desempenho consciente da mulher cidadã.

2° Grau Profissionalizante na formação da Técnica em economia doméstica.

Aulas teóricas

- Enfermagem e Puericultura
- Nutrição
- Etiqueta Social
- Arte e Habitação

#Aulas Práticas

- Cozinha Prática
- Cozinha Artística
- Vestuário
- Trabalhos Manuais

ESTÁGIO SUPERVISIONADO

- Puericultura
- Dona de Casa

FORMANDO A MULHER
EDUCANDO A FAMÍLIA
SERVINDO AO BRASIL

http://www.digi.com.br/clients/ed/index.htm
e-mail: ed.natal@.digi.com.br
(084) 222.0964

Reflexões sobre Liberdade e Direitos Humanos

Nilson Patriota*

Revelar algo de profundo interesse que o mundo antes ignorava, provar por A mais B que a sociedade estava enganada ou carente de uns tantos ajustes de interesse temporal ou espiritual, parece-nos importante serviço, dádiva das mais preciosas que um homem ainda pode fazer aos outros homens. Todavia o reconhecimento da sociedade nem sempre é um prêmio àqueles a quem deveria beneficiar, pois o mundo é constituído de forças antagônicas, de idéias que se contradizem.

De tal modo é o mundo, que certa parcela da sociedade desejaria ver seus benfeitores recompensados. Não com o reconhecimento tácito dos homens de bem, mas com o tratamento destinado aos celerados que recebem o opróbrio como castigo.

Esse procedimento, que se torna cada vez mais comum, diz respeito àquela forma torpe e desumana com a qual a humanidade recompensou o Cristo. Com o martírio na cruz, os homens desse partido entenderam a luta por Ele empreendida em prol da Humanidade como uma batalha isolada a favor de uma pobre parcela do povo hebreu esmagado pela intolerância dos romanos.

Assim pensaram e ainda pensam e agem aqueles que desconhecem as liberdades civis do cidadão, aqueles que não aceitam mudanças na ordem estabelecida, aqueles que tremem de medo da verdade, que fogem às mudanças necessárias e ao inevitável tumulto gerado pela imposição de tudo quanto é novo.

Contrários às mudanças, eles não podem acreditar naqueles que expõem uma nova verdade, temendo não sejam tais arautos inteiramente isentos de interesses escusos de maldade. Acham-nos pouco dignos de confiança. Talvez aceitassem melhor o proponente de uma nova causa se este permanecesse - como mandava a arcaica legislação da Lócrida - com a corda no pescoço e na iminência de ser puxada caso suas razões não recebessem a aprovação da assembléia reunida para ouvi-lo. Para tal proponente que restaria como apelação? Isso prova, no entanto, que para a maioria dos que mandam no mundo, todo aquele que se propõe a trazer à tona uma verdade nova não está muito longe do que prática um crime hediondo.

Mas o que assim agridem os defensores dos direitos humanos e da liberdade não podem ser tidos como gente nem um pouco comprometida com princípios democráticos. Duvidoso deve ser o interesse que demonstram pela cidadania, porque lhes interessa a valorização do ser humano. Talvez estejam crentes de que as novas verdades tenham sido desejáveis numa época remota, e que agora já não são necessárias, a não ser que se queira atrasar com o **status quo**, tirando o mando de quem manda e premiando com direitos desnecessários os que jamais gozaram de direito algum.

Dessa forma é repetida a velha astúcia das classes mandatárias: a de perseguir de todos os modos a verdade, para que esta,

submetida ao guante da tirania, jamais consiga triunfar.

Como hoje ainda fazem, em épocas absolutistas os homens lutaram, como puderam, em prol do que acreditaram fosse o seu Direito. Porém mais que uma falácia, parece-nos uma divertida falsidade a assertiva que uns após outros repetem de que o Bem facilmente triunfa o Mal e a Verdade facilmente vence a Mentira; ou que a Justiça supera, em qualquer circunstância , a Injustiça. São lugares comuns que a experiência refuta.

Toda a história do mundo está repleta da derrota do Direito individual ou coletivo e da vitória da perseguição do poder da força e da injustiça. De tão rigorosa que foi a perseguição e a injustiça, houve épocas em que as mentes iluminadas chegaram a suspeitar de que a Liberdade, como garantia do direito do cidadão à justiça, estivesse com os dias contados. O próprio cristianismo, paladino da verdade, esteve prestes, pela perseguição sofrida, a ser bandido da face da terra nos primeiros séculos de sua existência. Contrário, em sua essência, à tirania, foi favorito dos tiranos .

Nenhuma pessoa razoavelmente esclarecida duvidará que o cristianismo

SEGUE

O homem em busca de seus direitos/liberdade

poderia ter sido extirpado do Império Romano. Ele porém tornou-se preponderante e se desenvolveu porque as perseguições causaram profunda revolta nos que não viam motivo para que os cristãos fossem tão ofendidos.

Sua pregação era a Verdade Nova que se oferecia aos homens na forma da salvação eterna. Os governantes, porém, viram como sentimentalismo vão a crença de que a verdade, apenas como verdade, tivesse algum poder inerente e capaz de se sobrepor ao cárcere e às feras do coliseu romano. Foram necessárias várias manobras inteligentes e necessárias adaptações para que a religião cristã se mantivesse à frente da cena religiosa no Ocidente.

Houve e haverá, sempre, uma grande necessidade de reafirmarmos com ímpeto novo e vigoroso o primado da liberdade, fazendo-o a cada instante. Pois vivendo lado a lado conosco, e sem que possamos de imediato perceber, há uma classe de pessoas que se satisfaz em impor sobre o indivíduo e a sociedade a opressão que gostaria de deitar sobre a humanidade como um todo. Todavia, para nossa felicidade, essa classe de indivíduos é hoje em dia menos numerosa do que foi antigamente. Mas é preciso que tenhamos em vista um princípio: o de que em todo assunto, e até nos direitos humano, conforme modernamente os entendemos, em que é sempre possível o império da opinião mais justa e mais correta, a verdade continua na dependência de um balanço a ser dado entre duas séries de razões opostas e serem examinadas, a fim de termos a certeza de que esta e não a outra teoria é a verdadeira. O mundo exige mudanças estruturais a cada hora. E é assuntos infinitamente complexos como religião, política, relações sociais, instabilidade familiar, desemprego, ocupação da vida. A cada hora nos defrontamos com questões que desejaríamos já estivessem resolvidas. Mas precisamos examiná-las com isenção, já que cada uma é um caso que necessitamos conhecer, analisando os variados ângulos. Certo é o dito de que quem conhece do caso apenas o seu lado, dele muito pouco conhece.

No Brasil de nossos dias, não obstante a liberdade de opinião e de expressão, e apesar de um imprensa livre e obstinada a denunciar todos os dias a arbitrariedade e a violência contra os direitos humanos dos mais pobres e das minorias, as mentes de uma grande parcela da coletividade continuam embotadas pela irresistível coerção da força e do poder. Tal estado marginal da concepção de governo e de sociedade baseia-se na ignorância dos indivíduos engajados nas instituições repressoras, mas também na falta de conhecimento da população pouco esclarecida.

A cultura, instrumento capaz de proporcionar a liberdade mental do cidadão, esquecida e até ridicularizada no passado, na atualidade continua negligenciada ou de muitas formas olvidada. A cultura continua sendo negada a uma grande parcela do povo brasileiro. Por isso os espíritos largos e livres, capazes de advogar uma causa inteligente, como ao do direito à família, ao trabalho e ao próprio Direito, escasseiam. Devemos, entretanto, propugnar pela liberdade de dizer, escrever, denunciar, montando sentinela permanente na cátedra, no púlpito, na imprensa, nas repartições, em nossas casas, para evitar que a violência contra as franquias democráticas e as liberdades civis continue prosperando e aviltando a dignidade do ser humano.

Estejamos atentos à escalada da violência, mas por outro lado evitemos o exagero de afirmar que apenas um cidadão em mil orienta sua conduta individual em defesa do que hoje conhecemos como direitos humanos, porque a cada dia que passa muitos vão se alinhando à causa que reprova o uso da violência contra o homem e vem propugnando para que as autoridade ajam em consonância com a lei, a ética e a moralidade.

Tenhamos, porém, em vista que as

nossas opiniões sobre assuntos dessa natureza são, muitas vezes, verdadeiras, mas só raramente, ou nunca, completamente verdadeiras. O mal está no fato de que no espírito humano o unilateralismo é a regra, enquanto o multilateralismo faz a exceção.

Por isso devemos ser julgadores prudentes dos negócios humanos e, como Rosseau, precisamos adotar a dignidade superior da vida simples, agindo como críticos atentos das hipocrisias da sociedade artificial, dos governos arbitrários e corruptos, das instituições cujos métodos demonstram ser mais negativos do que propriamente positivos. Atualmente é preciso investigarmos se alguns dos elementos essenciais do respeito e da moralidade mais elevados, paradigmas do homem e da sociedade, não estão sendo sistematicamente esquecidos pelos governos subvencionados para zelar por tais princípios. É que o árbitro teima em subsistir a qualquer preço, negando a evidência de que o mundo já não aceita figuras como Pinochet, detestando, ao mesmo tempo, a violência do indivíduo contra a sociedade que lhe deu carta branca para engrandecê-la e governá-la.

Devemos reagir contra a arbitrariedade, o unilateralismo, a paixão desenfreada pelo mando absolutista.

Não estigmatizemos, no entanto, os defensores da opinião contrária como maus e imorais, pois há sempre mais esperança que as coisas funcionem dentro da lei e da ética quando somos forçados a ouvir os dois lados da questão. É preciso mostrar aos que não aspiram a liberdade, julgando que de seus benefícios não se aproveitariam, que lhes pode advir maior proveito se permitirem a outrem o uso sem entrave de toda as franquias.

Afinal, só os espíritos originais são dotados da faculdade de perceber a utilidade da originalidade. E ser original é ser decente. O homem é um animal carente de decência. Sem a decência o homem perde inteiramente o seu valor, a sociedade sua razão de ser, a vida o élan psicológico e moral de que se alimenta.

NO ANO 2000
PLANTE
UM PÁU-BRASIL
IBIRAPITANGA
CAE
SALPINIAECHINATA

Globalizaçã Oportunidades e Riscos

Cortêz Pereira*

O papa, no "Dia Anual da Paz", 1º de janeiro de 1997, falou sobre a Globalização e o que foi dito sugere muitas reflexões.

Vamos repetir suas palavras, sublinhando as expressões que ajudem a conceituar o fenômeno: "Estamos no limiar de uma era de grandes esperanças e de questões perturbadoras."

Sente-se a preocupação do Santo Padre diante da alternativa de oportunidades e riscos, frente a frente com um fenômeno que chegou e tomou conta do mundo como um determinismo inevitável.

Não se trata da 3ª Revolução Industrial, é a 1ª Revolução Total. É uma nova ordem internacional.

A Globalização envolve indústria, agricultura, mais ainda o comércio, ainda mais o setor tecnológico, destacando-se as áreas de telecomunicação, computadores, microeletrônica, biotecnologia, engenharia genética, novos materiais, máquinas e equipamentos, entre outras.

Esta 1ª Revolução Total é alimentada por correntes internacionais de comércio e de capitais que se apoiam num sistema de comunicação instantânea que mudou o sentido de tempo e distância, reduzindo a interferência do Estado, mudando também o sentido de tempo e distância, reduzindo a interferência do Estado, mudando também o conceito de soberania nacional.

O capital, que era escasso e prisioneiro de interesses nacionais, tornou-se abundante e livre, obedecendo, não mais ao comando do Estado, porém ao jogo da nova ordem internacional.

O capital e o trabalho continuam sendo matéria prima do investimento, que promovendo o crescimento econômico cria condições para realizar o desenvolvimento. É verdade que pode haver crescimento econômico com empobrecimento do povo, sendo este o mau exemplo do Brasil.

O Brasil tornou-se vítima das referidas questões perturbadoras, inerentes à Globalização, desprezando as grandes esperanças que poderiam fazer o decantando "País do Futuro".

Diferente da opção do Brasil e de outros países, os mais convincentes exemplos contrários vieram da Ásia, certamente sob a inspiração de sua cultura milenar.

Grandes esperanças não poderão ser maiores do que se libertar do atraso, do subdesenvolvimento, da indigência e da miséria que flagelavam quase toda a Ásia.

A história do 3° Mundo foi sempre a desesperança de libertação, a impossibilidade de alcançar o desenvolvimento que um outro Papa chamou de "Novo Nome da Paz".

Desenvolvimento era monopólio das nações imperialistas.

Elas impunham que as outras continuassem a ser, indefinidamente, afluentes de suas riquezas, eternas vendedoras de matérias primas a preços aviltados e compradoras de mercadorias industrializadas a preços extorquidos.

Num passado recente, país do 3° Mundo nunca seria Primeiro.

A Globalização não só revogou esta condenação viabilizando o acesso rápido ao 1° Mundo, como tornou possível conquistar algumas das então cadeiras cativas do arrogante G-7, o Grupo dos sete donos do mundo.

Toda esta reversão fantástica, que assombraria Marx e Weber, teve início da forma mais surpreendente, com pequenos e insignificantes países, povoados de desemprego e fome, ascendendo ao patamar de 1° Mundo e passando a ser chamados de Tigres Asiáticos como Coréia do Sul, Cingapura, Formosa, Hong-Kong.

Ainda mais extraordinário tem sido o desdobramento de tudo isto provocando também, uma verdadeira inversão no destino de grandes e populosas nações subdesenvolvidas.

Como exemplo citamos a Índia, com todo o seu excesso populacional, em véspera de superar a própria população da China. As previsões anunciam que de 2015 a 2020 a Índia estará entre as sete maiores economias do mundo.

A China, por sua vez, já inicia a disputa com os Estados Unidos do primeiro lugar do G-7, recentemente ampliado para G-8, incluindo a Rússia.

Países, marcados pelo atraso como Indonésia, Malásia, Tailândia, Turquia entre outros deixarão, brevemente, de ser 3° Mundo.

Este novo e surpreendente cenário criado pela nova ordem internacional teve um só modelo e uma só evolução.

Todos os países bem sucedidos trilharam o mesmo caminho desde os menores que se tornaram Tigres Asiáticas até os maiores e mais contrastantes como a China comunista e a Índia religiosamente tradicional e conservadora.

Todos eles começaram implantandoZPEs - Zonas de Processamento de Exportações - que deram acesso ao comércio globalizado, além de atrair, sem risco de capital nacional, as indústrias mais competitivas porque tecnologicamente mais avançadas.

Paralelamente às implantações destas bases técnicas, todos desenvolveram ousadas programações educacionais com prioridade para o ensino fundamental e profissionalizante.

Revolucionários planos tornaram-se realidades nos pequenos países cujo o maior destaque coube a Coréia do Sul que implantou o mais completo, eficiente e mais democratizado programa educacional do mundo.

Desta forma souberam somar, potencializando reciprocamente, o capital financeiro internacional com o capital humano nacional.

No Brasil, no Nordeste, no Rio Grande do Norte relembrar tudo isto que se tornou realidade em grandes e pequenas nações é quase uma auto-flagelação pela consciência que temos de poder construir um futuro semelhante ao que outras

nações construíram.

As ZPEs vinham tornando-se o motor de partida de surpreendentes mudanças.

Até 1990 foram implantados mais de 500 zonas de exportação em 98 nações.

O modelo passou a ser copiado em países que iam desde o mais avançado liberalismo norte-americano ao centralismo socialista mais radical da China.

Com toda esta evidência o Brasil manteve-se estático, ancorado na compacta mediocridade de suas elites governantes que não alcançaram o sentido da 1ª Revolução Total.

Só em outubro de 1987 o Ministro José Hugo encaminhou ao Presidente José Sarney os projetos das ZPEs indicando o Nordeste como área mais adequado para recebe-las.

O Rio Grande do Norte, por sua posição geográfica e por contar, no Grande Natal, entre Parnamirim e Macaíba, de um terreno ideal adquirido quando governamos o Estado, tinha as condições básicas para receber a primeira ZPE.

Fomos preteridos pela nossa própria falta de visão, pelo varejo que ocupa o espaço de luta das grandes causa que fariam GRANDE o RIO "grande" Do NORTE.

A vinda de novas e modernas indústrias trariam tecnologia de ponta para o Nordeste e esta hipótese contrariava os interesses do Centro Sul, cujo complexo industrial seria superado, com perda da própria competição interna e externa.

À este interesse silencioso da poderosa direita do Centro Sul somou-se o vozeiro da esquerda na sua luta contra o capitalismo internacional que, no mundo globalizado significa exclusão.

Há na Globalização um componente

João Paulo no combate à miséria.

que até sugere solidariedade, mas é pura necessidade. As nações ricas necessitam de mercado que só o 3° Mundo tem para oferecer e o 3° Mundo necessita de capital que só o 1° Mundo tem para emprestar.

Repete-se, agora, um quadro semelhante ao do após II Grande Guerra quando os Estados Unidos sentiram necessidade de recuperar as economias destruídas da Alemanha, Itália e Japão para vincular os seus mercados à produção norte-americana.

Um outro elemento embutido na realidade mundializada, este preocupante, é que se expande, em velocidade assustadora, a riqueza financeira, em detrimento da riqueza econômica. Este perigoso desvio não levará, jamais, ao desenvolvimento e o destino dos países que se tornaram parceiros desta aventura arriscar-se a ser uma mistura de atraso e estagnação.

Mais grave ainda é o perigo do modismo privatizante. Sob inspiração liberal reduz-se a influência do Estado, deixando-o sem força e sem meios de antepor-se aos avanços do liberalismo.

Todo o processo econômico tem sido resultante de dois tipos de leis, as leis de mercado que concentram em favor dos indivíduos e as leis do Estado que tem função contraria, em favor do caminho social.

Concluímos que a Globalização é uma encruzilhada de caminhos que poderão levar ao desenvolvimento, ao crescimento com empobrecimento ou ao empobrecimento crescente.

A Ásia optou pelo desenvolvimento e já se afirma o maior centro econômico do próximo século.

A América Latina, com uma ou duas exceções, preferiu o pior, com o pior exemplo do Brasil...

O Brasil tem Santos

Pe. José Zilmar de Andrade*

Pe. Anchieta e Madre Paulina foram beatificados pelo Papa João Paulo II em sua visita ao Brasil em outubro de 1991. São pessoas veneráveis e santas, que não nasceram no Brasil. Daqui a pouco serão declarados santos, canonizados, isto é, passadas pelo processo de "canonização". Já passaram pelo processo de "beatificação", isto é, já merecem as honras dos altares. Em Natal, no Bairro Lagoa Nova I, o padroeiro da bela capela, ai construída, é o Pe. Anchieta.

Nascidos no Brasil - Em outubro de 1998 houve, em Roma, a beatificação de Frei Galvão. Este, sim, é brasileiro, nascido em São Paulo.

Em 21 de dezembro de 1998, o Papa assinou a beatificação dos Mártires do Rio Grande do Norte e no dia 05 de março do ano 2000 haverá, em Roma, a solenidade de beatificação deles.

Os 1°s. santos do Brasil - Então, o Brasil terá Santos? Terá, sim: Frei Galvão e os Mártires do RN.

A beatificação de Frei Galvão já houve. A dos Mártires do RN será em 05 de março do ano 2000. A beatificação é a ante-sala da canonização. Assim, os primeiros santos do Brasil serão Frei Galvão (de S. Paulo e os Mártires (do RN). Agora está claro, os primeiros santos Mártires do Brasil são do RN. Por isso, dizemos "protomártires". Proto, em grego, é primeiro. Aconselhamos a leitura do livro de Mons Assis Pereira: "PROTOMÁRTIRES DO BRASIL", preparado cientificamente para orientação séria e bem fundamentada de todos nós(impresso no Departamento Estadual de Imprensa - Natal, 1999).

UM POUCO DE HISTÓRIA

Vasculhando a história do RN, descobrimos que 2 localidades no RN foram palco de martírio em 1645: CUNHAÚ, engenho distante 4Km de Canguaretama e URUAÇU, distrito situado a 10 Km de São Gonçalo do Amarante, entre São Gonçalo e Macaíba. De Uruaçu nada resta em construção. Em Cunhaú se encontra a Capela do Tempo do martírio; – diz D. Nivaldo Monte (arcebispo emérito de Natal) que "a capela de Cunhaú é o maior marco religioso do Brasil", porque ali estão as paredes que testemunharam o massacre. O massacre foi durante o governo holandês.

"O domínio holandês no Nordeste do Brasil perdurou durante vinte e quatro anos: de 1630 a 1654", diz o Pe. Eymard Monteiro no seu belo livro: "Mártires de Cunhaú e Uruaçu" (de junho de 1997, Gráfica Nordeste - Natal).

Ao se instalarem no Recife, os holandeses naturalmente cobiçavam as terras potiguares de agricultura florescente.

SITUAÇÃO ECONÔMICA

Diz a escritora norte-rio-grandense AURICÉIA ANTUNES DE LIMA no seu livro: "TERRAS DE MÁRTIRES" de 1999 à pág. 17 que "o Engenho Cunhaú foi edificado por Jerônimo de Albuquerque, capitão-mor do Rio Grande

do Norte. A Casa de Cunhaú foi fundada em 02 de maio de 1604. Ele "doou" aos seus filhos Matias e Antônio Albuquerque uma sesmaria. Em fevereiro de 1614 já safrejava, sendo pioneiro na indústria açucareira. Eram cinco mil braças de terras em quadra, na ribeira do Cunhaú, no município de Canguaretama. Diz o grande autor Luís da Câmara Cascudo, no livro "História do Rio Grande do Norte", edição de 1984, pág. 781, citado por Auricéia: "em julho de 1625, o capitão Flamengo Uzeel avista o cercado de vivendas, nas terras plantadas e povoadas de gado.

Em 1630, o brabantino Adriano Verdonck informa que o engenho de Cunhaú produzia de seis sete mil arrobas anuais e na região residiam 60 a 70 colonos com suas famílias, criando bastante gado e, exportando farinha e milho para Pernambuco nas mesmas arcas em que seguiam as caixas de açúcar, nas remessas de cem e cento e dez".

Os holandeses chegaram à capitania do Rio Grande do Norte no dias 08 de dezembro de 1633. Rendem os portugueses na Fortaleza dos Reis Magos e logo partem para pontos estratégicos de economia, no interior.

Havia 2 engenhos na Capitania: o Potengi (próximo de Natal) e o Cunhaú (perto de Canguaretama). O engenho Potengi não representava muito para a economia do rio Grande. Chegando os flamengos em Natal, vários moradores importantes se refugiam no engenho Potengi. Houve luta, morticínio. Não foi martírio, porque faltou a motivação religiosa. Foi o 1° morticínio em terra potiguar.

QUE É MARTÍRIO? - Vimos a importância econômica e estratégica dos engenhos. Agora, a pergunta: "se havia insurreição contra os holandeses, porque havia morticínios, em defesa da fé, em vez de ser em defesa da pátria"? Morreram pela fé ou pela pátria? Se pela pátria, não era martírio.

Para martírio, existem 03 condições: morte violenta, ódio à fé católica e aceitação livre e voluntária da morte.

Há fontes holandesas e portuguesas, citadas por Mons. Assis no livro "Protomártires do Brasil", que nos ajudam a ter uma noção clara do fenômeno Cunhaú-Uruaçu.

INSURREIÇÃO - O movimento de insurreição contra o domínio holandês já começara em Pernambuco, oficialmente, a 13 de junho de 1645. Mas na longínqua capitania do Rio Grande tudo parecia tranqüilo, normal. Ao redor da capela de N. S. das Candeias, da Casa Grande e do Engenho viviam praticamente 70 modestos colonos com suas famílias, inteiramente dedicados ao seu trabalho na lavoura e na montagem de cana. O movimento de insurreição iniciado em junho no Recife não chegaria, tão rápido ao Rio Grande. Os colonos não foram ainda incentivados a pegar em armas. Aparece no dia 15 de julho de 1645 Jacob Rabe (ou Rabbi), alemão a serviço dos holandeses. Era um personagem por demais conhecido dos moradores de Cunhaú. Homem extremamente violento, figura sinistra, responsável pelos massacres de Cunhaú e Uruaçu. Desembarcou em 1637 no Recife, com Maurício de Nassau. Dominava a língua indígena e se casou com a índia Domingas. Percorreu o interior e os sertões das capitanias vizinhas, participando da vida dos índios. Adaptou-se aos selvagens em seus costumes e modo de viver. O chefe Janduí o tinha em grande estima, admiração e respeito e, em geral acatava as suas decisões. Insuflava nos Tapuias o ódio contra os católicos portugueses. Era acusado, diante dos holandeses, de seus desmandos, mas era acobertado e apoiado pelo governo holandês.

MASSACRE EM CUNHAÚ - Rabbi entra repentinamente na pacata Cunhaú a 15 de julho de 1645 e, no dia seguinte (Domingo) à hora da missa, após a elevação da hóstia e do cálice, a um sinal dado, foram fechadas todas as portas da Igreja e se deu a terrível carnificina, pelos flamengos ajudados pelos índios tapuias e potiguares.

Pe. ANDRÉ - Diz o Mons. Assis, citando autores da época, que "ao perceber que iam ser sacrificados, os fiéis não se rebelaram. Ao contrário, entre mortais ânsias se confessaram ao sumo sacerdote Jesus Cristo Senhor Nosso, pedindo-lhe cada qual, com grande contrição perdão de suas culpas - enquanto o Pe. André de Soveral (pároco de Cunhaú) estava exortando-os bem morrer, rezando apressadamente o ofício da agonia".

Pe. AMBRÓSIO - O que aconteceu a 16 de julho de 1645 em Cunhaú, aconteceu a 3 de outubro em Uruaçu, que era uma rude fortificação na pequena cidade de Potengi, a 25Km da Fortaleza dos Reis Magos. Alguns moradores influentes do rio Grande, entre os nome tinha sido mudado para Forte Ceullen. Foram recebidos como hóspedes, não sabendo que depois seriam conduzidos à morte.

Saindo de Cunhaú para Uruaçu, Jacob Rabe como fazia sempre com seus terríveis aliados -por onde passava arrasava roças e plantações, saqueava propriedades e, pior que tudo, fazendo inúmeras vítimas.

MASSACRE EM URUAÇU - Uns 70 moradores se refugiaram em Potengi e sofreram assédio de Jacob Rabbi, após a heróica resistência, os moradores já não nutriam ilusões sobre a sua libertação e, com espírito de resignação cristã, aguardavam o momento do martírio. No local da execução ainda marcado pelo sangue do Pe. Ambrósio e outros companheiros recentemente sacrificados, estando seus corpos e membros espalhados por toda parte, repetiram-se as cenas de tortura e de extrema bábarie com "as mais estranhas e horrendas crueldades e tiranias que jamais se usaram". Cabeças cortadas, pernas e braços dilacerados; a muitos arrancaram os olhos e a língua; a alguns abriram o tronco, tirando-lhe o coração como aconteceu com Mateus ou Matias Moreira".

A descrição de sua morte é o ponto mais expressivo de toda a narrativa de Uruaçu e constituiu uma de nossas mais belas testemunhas de fé na Eucaristia, fé confessada na hora do martírio. Os algozes arrancaram-lhe o coração pelas costas e ele morreu exclamando: "Louvado seja o Santíssimo Sacramento". Isso citado por autores da época. Estevam Machado de Miranda foi executado diante da filha de sete anos que suplicava, abraçada ao pai com grandes lamentações, que fosse poupada a vida de seu genitor.

PROSELITISMO - O proselitismo calvinista era patente na época. Antônio Paraopaba, escolhido pelos holandeses regedor dos índios potiguares do Rio Grande do Norte fora enviado, como seu pai e outros para Holanda, aí fora instruído na língua flamenga e na religião reformada. Assimilou tão bem os preceitos da Igreja Calvinista, a ponto de tornar-se um dos mais fervorosos e fanáticos defensores, levando com entusiasmo a sua fé aos índios.

ÍNDIOS - Um dos nossos índios, Pedro Poti, de Baia da Traição, levado para a Holanda escreveu ao primo católico Antônio Felipe Camarão, seu primo, que era fiel aos portugueses: "Não Felipe, vós não vos deixeis iludir; é evidente que o plano dos celerados portugueses não é outro senão o de se

apossarem deste País. Sou cristão e melhor que vós, creio só em Cristo, sem macular a religião com idolatria, como fazeis com a vossa". O catolicismo estava bem implantado nesta terra de Santa cruz. Claro que outros crenças, como hoje em dia, podem ser introduzidas, mas não de maneira violenta, porque isso fere a liberdade religiosa de cada um. A liberdade de culto significa a convivência pacífica de todas as crenças. Cada um tem um lugar ao sol. Cada crença tem sua vez, no respeito mútuo. Diz o Pe. Eymard, que os portugueses que aportavam em Natal eram todos católicos e vinham de Portugal quase sempre acompanhados de missionários católicos. "Haja vista, por exemplo, a preocupação de Pedro Álvares Cabral, no ano de 1500, de mandar celebrar uma missa de ação de graças, logo no outro dia do desembarque na Terra de Vera Cruz, cujo celebrante foi o Frei Henrique de Coimbra, ajudados por alguns frades que o acompanhavam em expedição". No Natal de 1597, aportava, em Natal, uma caravela portuguesa, e composta de várias autoridades portuguesas e de quatro missionários católicos: 2 jesuítas e 2 franciscanos. Só a partir de 1630 (depois que o catolicismo já estava arraigado no coração de muitos indígenas, catequizados pelos missionários católicos) é que aconteceu a invasão holandesa:. Pastores calvinistas, que aqui chegaram com o intuito de desfazer o que os missionários católicos haviam feito, começaram a pregar uma religião diferente daquela que os índios já conheciam. "diz Pe. Eymard (op. Cit. Pág.24). Realmente os holandeses invasores não vinham sós. Diz Pe. Eymard: "eles vinham, sempre acompanhados de seus pastores calvinistas, dispostos a ensinar aos índios, a religião protestante de Calvino.

Em vista disso, a situação dos católicos no Brasil ia se tornando insustentável. Não havia mais a liberdade de culto, como fora propagado, logo no início da invasão. E a perseguição religiosa começou em todo Nordeste. A intolerância tomou conta dos dominadores estrangeiros que não suportavam a fé católica dos brasileiros que aqui moravam".

DEFESA DA FÉ - Agora fica fácil responder se a motivação das mortes foi em defesa da pátria ou em defesa da fé. Um escritor português comenta sabiamente: "a causa remota do que padeceram os que habitavam aquela capitania bem sei que foi a restauração da liberdade, mas também sei, que todos escrevem, que a causa próxima de sua morte foi a defesa da religião e profissão da fé".

O motivo dos dois massacres (Cunhaú e Uruaçu) estava ligado a um problema religioso. Não se tratava de tomar nada de ninguém, nem Jóias, nem terras, nem casas, nem dinheiro. No massacre de Uruaçu, por exemplo, foi chamado um pastor protestante que começou a pregar ao povo a sua nova religião, prometendo poupar a todos, caso abjurassem o catolicismo. Mas isso foi em vão, pois todos os moradores do Arraial preferiram sacrificar suas vidas a renunciar a fé católica que professavam". (op. Cit. Pág.28).

DEFESA DA PÁTRIA - Reconhecemos que houve muitas vítimas da guerra holandesa que não eram mártires. Com motivação patriótica (morte em defesa da pátria) não há martírio. Só há martírio religiosamente falando, quando: há morte violenta, imposta pelo ódio à fé (in odium fidei) e houve a intenção do mártir de aceitar voluntariamente a morte por amor a Cristo e a Igreja.

SENTIDO DO MARTÍRIO - "Não é necessário que o algoz declare expressamente sua intenção de perseguir

a Igreja ou que seja imbuído de ódio pessoal contra ela. A intenção pode ser deduzida do conjunto de circunstâncias que acompanham o martírio: clima de hostilidade em relação à Igreja e seus seguidores, adoção de normas ou leis que coibam o exercício do culto e a liberdade religiosa, permissão para que os executores materiais descarreguem o seu ódio contra a igreja.

Do mesmo modo, a aceitação voluntária da morte por Cristo não precisa ser publicamente proclamada na hora do martírio. O comportamento resignado e piedoso do fiel, no momento da morte, sem oferecer resistências e sem sentimentos de vingança, é um sinal de suas disposições para o martírio', diz Mons. Assis

NOMES DAS VÍTIMAS

Pelas pesquisas históricas, em vários autores da época (Fr. Manoel Calado, que transcreve a Relação de Lopo Curado Garro a mais antiga notícia do martírio; Diogo Lopes Santiago e Fr. Rafael de Jesus) apenas 30 nomes são identificados: em Cunhaú, Pe. André do Soveral e Domingos Carvalho e, em Uruaçu, 28 nomes.

Apresentamos aqui referências históricas: de João Martins, um dos 08 jovens, de Antônio Vilela Cid e Estevão Machado. Em seguida, seguem os nomes dos outros ou referências pessoais. Diz o Mons. Assis, sobre os jovens: "A relação de Lopo Curado Garro, transcrita fielmente por Fr. Manuel Calado do Salvador no Valeroso Lucideno, na pág. 153, ao narrar o martírio de Uruaçu, fala de um mancebo por nome João Martins que foi conduzido à morte com os mais". Foram oito jovens, de vidas ceifadas barbaramente.

ANTÔNIO VILELA CID - De família fidalga, era natural de Castela, e em 1613,já estava na capitania do Rio Grande, tendo recebido datas de terra na Várzea do Trairi.

Quando veio para o Rio Grande, deveria assumir por ordens do rei Felipe II de Portugal, a importante função de capitão-mor. Por motivos ignorados, não chegou a ser investido no cargo. Consta, porém, que em 1620 era juiz ordinário da cidade.

Causou-se com D. Inês Duarte, irmã do Pe. Ambrósio Francisco Ferro, vigário do Rio Grande.

Acusado, pelo chefe indígena Janduí, de ter sido conivente com o assassinío de um holandês, no Ceará, e de estar envolvido em conspiração, foi preso e conduzido para a Fortaleza dos Reis Magos. Sofreu o martírio em Uruaçu, juntamente com vários membros de sua família: o filho Antônio Vilela, o moço, o cunhado Pe. Ambrósio Ferro, o genro Estevão Machado de Miranda, que era casado com sua filha Barbara e três netos ainda crianças.

ESTEVÃO MACHADO DE MIRANDA - Em 1643, fazia parte juntamente com Manuel Rodrigues Pimentel, da Câmara dos Escabinos, uma espécie de câmara municipal presidida por um esculeto holandês. Em razão desta função, achava-se em missão no Recife, ao lado do tenente-coronel Garstman, para se queixar, junto ao Alto e Secreto Conselho Holandês, dos abusos e estragos causados por Jacob Rabe e os seus aliados tapuias contra os moradores do Rio Grande. Era casado com dona Bárbara, filha de Antônio Vilela Cid. Refugiado na cerca de Potengi, foi enviado para a Fortaleza dos Reis Magos como refém, e daí para o martírio em Uruaçu. Junto com ele foram sacrificadas duas filhas menores.

Relação completa dos Servos de Deus, propostos à Congregação das Causas dos Santos para o reconhecimento do martírio.

Servos de Deus mortos em Cunhaú

1. Padre André de Soveral
2. Domingos Carvalho

Servos de Deus Mortos em Uruaçu

3. Padre Ambrósio Francisco Ferro
4. Antônio Vilela, o moço
5. José do Porto
6. Francisco de Bastos
7. Diogo Pereira
8. João Lostau Navarro
9. Antônio Vilela Cid
10. Estevão Machado de Miranda
11. Vicente de Souza Pereira
12 Francisco Mendes Pereira
13. João da Silveira
14. Simão Correia
15. Antônio Barracho
16 Mateus Moreira
17. João Martins
18. Manuel Rodrigues Moura
19. A esposa de Manuel Rodrigues Moura
20. Uma filha de Antônio Vilela, o Moço.
21. Uma filha de Francisco Dias, o Moço.
22. 1° Jovem companheiro de João Martins.
23. 2° Jovem companheiro de João Martins.
24. 3° Jovem companheiro de João Martins.
25. 4° Jovem companheiro de João Martins.
26. 5° Jovem companheiro de João Martins.
27. 6° Jovem companheiro de João Martins.
28. 7° Jovem Companheiro de João Martins.
29. 1° Filha de Estevão Machado de Miranda
30. 2° Filha de Estevão Machado de Miranda

Cunhaú e Uruaçu, terra de mártires, terra de Santos!

Cunhaú e Uruaçu são duas estrelas de primeira grandeza, nos dois municípios: Canguaretama e São Gonçalo do Amarante.

D. Heitor de Araújo Sales, nosso querido arcebispo, em maio do corrente ano, conclamou os fiéis da nossa arquidiocese a ter em alta estima o martírio desses nossos conterrâneos. O que nos importa agora? três coisas: 1 - visitar os lugares que serviram de palco a esses acontecimentos; 2 - intensificar nossa vida de oração pedindo a Deus pela intercessão dos mártires, pelo crescimento e fortalecimento da igreja de Deus. 3 - divulgar a história dos mártires.

Em Canguaretama existe a Capela de Nossa Senhora das Candeias, a Capelinha do Cunhaú, local onde aconteceu o morticínio de 16 de julho de 1645. Daqui para frente teremos maravilhas. O grande escritor Tertuliano

dizia nos primeiros séculos: "O sangue dos mártires é semente de cristãos". Diz belamente o Mons. Eymard: "esta célebre frase de Tertuliano, escrita pelo ano 202, século III, no tempo em que grassava em todo o Império Romano, a perseguição de Septímio Severo - Sexta perseguição - criou fama e, assim famosa, atravessou os séculos, tendo chegado até nós, realizando-se na chacina de Cunhaú e Uruaçu, na ocasião em que centena de fiéis foram martirizados, pelo simples motivo de serem católicos.

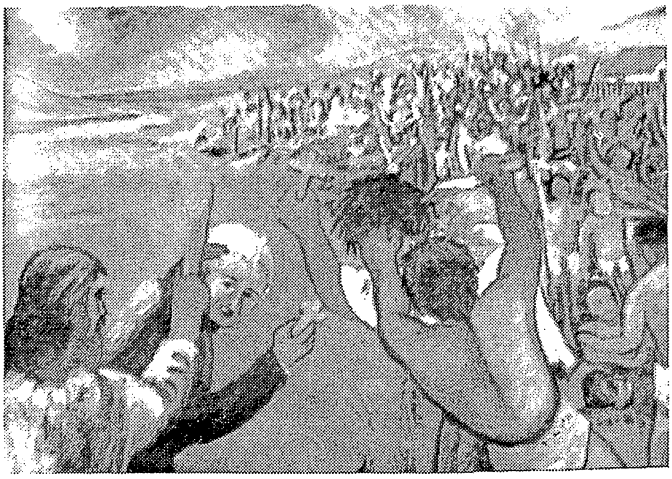
Naquele passado tempo da sexta perseguição, desfechada por aquele imperador romano contra os seguidores da doutrina de Jesus, milhares e milhares de cristãos foram martirizados, pelo simples motivo de serem católicos.

Tertuliano era um intelectual pagão, muito sábio e inteligente. Admirava os cristãos, pela beleza da fé que eles professavam. E, de tanto vê-los devorados pelas feras, no anfiteatro romano, terminou por aderir ao novo movimento religioso, que nascia em todo o mundo. Pediu o batismo e tornou-se cristão. Na época, escreveu o mais belo e mais importante livro de toda a sua carreira literária, intitulado O APLOGÉTICO, onde estava escrita esta frase famosa: "todas as vezes que nós somos ceifados por vós, ó senhor, o sangue dos cristãos torna-se uma semente". E quanto mais cristãos eram martirizados, mais cristãos apareciam no cenário do mundo.

O SANGUE DOS MÁRTIRES - A história do Estado do Rio Grande do Norte é uma história molhada de sangue... Sangue de mártires. Mártires que deram suas vidas em defesa de sua fé, trucidados por uma sanha incontida de crueldades, sem dó nem piedade, de um punhado de holandeses calvinistas, chefiados por um ímpio chamado Jacob Rabbi. E eis que o sangue desses mártires tornou-se uma semente de cristãos.

Teríamos nós também coragem de sofrer o martírio, em defesa de nossa fé? Estaríamos dispostos a morrer, a abjurar a nossa crença em Jesus, vivo e presente na hóstia consagrada? A chacina dos mártires de Cunhaú e Uruaçu é uma lição de fé que aquele povo nos dá.

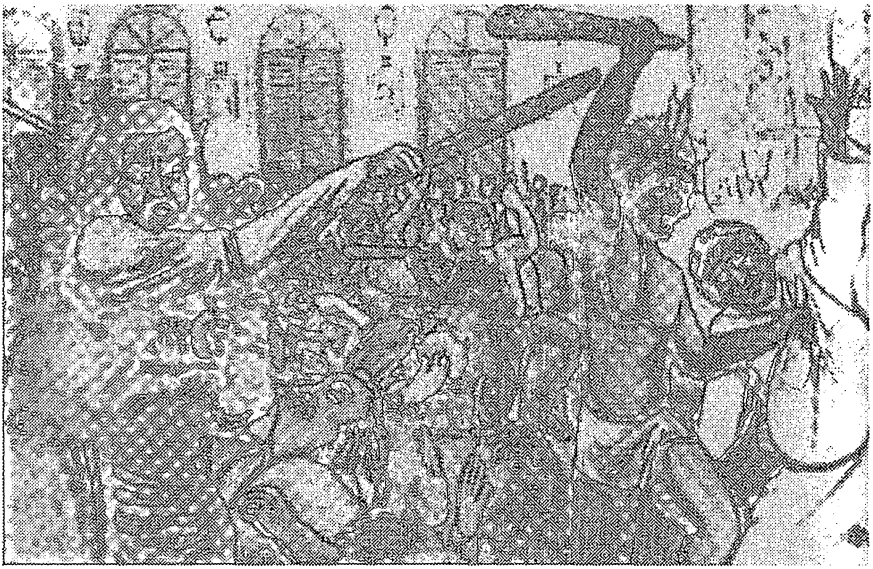
Roguemos a Deus por todos eles que se sacrificaram, confiantes em passar a viver, no



Em Cunhaú/Uruaçu – a terra recebeu o sangue dos mártires.

céu, uma vida melhor que esta...

Trata-se de um verdadeiro martírio, no sentido estrito da palavra, acontecido em terras do nosso pequenino Estado do Rio Grande do Norte. Muitos dos que morreram em Cunhaú e Uruaçu já eram brasileiros natos, nascidos aqui mesmo no Brasil. São, portanto, mártires brasileiros. Serão canonizados - o que muito esperamos em Deus, para breve. Serão eles os primeiros santos brasileiros. Uma glória para nós!.



Os índios foram usados pela violência dos colonos

Fiscalização da Execução Orçamentária

Carlos Roberto de Miranda Gomes*

SUMÁRIO: 1. Considerações iniciais. 2. Conceito. 3. Competência. 4.Espécies de controle. 5. Formas de controle. 6. Os Tribunais de Contas ou Conselhos dos Estados e dos Municípios.

1. Considerações iniciais

Por fiscalização ou controle da execução orçamentária chamamos os procedimentos efetivados pela Administração Pública, para acompanhar e controlar o orçamento aprovado, tão logo iniciado o exercício financeiro, para dar-lhe o cumprimento devido, dentro dos limites e programação neles adotados, seja em relação à receita estimada e a despesa prevista.

2. Conceito

O controle das contas públicas é o ato pelo qual são verificados o cumprimento dos dispositivos consignados na Lei Orçamentária e a exatidão de sua observância, para tanto convergindo, nesse procedimento, razões políticas e financeiras.

No dizer abalizado de HELY LOPES MEIRELES (**apud** EDUARDO LOBO BOTELHO GUALAZZI, *Regime Jurídico dos Tribunais de Contas*. São Paulo: ed. RT, 1992: 24.):

"é a faculdade de vigilância, orientação e correção que um Poder, órgão ou autoridade exerce sobre a conduta funcional de outro".

3. Competência

A Constituição Federal de 1988, de forma clara, com o fazem os idênticos instrumentos nas órbitas dos estados e municípios, traça a questão ao dispor:

"Art. 70 - A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia das receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

Parágrafo único - Prestará contas qualquer pessoa física ou entidade pública que utiliza, arrecada, guarda, gerência ou administra dinheiros, bens e valores

públicos ou pelos quais a União responda, ou quem, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária".

Atente-se, pois, a diretriz desse tipo de fiscalização que alcança não apenas o **aspecto legal** mas, igualmente, as questões de **legitimidade**, economicidade e da **fidelidade** às determinações do orçamento. Não é o simples fato de obediência da lei mas também a real finalidade da despesa ou da receita.

4. Espécies de Controle

Existem hoje, no Brasil, três espécies de controle: o Interno, o Externo e o Privado.

O **controle interno** - é aquele realizado pelos próprios órgãos da unidade financeira de cada Poder e da mesma administração de que emana o ato. Funciona como verdadeiro sistema gestor e controlador das finanças públicas, com autonomia de atitudes, embora inserido na estrutura da Administração Pública (Lei 4.320/64, arts. 75 a 80, observada a CF).

A fiscalização da receita – é uma das formas de evitar a sonegação de impostos para atender às necessidades da coletividade.

Diante de sua importância é possível até a criação de um órgão independente, tais como controladorias ou Códigos Especiais de Fiscalização financeira e Orçamentária, merecendo do publicista EDUARDO LOBO (ob. cit. p. 26) a definição: .

"*Assim, em consonância com a doutrina e os* ***jus positum*** *conceitua-se* ***controle*** *como o principio administrativo material, tutelar e autotutelar, de contrastamento,* supervisão e gestão integral da *Administração, por meio de sistema horizontal de coordenação central, com o escopo da vigilância, orientação e correção, prévia ou posterior, de atos administrativos e de atos, decisões e atividades materiais de administração".*

Em resumo, o controle interno objetiva:

* criar condições indispensáveis para assegurar eficiência ou controle interno (político ou de mérito);
* acompanhar a execução de programas de trabalhos expresso não só em moeda, mas também em termos objetivos de realizações (controle técnico);
* avaliar os resultados alcançados e verificar a execução dos contatos;

* examinar o mérito e convivência dos atos que impliquem em despesas;
* examinar a legalidade dos atos de obtenção de receita;
* realização de despesas; o nascimento ou extinção de direitos e obrigações;
* verificar a fidelidade funcional dos agentes da administração, responsáveis por bens e valores públicos.

No Estado do Rio Grande do Norte foi criada a **Controladoria Geral do Estado,** subdividida em uma Contadoria Geral e uma Auditoria Geral, conforme a Lei Complementar nº 150, de 09 de janeiro de 1997, na condição de órgão encarregado de gerir o Sistema Integrado de Controle Interno do Poder Executivo.

O **controle externo** exerce o contrastamento *externa corporis* (Lei 4.320/64, arts. 81 e 82) efetuado por Poder diverso do controlado, diretamente ou com o auxílio do órgão preposto, como em nosso caso, em que é atribuição do Poder legislativo, com auxílio (CF, art. 71) do Tribunal de Contas.

O **controle privado** surgiu com a Constituição Federal de 1988 (§ 2º do art. 74), quando dispõe que qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidade ou ilegalidade perante o Tribunal de contas da União.

Existem leis que admitem que as contas, antes do julgamento final pelo Legislativo, fiquem durante 30 dias à disposição dos cidadãos.

5. Formas de controle

Temos conhecimento de três formas de exercitamento do controle - o controle **prévio** ou **a priori**, aquele que se efetiva antes de realizada a despesa; o controle **a posteriori**, aquele que se efetiva antes de realizada a despesa; o controle **a posteriori**, isto é, após a despesa realizada e o sistema **misto (concomitante e a posterior)** onde é possível, a qualquer tempo, se requisitar qualquer processo para exame imediato e sustar a sua execução. O Brasil adota o sistema misto, exercido pelo Poder Legislativo, porém com o auxílio do Tribunal de Contas (CF, art. 71), colegiado que tem, no pensar de JOSÉ CRETELA JÚNIOR, a seguinte natureza jurídica e estrutura de competência "*o conjunto de atividades e funções do Tribunal de Contas do Brasil, caracteriza a instituição como da natureza exclusivamente administrativa: não se trata, em suma, de órgão jurisdicional, judicial ou judicante*" (**apud** EDUARDO LOBO, ob, cit. p. 185).

Historicamente, os primeiros movimentos para a criação de um órgão fiscalizador datam do império - 1826 com projeto enviado ao Senado com o apoio de Felisbeo Caldeiras Brant (Visconde de Barbacena), José Inácio Borges, Pimenta Bueno Silveira Martins, João Alfredo e visconde de Ouro Preto, posteriormente, em 1865 o Visconde do Uruguay já cogitava de um Tribunal de Contas independente jurídico-funcional. Todavia, a sua concretização só aconteceu na República, pelo Decreto nº 966 - A, de 07 de novembro de 1890, por iniciativa de Rui Barbosa, então adotando o modelo belga, de exame prévio das despesas e dos contatos, com poder relativo de veto.

Com o passar do tempo, firmou-se a importância da Corte de Contas, que foi sendo aperfeiçoada nas Constituições que se seguiam a partir de 1891, que criou "um corpo de magistratura intermediária à administração e à legislatura que, colocada, em posição autônoma, com atribuições de revisão e julgamento, é cercado de garantias contra quaisquer ameaças, para exercer suas funções vitais no organismo constitucional sem risco de converter-se em instituição de ornato, aparatosa e inútil" (VEIGA FILHO - Informações colhidas em DEJALMA DE

CAMPOS, Direito Financeiro e Orçamentário. São Paulo: ed. Atlas, 1995, e em LUIZ EMYGDIO F. DA ROSA JÚNIOR. Manual de Direito Financeiro e Direito Tributário Rio de Janeiro: ed. Renovar, 1995), até 1946, passando a partir da Carta de 1967 a adotar o controle *a posteriori* para dar mais celeridade à máquina administrativa e hoje admitindo o controle da legalidade, legitimidade e economicidade, bem como a aplicação de subvenções e renúncia de receitas, pelas formas de controle: quanto ao tempo: *concomitante* - seguindo *pari passu* a movimentação de valores e a realização de metas e *a posteriori* - depois de realizada as despesas (após o exercício financeiro mediantes tomada de contas), enquanto o controle interno faz o controle *a priori* (antes da despesa e arrecadação).

6. Os tribunais de Contas ou conselhos dos Estados e dos Municípios

Por determinação constitucional, todas as normas adotadas para a fiscalização contábil, financeira e orçamentária no âmbito federal art. 75 - Lei Orgânica do TCU (Lei nº 8.443, de 16/07/92), tem aplicabilidade, no que couber, à organização com posição e fiscalização dos Tribunais e Conselhos de Contas dos Estados e do Distrito Federal, bem como dos Tribunais e Conselho de Contas dos Municípios (Lei Orgânica do TCE/RN (Lei Complementar nº 121, de 01/02/94 (DOE - 20/04/94) e Regimento Interno Res. 012/94 - (Doe - 30/12/94).

No entanto, o mesmo diploma Fundamental (§ 4º do art. 31), vedou a criação de novos Tribunais, Conselhos ou órgãos de Contas Municipais, permanecendo, tão somente os Tribunais já existentes até o seu advento.

Em breve referência, registramos que no Rio Grande do Norte, o Tribunal de Contas foi criado pela Lei nº 2.152, de 20 de novembro de 1957, pelo governador Dinarte Mariz de Faria e instalado no ano de 1963, quando governador o Dr. Aluízio Alves, oportunidade em que foi aprovado seu primeiro Regimento Interno, através da Resolução nº 01/63, de 25 de janeiro de 1963, quando presidia a Corte o Ministro Romildo Fernandes Gurgel. Sua estrutura atual está composta de 7 membros, consoante o art. 56, 1º da Constituição Estadual e com regulamentação pela legislação já informada em item anterior deste trabalho.

***Professor e advogado.**

Sacerdote e Cientista

Francisco de Assis Maia de Lima*

Johann (Gregor) Mendel nasceu a 22 de julho de 1822, em Hyncice, na Morávia setentrional (a Morávia igualmente como a Boêmia e a Eslováquia constituíram, naquela época, parte integral da monarquia Austro-Húngara). Filho de camponês, desde cedo aprendeu com o pai o segredo do cultivo de plantas agrícolas, particularmente a cultura de frutíferas. Durante os estudos ginasiais, interessou-se pelo cultivo e cruzamento de espécies diferentes de plantas.

FORMAÇÃO EDUCACIONAL E ATIVIDADES

Em 1843, após dois anos de estudos no Instituto Filosófico, em Olmutz (Hoje Olomuo, Tchecoslováquia), entrou para o convento dos frades agostinianos, na cidade Brünn, Morávia (mais tarde Brno), onde pode dedicar-se ao estudo da teologia e das ciências naturais, tendo sido ordenado sacerdote em 1847, tomando o nome de Gregor. A partir de 1849, desempenhou, por um certo período, as funções de professor substituto de grego e matemática em uma escola secundária, Znaim (Znojmo), perto de Brünn. Em 1850, prestou exames visando obter o certificado como professor permanente, tendo sido reprovado. Obteve suas notas mais baixas, ironicamente, em biologia e geologia.

Além do interesse pela agricultura e pomicultura, Mendel, também estudou física, química, matemática, zoologia, botânica e filosofia. Autorizado pelo superior do mosteiro, aprofundou seus conhecimentos na Universidade de Viena, durante dois anos (1851- 1853). A meteorologia foi também seu outro campo de atividade, preparando não só prognósticos meteorológicos, como também realizando estudos sobre os furacões, destacando-se pela sua extraordinária capacidade de observação. Como cientista, era bastante cauteloso nas deduções das conclusões das suas pesquisas e corajoso na criação de novas hipóteses de trabalho.

Retornando ao convento, ensinou, de 1854 a 1858, ciências naturais em uma escola técnica, embora nunca tenha obtido aprovação no exame para professor licenciado. Apesar disso, aos 34 anos de idade, era muito querido pelos seus alunos e gozava de alto conceito na cidade. Nessa mesma época, iniciou estudos no campo da apicultura, visando a possibilidade do cruzamento de abelhas. Acredita-se que Mendel tenha sido fortemente influenciado por outro padre, o abade Johann Dzerzon, seu colega, que teria publicado em 1845 e 1854, estudos sobre o cruzamento de abelhas alemãs e italianas, verificando que fêmeas virgens da 1° geração (F_1) produziam zangões alemães e italianos em números aproximadamente iguais, ou seja, na proporção de 1:1.

Entretanto, o principal interesse de

Mendel era a hibridização de plantas. Nos seus experimentos procurava, principalmente, a hereditariedade em todo um grupo de flores, na tentativa de cultivar novas espécies decorativas. Por sinal, dentre as variedades de plantas que obtivera, destaca-se uma variedade comercial de fúcsia (brinco-de-princesa), denominada fuchsia Mendel.

Em seguida, resolveu utilizar como planta-modelo, a ervilha-de-cheiro, por ser uma planta fácil de cultivar, de ciclo reprodutivo curto e por ter flor e semente suficientemente grandes, permitindo que durante a comparação dos caracteres não fosse tão cansativa para sua vista. Outra razão importante era a disponibilidade de muitas variedades, dotadas de características de fácil comparação. Por exemplo, a variedade que produzia flores de cor púrpura, comparada com a de semente amarela podia ser comparada com a de sementes verdes; a que produzia flores de cor púrpura, comparada com a de sementes verdes; a que produzia flores de cor púrpura, comparada à que gerava flores brancas, e assim por diante. Uma outra vantagem dessa planta é que os elementos envolvidos com a reprodução sexual do vegetal (estames e pistilo), ficam encerrados no interior da flor, protegidos pelas pétalas, favorecendo a polinização e, consequentemente, a auto fecundação, originando descendentes com as mesmas características das plantas genitoras.

DESCOBERTA DAS LEIS DA HEREDITARIEDADE

Mendel produziu e separou diversas **linhagens puras** de ervilhas, isto é, plantas com a cor da semente amarela sempre produziam como descendentes plantas de sementes amarelas o mesmo ocorrendo com o cruzamento de plantas cujas sementes eram *verdes*. Em 1857, com a permissão do abade e prelado Napp, iniciou as suas experiências com ervilhas *Psium sativum, utilizando uma pequena área de aproximadamente* 245 m^2, localizada nos jardins do convento. Depois de obter linhagens puras, Mendel efetuou uma **polinização cruzada**, ou seja, cortou os estames de uma flor oriunda de semente verde e depositou nos estigmas dessa flor, pólen de uma planta proveniente de semente amarela, cruzando dessa forma, duas plantas puras entre si. Tais plantas foram consideradas como **geração parental (P)**. Repetindo diversas vezes o mesmo procedimento, observou que todas as sementes originadas desses cruzamentos eram amarelas, tendo a cor verde aparentemente desaparecido nos descendentes resultantes da misturas (**híbridos**), que Mendel passou a denominar de primeira geração filial (**geração F_1**). Chegou a conclusão que a cor amarela "dominava" a cor verde, tendo chamado o caráter da semente de **dominante** e o verde de **recessivo**.

Posteriormente, fez germinar as sementes obtidas em F_1 até surgirem as plantas e as flores, deixando que se autopolinizassem. Para sua surpresa, a cor verde das sementes reapareceu na segunda geração filial (F_2), só que em proporção menor que as de cor amarela: surgiram 6.022 sementes amarelas para 2.001 verdes, isto é, uma proporção de aproximadamente **3:1**. Chegou, pois, a conclusão que, a cor verde das sementes não havia desaparecido nas sementes da geração F_1. O que de fato tinha ocorrido é que ela

não tinha se manifestado, uma vez que, sendo um caráter recessivo, era apenas "dominado" pela cor amarela. Mendel repetiu o mesmo procedimento para outras seis características diferentes nas plantas de ervilhas, observando sempre os mesmos resultados, ou seja, a proporção de três características dominantes para uma recessiva, em F_2.

Diante dos resultados observados em seus experimentos, Mendel admitiu que a cor das sementes era determinada por dois **fatores**, um que determinava o surgimento da cor amarela e outro, da cor verde. Portanto, ele teorizou que a ocorrência das características alternativas visíveis das plantas, nas variedades constantes e nos seus descendentes, era devido a ocorrência de unidades elementares da herança pareadas, hoje conhecidas como genes. Estava, pois, estabelecida a 1ª lei de Mendel também conhecida como **lei da segregação dos fatores**, em alusão à separação dos fatores na formação dos gametas.

Dando prosseguimento aos estudos, Mendel realizou uma série de experimentos que duraram cerca de três anos e que, acabariam afinal, resultando na segunda lei. Ao comparar duas ou mais características nem sempre apareciam agrupadas, ou seja, eram transmitidas hereditariamente de forma independente entre si. Supondo que as diferentes características eram primeira lei, Mendel formulou a hipótese que deu origem a segunda lei, também conhecida como **lei da segregação independente.**

Durante certo tempo o trabalho de Mendel foi interpretado por alguns estudiosos como um exemplo da aplicação do método indutivo-dedutivo, em que na primeira fase, teria construído sua teoria a partir dos dados obtidos e, na segunda, a sua comprovação. Porém, tudo leva a crer que tenha utilizado o método hipotético dedutivo, criando uma hipótese para depois testá-la. É possível que, antes de ter realizado suas experiências, tivesse em mente toda a teoria da hereditariedade: a disjunção, as proporções 3:1 e 1:1, e talvez a segregação independente e a proporção 9:3:3:1.

OBRA CIENTÍFICA

A teoria e a descrição dos resultados experimentais foram apresentados em dois trabalhos que Mendel leu durante as reuniões da Sociedade de Ciência Natural, em 1856, e publicado em detalhes na Revista científica "**Anais da Sociedade de Pesquisas em Ciências Naturais, de Brünn**", em 1866. O artigo intitulado "*Versuche über Pflanzenhybriden*" (**Experimentos com híbridos de plantas**) pareceu não ter nenhum efeito sobre o pensamento biológico daquela época, não só em Brünn, mas em qualquer outro lugar, embora sua publicação tenha circulado pelas principais bibliotecas da Europa e da América. Para se ter uma idéia, cerca de quarenta separatas do seu trabalho foram enviadas a vários cientistas da época, como por exemplo, Karl Wilhelm von Nägeli, botânico e professor da Universidade de Munique, que leu o trabalho de Mendel, tendo, inclusive, apresentado sugestões, embora não tivesse compreendido sua teoria e duvidado dos fatos minuciosamente relatados; Kerner, botânico vienense, que nem chegou a ler o trabalho e Herman Hoffmann, de Giessen, que apesar de ter lido o trabalho, não conseguiu compreender o alto valor da descoberta de Mendel. Na verdade, todas essa

indiferença é explicada em parte pelo caráter insólito do pensamento de Mendel, que podia parecer pouco biológico na época.

Contudo, Mendel continuou sua pesquisa tentando testar sua teoria através de experimentos com outras plantas. Encorajado por Nägeli a trabalhar com pilosela (planta chicoriácea do gênero *Hieracium*), publicou em 1870, aos 48 anos, o seu segundo e último trabalho científico denominado "*Über einige aus Künstlicher Befruchtung gewonnene Hieraciumbastarde*" (**Alguns híbridos do *Hieracium* obtidos por fecundação artificial**), cujos resultados não serviram para corroborar os princípios mendelianos, visto que, nesse gênero, o embrião é formado sem fertilização do óvulo (partenogênese somática). Embora tenha publicado tal trabalho, já em 1868, cessara sua atividade científica, quando de sua nomeação como abade do convento.

Um detalhe importante é que, ao ler a obra *Sobre a origem das espécies* publicada por Charles Darwin, em 1859, Mendel tornou-se evolucionista, tendo aceito a teoria da seleção natural. Apesar de ser adepto da teoria evolutiva, discordava em vários pontos fundamentais da mesma. Para ele, a hibridação era a grande força que atuava fortemente na evolução. Sabe-se através de um artigo publicado no jornal *O Estado de São Paulo*, de 26/12/65, de autoria do ilustre professor Warwic Estevam Kerr, da Universidade Federal de Uberlândia, que Mendel passou alguns dias em Londres em 1862, mas não teve a oportunidade de conhecer Darwin. Provavelmente um amigo, vizinho e colega de sacerdócio, o abade B. Dudik, ao manter pessoalmente longa discussão com cientista inglês, ter se referido sobre o trabalho desenvolvido por Mendel. Como não entendesse absolutamente nada de mendelismo, Darwin deve ter permanecido totalmente ignorante sobre o assunto. Daí o fato de Mendel não ter lhe enviado uma separata do seu trabalho. Não se sabe, ao certo, que direção teria tomado a teoria da evolução se Darwin houvesse reconhecido a descoberta de Mendel, uma vez que Darwin tinha grande interesse pelas questões relativas à hereditariedade.

Apesar do trabalho de Mendel ter sido parcialmente desapercebido pelos naturalistas da época, ele foi citado em várias ocasiões por diversos autores: em 1869, num livro de Hermam Hoffmann, intitulado *Avaliação de espécies e variedade - uma contribuição à crítica da hipótese de Darwin*; em 1872, numa tese de doutorado do botânico sueco Blomberg; em 1874, na tese de doutorado do botânico russo Schmalhausen; em 1879, no catálogo de publicações científicas editado pela *Royal Society*; em 1881, na 9ª edição da *Encyclopedia Britânica* e, no mesmo ano, em Berlim, no volumoso livro intitulado *Híbridos Vegetais,* publicado pelo botânico alemão W. ° Focke, que foi de grande significado para a história do mendelismo, uma vez que continha referências importantes sobre o trabalho publicado por Mendel em 1866.

REDESCOBERTAS DAS LEIS MENDELIANAS

Em 1900, três outros botânicos europeus, Carl Erich Correns, na Alemanha, que investigou milho, ervilhas e feijão plantas, inclusive ervilhas e, Hugo

de Vries, na Holanda, conhecido por suas teorias sobre mutação, simultaneamente descobriram o trabalho de Mendel. Cada um desses pesquisadores obteve evidências para os princípios mendelianos, a partir de experimentos próprios e independentes. Revisando a literatura encontraram que tanto os dados experimentais como a teoria geral tinha sido publicada 34 anos antes. Portanto, estava redescorberta a teoria da hereditariedade.

Gregor Mendel

Coube ao biólogo inglês Willian Bateson, em 1905, dar a essa ciência em desenvolvimento o nome de "genética". Em 1910, Tschermak deu o primeiro impulso no cultivo de plantas, tendo fundado em Lednice, na Morávia, o Instituto de Pesquisa do Cultivo de Plantas (Mendeleum), ao mesmo tempo em que era comprovado que as unidades hereditárias estavam localizadas nos cromossomos e, em 1953 foi descoberta a estrutura dos ácidos nucleicos, responsáveis pela transmissão das informações hereditárias.

Como o "pai da genética", Mendel faleceu no dia 6 de janeiro de 1884, aos 62 anos de idade. Em 1965, por ocasião do centésimo aniversário da publicação do seu trabalho, foi instalado em Brno, no antigo convento dos frades agostinianos, o "Mendelianum", que se ocupa da pesquisa sistemática dos trabalhos científicos de Mendel. Em 1984, o Pontifício Conselho de Cultura, a Ordem Agostiniana e o Instituto Mendel de Roma realizaram uma sessão comemorativa em homenagem ao centenário de sua morte. Na oportunidade, um dos oradores foi o papa João Paulo II, que em seu discurso ressaltou ter sido Johann Gregor Mendel "homem de fé, homem de cultura e homem de ciência".

HOMENAGEM

Sobre Mendel, tomamos a liberdade de, aqui, reproduzir as palavras do eminente cientista brasileiro, Prof. Dr. Newton Freire-Maia (professor aposentado da UFPr e uma das maiores autoridades em Genética Humana do Mundo) - que após de quarenta anos no agnosticismo, converteu-se ao cristianismo - ao afirmar: "ele (Mendel), que hoje está na plenitude do Reino de Deus, sabe que todos nós (biológicos e, particularmente, os geneticistas) o amamos e temos por ele uma veneração sem limites'.

*** Doutor em Ciências pela USP, professor aposentado da UFRN e atual coordenador do curso de Ciências Biológicas**

O CONTRABANDO
NO BRASIL
COMEÇOU COM O
PÁU-BRASIL DESDE 1500.
AINDA HOJE
NOS PALÁCIOS E CASTELOS
DE TODA EUROPA
PREDOMINAM OS MÓVEIS
FEITOS DE PÁU-BRASIL.
O TRABALHO E SANGUE
DO ÍNDIO BRASILEIRO
GUARDARAM O LUXO
DO VELHO MUNDO.

Grandes Brasileiros e suas Instituições

Rosáfico Saldanha Dantas*

Natal, o seminário São Pedro e a Escola Técnica de Comércio (ETC), aniversariam em 1999. Natal, carrega em seu ventre feminino, a semente benfazeja geradora de tudo e de todos. Natal é cada pessoa, cada geração, cada instituição, brotadas ao longo de sua existência.

Natal do extremo Leste Nordestino. Nasceu sob signo da estrela de Belém, 99 anos depois do descobrimento do Brasil e foi a única cidade do RN por 161 anos. despertou depois de Olinda (1534), Salvador (1549) e Filipéia (João Pessoa - 1585). Foi a quarta cidade brasileira. As primeiras ruas da cidade, nasceram na Ribeira e Cidade Alta...

Pedaço de história viva. Cidadezinha calma, de 1898, quando Juvino Barreto Construiu sua fábrica de tecidos.

Natal de Ponta Negra, Quintas, Mãe Luiza, Alecrim, Rocas, Stos. Reis, Tirol, Bom Pastor, Felipe Camarão. Natal do ABC, América e Alecrim.

Natal dos ventos alísios e de ar mais puro do Brasil. Rainha do Mar, capital do verão, Noiva do Sol. Capital do maior parque salineiro do Brasil e do maior campo de produção de petróleo em terra do país.

Natal tinha 13 mil habitantes em 1890 e de um milhão em 1999. Ganhou seu primeiro edifício com mais de 10 andares em 1966. Da 42 favelas em 1992 e 72 em 1999.

Natal dos rios Potengi-Jundiaí, da Fortaleza dos Reis Magos, da Igreja do Galo, do Castelão e da Barreira do Inferno. De Câmara Cascudo, Café Filho, Manoel Rodrigues de Melo, Veríssimo de Melo...

SEMINÁRIO DE SÃO PEDRO

O Seminário de S. Pedro e a ETC, são instituições que marcam a História de Natal, através de seus reitores, professores e alunos.

O Seminário foi fundado em 15 de fevereiro de 1919. Oitenta anos de sementes plantadas, formando santos, sacerdotes e sábios. A 1ª turma contava com 12 seminaristas, entre eles, o seu 1° aluno, que chegou a bispo, D. José de Medeiros.

Ali a vida sempre foi de recolhimento e de refúgio em Jesus. Dias cheios de disciplina, estudos missas cantadas, hinos sacros, ladainhas e orações. Preparavam-se homens para serem operários de cristo e pescadores de todos os mares. Moldaram-se

destacados profissionais: sacerdotes, políticos, jornalistas, artista, industriais, empresários, executivos, escritores, professores, engenheiros, médicos e advogados. Entre eles, podemos destacar: Mons. Walfredo Gurgel (aluno e reitor do Seminário, Deputado federal, senador, governador), D. José Adelino Dantas, mons. Paulo Heróncio, mons. Expedito, D. Nivaldo Monte, mons. Ausônio, Arnaldo Azevedo, Lauro Bezerra (deputado, pró-reitor do Seminário, pres. do IPE), Domingo Gomes de Lima (reitor da UFRN), Mizael Araújo Barreto (prof., advogado, reitor da UnP), Genibaldo Barros (médico, professor, Secretário de Estado, reitor da UFRN), Itamar de Souza, Dermi Azevedo (jornalista), Ernane da Silveira, João Newton da Escócia (deputado est. e pref. de Mossoró), Otto Santana (secretário de Educação, Planejamento e Trabalho), Manoel Pereira (secretário de Estado e pref. De Natal), etc.

FUNDAÇÃO DA ETC

O Marianismo no RN data de 1918. A formação moral dos que faziam essa Congregação, somou-se ao talento vital e criador do Seminário, cujo impulso cristão transformava o nada em tudo. Assim gerou-se a Escola Técnica de Comércio. Esse impulso visava criar um 4° elemento: o cooperativismo, que disseminou Caixas Rurais no RN, multiplicando o saber nos lares potiguares.

Os caixeiros (empregados do comércio), não tinham tempo para estudar, porque as escolas existentes eram diuturnõ e eles trabalhavam os dois expedientes. Dom Antônio, reuniu sua equipe de idealistas, pouco tempo depois que o Governo de Nilo Peçanha, instalava as primeiras escolas técnicas no Brasil. Fez-se o mesmo em solo potiguar. Em 14/07/1918, acontecia a primeira reunião objetivando fundar uma escola para o comerciário. Reuniram-se: D. Antônio Cabral, Ulisses de Gois, Moisés, Soares, Alberto Roselli, Pe. Calazains, pe. Pedro de Paula, João Tibúrcio, Hipólito Chabal e Tavares Guerreiro. Equipe cheia de talento e de qualidades excepcionais. O Governador Ferreira Chaves aprovou a idéia. Escolheu-se o 1° diretor: dr. Moisés Soares. A escola foi inaugurada em 08/09/1919, quando a cidade do Natal tinha 30.000 habitantes.

PRIMEIRO ANO DE HISTÓRIA

Uma banca de 3 professores fazia teste de conhecimento para admissão de novos alunos. O 1° aluno matriculado foi Manoel Alves dos Santos (faleceu em 1971). O curso de guarda-livros tinha a duração de 4 anos. Anualmente acontecia uma grande solenidade durante a abertura das aulas. Em 1922, o pe. Calazains, assumiu a direção da ETC. Os primeiros concluintes colaram grau 1923, fazendo-se presentes às solenidades, a fina flor da sociedade natalense, além de autoridades como o governador José Augusto e o bispo Dom José Pereira. Nesse ano, o dr. Alberto Manoel Aguiar, Orlando de Oliveira e Júlio de Souza. Os concluintes de 1925, foram: Felipe Neri, Luís Ferreira, Arnaldo Dantas e Joel de Brito. Em 1926, o curso de Guarda-Livros, até então com 3 anos de duração, passou para 4, com o título de contador. A turma concluinte desse ano, era composta apenas de dois candidatos: Clidenor Ferreira e Domício de Brito.

Os primeiros conselhos regionais de contabilidade foram criados em 1926, no Distrito Federal, SP e RN. No seguinte (1927), a ETC foi transferida do Ateneu para um grande edifício de número 86,

onde se encontra o Cinema Nordeste, na hoje, rua João Pessoa.

A reforma do ensino comercial em 1931 criou cursos como os de Propedêutico e de Técnico de Contabilidade, ambos com a duração de 3 anos, além do curso superior de Administração de Finanças. Os diplomados no curso de Guarda-Livros, de anos anteriores, ficaram equiparados aos de contadores e estes passaram a ter profissão oficializada a partir de então. Os alunos da ETC, na década de 40, estudavam de terno. Quando foram instituídos os cursos de Ciências Econômicas e Ciências Contábeis (1945), os contadores que terminaram a ETC, passaram a ter prerrogativas de bacharéis em Ciências Contábeis e Atuariais.

Um terreno foi doado para construir a sede da escola, na Junqueira Aires em 1949. Na construção houve generosa ajuda dos governos federal, estadual, municipal e do próprio povo. A ETC e a faculdade passaram a funcionar no mesmo prédio.

Aconteceu 30° aniversário da escola. Senadores e deputados federais conseguiram verbas no orçamento. Os deputados Aluísio Alves e Monsenhor Walfredo depositam 500 mil cruzeiros, para a construção da ETC. Só em 1950 é que foi construído o 1° andar da escola, ocasião em que a mesma foi transferida da rua João Pessoa, para a nova sede.

Em 1951, o vice-pres. Café Filho, visitou a escola. Em 1961, o Governador Aluízio Alves e o vice-governador, Walfredo Gurgel visitaram as obras inacabadas da ETC, com boa ajuda financeira. Em 1969 o governador, Walfredo Gurgel foi uma das centenas de autoridades a prestigiar as comemorações de 50° aniversário da ETC. Em 1971, as autoridades incorporam a Faculdade de Ciên. Econ. Administrativas e Contábeis, à UFRN.

O RN deve muito ao ensino técnico, responsável pela formação de excelentes quadros humanos em nosso Estado.

A Escola do Comércio formava contabilistas e líderes comerciais. Seus alunos eram disputados pelo comércio e indústria. Muitos foram para o Banco do Brasil, mesmo antes de terminarem o curso.

Quando aconteceu a reforma do ensino, Ulisses lutou para que os formados pelo curso Propedêutico da Escola, com 4 anos de estudo, fossem elevados à categoria de bacharéis em Ciências Econômicas e Contábeis. Muitos professores de contabilidade da UFRN, eram ex-professores e ex-alunos da ETC.

Em setembro de 1969, comemorou-se o cinqüentenário da ETC, com grande pompa, contando com a presença das principais autoridades natalenses. Lá estava Ulisses, muito contente.

A ESCOLA MAIS DINÂMICA

A Sociedade de Ensino Profissional, ligada a Congregação Mariana e mantenedora da ETC, ampliou seu objetivo criando a Faculdade de Ciências Econômicas , Contábeis e Atuariais (1962), incorporada à UFRN em 1971. A maioria dos antigos professores da ETC, eram profissionais tão competentes, que passaram a fazer parte do magistério da UFRN.

A ETC foi a primeira, a mais atuante e moderna das escolas de comércio do RN. Serviu de modelo para as outras escolas. Hoje, quando as escolas da rede pública recebem equipamentos de informática, num projeto de informatização de âmbito federal, ela fica esquecida. Não existe como escola de comércio, aquela que foi modelo de escola

técnica de comércio no RN. O que está acontecendo neste país? a quem está interessando profissional de 2° grau.

O IMPULSO CRIADOR

O presidente do conselho 'Federal de Contabilidade (Ynel Alves - 1976), assim se dirigiu ao prof. Ulisses: "Estamos no ano da contabilidade, quando comemoramos em todo os território nacional o Jubileu de Ouro... Todos sabemos que partiu da terra potiguar o impulso criador de nossa data-símbolo..."Afinal, além do fundador e professor e diretor da Etc, também o foi da Faculdade de Ciências Econômicas.

Entre os milhares de alunos que passaram pelos 80° anos seletivos da ETC, merecem ser lembrados, entre outros nomes ilustres, o do Ministro Mário Câmara, Senador Carlos Alberto, jornalista Arlindo Freire (fundador da Coop. dos Jornalistas de Natal, Ltda), Cleando Gomes. Carlos Serrano, Manoel Sobral de Medeiros, Margarida C. G. Queiroz, Evaristo de Souza, Luís Gonzaga Cortez (repórter político, escritor, jornalista e um dos fundadores da Coop. dos Jornalistas de Natal. - Afirma que Ulisses foi simpatizante do integralismo, daí as primeiras reuniões do facismo caboclo, serem realizadas em recinte da ETC, no RN).

A GRANDE BATALHA DO GUERREIRO

A odisséia grega mostra Ulisses, como autêntico personagem de múltiplas luzes: rei, diplomata guerreiro e autor do estratagema do cavalo de madeira. A odisséia potiguar também tem o seu Ulisses, guerreiro virtuoso de múltiplas faces, a figura conhecida pela sua larga folha de serviço prestada ao RN e ao Brasil.

Nada se compara ao poder da fé inquebrantável de nosso Ulisses. Foi atuante sonhador. Poucos homens revolucionaram nossa sociedade, igual a ele. Foi um brunidor de idéias e um burilador de gerações.

O Comendador Ulisses Celestino de Góis, nasceu (1896-1990 = 94 anos) na mesma localidade que nasceu Camarão (Aldeia Velha) onde, até a década de 40, o pe. Cícero era dono de tudo (Igapó), município de S. Gonçalo do Amarante. Pouca gente sabe que a ponte de Igapó, sobre o Rio Potengi, tem o nome de Ulisses de Góis (Lei 6085, 27/05/91).

Professor, jornalistas cooperativista, Prof. Honoris Causa da UFRN, portador da Comenda da Ordem de S. Silvestre. Sempre preocupado com os problemas da Igreja, com o rumo do país, com a corrupção, com o despreparo dos políticos e com a pobreza. Nome evocador da história contábil potiguar, exemplo de abnegação e trabalho. Modelo de cidadão que o filósofo Diógenes procurava com uma lâmpada acesa ao meio dia nas praças de Atenas. Têmpera superior, ímpar, abrangente. Líder católico cercado de aura de virtudes. Presença persistente, contagiante e vivificadora. Dava a impressão mística acreolada de energia e tenacidade. Árvore proliferadora de bons frutos. Exemplo de formação religiosa, moral e profissional.

O seu primeiro emprego foi de auxiliar de tesouraria (1916). EM 1928, foi nomeado para a alfândega e, em seguida, aprovado no concurso para a Delegacia Fiscal. Registrou-se no MEC como professor de contabilidade, matemática e português. Foi jornalista e empresário.

Ulisses, admirável força espiritual. Acreditava nos desígnios de Deus e, por

isso, difundiu os seus ideais cristãos, enquanto pôde. Criou a ETC, fundou e ajudou a fundar cooperativas em todo o Estado. Chegou a oferecer aos concluintes dos cursos médios contábeis, a vitória dos cursos superiores de contabilidade e economia.

A Academia Norte-riograndense de Ciências contábeis (criada em 1977), escolas faculdade, conselho Regional de Contabilidade e sindicato de contabilistas, deveriam instituir, no dia do contabilista (25/04). Medalhas e diplomas de Mérito contábil Ulisses de Góis, para homenagear os grandes profissionais de nosso Estado. Ulisses é, sem dúvida, o patrono dos contabilista potiguares.

HOMEM DE VISÃO LARGA

Ulisses de Góis, devoto da Virgem Maria, cristão disciplinado, presença benfazeja da graça e da fé era um dos discípulos a fazer muito do nada. Nobre sem brasão, serviu ,mais do que foi servido, pois tinha uma missão a cumprir. Homem de visão larga, cuja vida foi dedicada aos movimentos cristãos do RN. Educador de gerações. Paladino cristão de fé inabalável, construiu um monumento mais perene que o bronze.

Eis apenas algumas amostras dos frutos de seu trabalho: membro fundador da Congregação Mariana de Moços, da Academia Potiguar de Letras, dos jornais: A Palavra, o Diário de Natal, A Ordem, A Verdade (1989), do Centro de Imprensa Ltda., da Caixa Rural Operária, da Escola Técnica de comércio (ETC), da Faculdade de Ciências Econômicas e Atuariais de Natal, do Sindicato dos Contabilistas do RN (1946), da Fundação Cultural Padre João Maria, da Assoc. Brasileira de Imprensa, da Assoc. Norteriograndense de Imprensa (sócio número 01), do Conselho de Curadores da UFRN, do Inst. Hist. e Geog., presidente do Conselho de Educação do Estado, da Escola de Gazeteiros (Escola S. Vicente de Paula). Etc. Personalidade marcante, semeou a fluidez dos mistérios da fé com muita persistência. Ele era da igreja. Tudo que conseguiu na vida, doou a ela. Ao deixar a ETC passou a Entidade para o Estado, mas entregou o prédio (onde funciona o ITEPAN) à Igreja. Até um apartamento e uma casa que tinha, deu à diocese.

EDUCAÇÃO OFEGANTE

Comecei como professor de Mecanografia e processamentos de Dados na ETC, em 1976 por ocasião do 57° ano letivo desse estabelecimento de ensino. Era diretor, o ex-padre Martunus Johannes Van Der Horst. Tentou seguir o molde de outros grandes diretores, como Moisés Soares pe. Calazains, Alberto Roselli, Bento Coutinho e José Mousinho. Vivenciei o 58° ano letivo em 1977. Em 1978, a ETC foi encorporada ao Estado.

Conheci os dois últimos comendadores do RN: Câmara Cascudo e Ulisses de Góis. O 1° foi sem segundo, como intelectual potiguar. O segundo, Comendador Ulisses, também privei de sua amizade. Figura veneranda, bandeira de idealismo ardente, rico troféu de boas e grandes causas. Dele, disse o médico e deputado Lauro Bezerra: "Desde minha infância aprendi a admirar e respeitar a figura humana extraordinária do prof. Ulisses... sua biografia será escrita em detalhes, para servi de exemplos às gerações futuras..." O governador Garibaldi Alves Filho, afirmou: "Nos entrechoques das paixões políticas, eu divisava de longe a figura daquele homem-símbolo, tal o exemplo de vida que dava pelo ideário da sua igreja, abrindo múltiplas frentes de trabalho na imprensa,

no fomento da Cooperativa, no ensino do comércio, no sistema bancário, nas associações de classe; autêntico criador civilizatório... Qual alavanca poderosa, a sua perseverança levantou do nada, inúmeros empreendimentos". "Ele participou do primeiro grupo heróico, com que um bispo... D Antônio dos Santos Cabral, erigiu e pôs em funcionamento núcleo inicial do Marianismo no RN" (Hélio Galvão).

O ano de 1999, quando a ETC completou o seu 80° aniversário e o seu 80° ano letivo ininterrupto, não houve festas. Ninguém ligou para tal. Nem Ulisses! Não foi como 1969, quando centenas de autoridades participaram das comemorações de aniversário da escola, inclusive o governador do Estado. Ainda em 1979, houve pequena homenagem, relembrando os 70 anos da escola. Nesse ano, Ulisses, glória dos contabilistas do RN, participou de um grande banquete no Hotel Hilton, em SP, na festa de comemoração jubilar do Dia do Contabilista. Recebereu, no CE, a Medalha de Mérito Contábil João Lira, no X Congresso Brasileiro de Contabilidade. Essa medalha só é conferida aos notáveis da contabilidade nacional. Em nosso Estado, via sua ETC morrer aos pouco.

Hoje, a ETC está definhando. Não é mais aquela que emprestou modelo para todas as demais escolas de Comércio do RN. Alguém tem que fazer alguma coisa, tomar alguma providência. O grande prejudicado está sendo o povo. Os ideais de Ulisses não podem morrer. Ulisses não pode ser esquecido. O pior de tudo: o nosso ensino é ruim. Temos que melhorá-lo. Ele está 70 anos atrasado, se comparado com o ensino de países de primeiro mundo. Quem estudou até a década de 30, sabe que o ensino era mais sério!

A GRANDE HERANÇA

O brasileiro sempre gozou com as trapalhadas dos portugueses, mas tem comido fogo para conservar a nação grande e rica que eles nos legaram! E uma nação é rica e forte, quando ricos e soberanos são os seus habitantes e as suas instituições são como as pessoas: nascem, vivem e morrem. Umas, morrem antes de nascerem. Outras surgem fortes, vigorosas e duradouras. Exemplo disso, é a Escola técnica de comércio de Natal. Nasceu e cumpriu seu valoroso papel sócio-político-educacional no Estado. Hoje encontra-se ofegante, num processo de doença incurável. Está arquejante. Vive os seus últimos instantes, esquecida pelos ex-alunos, ex-professores, ex-diretores e pelo poder público. Ninguém receita-lhe nenhum medicamento. Quem te viu, quem te ver! Fazem-lhe "Quarta", alguns filhos de Deus que sabem que ela foi importante no passado.

No passado, éramos o país do futuro. hoje, somos os país do já teve e do já foi! Pobre escola. Serviu a muitas gerações, foi esperança de milhares de estudantes.

Uma Lei mandou criar escolas de primeiras letras nas principais vilas do Império (1827). Registram-se que os professores, com a mão na Bíblia, tomavam posse no cargo, dizendo: Juro aos Santos Evangelhos desempenhar as obrigações de professor de primeiras letras nesta vila, quanto em mim couber. (hist. de S. José de Mipibu). Esse juramento foi feito pelo professor Vicente Ferreira (1837), para a Cadeira de primeiras letras, em S. José de Mipibu.

Ao fazer-se uma retrospectiva de educação contemporânea nas décadas de 1910, 30, 40, e 50, vê-se que os mestre exigiam que o aluno decorasse a matéria, recebendo castigos, aplicando bolos e sabatinas. Em 1837, o melhor colégio era

o Pedro II no RJ.

Ocorreram amplos movimentos em favor de uma educação única, gratuita, obrigatória, de qualidade e democrática. Os reformistas mobilizava-se em torno da defesa da educação pública, querendo uma nova geração de educadores. E tiveram. Hoje, os mestres se limitam a exigir que o aluno compareça à sala de aula. A prova de conhecimentos pode ser feita em casa e enviada pelo correio, pasmem!]

O custo de uma criança, num CAIC, é de US$ 600 por ano. O de um marginal preso, custa US$ por mês. Mas muitos governadores afirmam que não têm condições de manter os CAIC's já construídos! O Ministro da Educação, Murilo de Avelar Hingel, disse em Natal (94), que os cursos de licenciatura têm que ser revistos, pois estão distanciados da verdade. Parece-nos que o ensino era sério, no tempo dos livros Tio Emílio e Felisberto de Carvalhos, quando os professores preparavam os alunos para a vida, através de uma educação popular, sem verbas e sem financiamento. Nessa época, terminava-se o primário, sabendo-se muita matemática e até noções de latim. Hoje, quem termina o 2° grau, sabe as quatro operações? Pesquise!

Noventa por cento das crianças brasileiras estão nas escolas públicas, fazendo o 1° grau e 10% nas escolas privadas. A sociedade elitista, logicamente está na última, mas a escola particular pouco ensina além da pública, com ligeira exceção para alguns cursinhos. O ensino médio no RN, conta com 116.000 jovens e a pré-escolas com 91.000 crianças (99). Todo esse mundo está acéfalo, com professores fingindo que aprendem. Falta gerenciamento político em tudo, como todo o país, na totalidade global. "A classe política nunca esteve tão fraca e desacreditada. Nossos pobres são como os mais pobres do mundo... O povo brasileiro não merece isso..." (Senador Pedro Simon, Veja, 15/9/99).

O POVO TEM O QUE MERECE?

É o político que faz o professor ou o professor que faz o político? Quem gera a educação no povo, no pobre e inocente povo?

Chegamos ao ano 2.000 com milhões de pessoas que sobreviveram com menos de 1 real por dia, enquanto medalhões da tv, sem nenhum cunho cultural (Ratinho, Ana Maria Braga, Faustão, Tiazinha, Cátia Fonseca, Gugu, Carla Perez, Angélica, Ratinho e Raull Gil), sem nenhuma formação profissional, embolsam milhões por mês. Quando ninguém consegue ser um bom advogado, um bom profissional, vai ser político" (Paulo Lopo Saraiva).

Os gerenciadores do poder público atuam com disparidade como a de manter um preso numa penitenciária, ao custo de R$ 2.235,00 para o Estado do RN, enquanto um estudante custa da escola pública, apenas R$ 362,60 por ano. Esse gasto com um preso é 83,77% mais alto do que com o aluno. A punição vale mais que o aprendizado, a educação, haverá menos presos nas penitenciárias. No dia que os políticos gastarem com cada aluno, o que gasta com cada preso, as penitenciárias ficarão vazias. O país não está precisando de caics faraônicos. Ensinam-se pessoas até sob copas de ambos e pés descalços. O que falta é gerenciamento político e patriotismo na maior parte dos políticos, professores e alunos.

Quem matar 5 pessoas, será condenado a 150 anos de prisão, mas só cumprirá 30 anos. Se tiver bom comportamento sairá com 10 anos. É um blefe social, uma despesa imensa para o

povo que paga imposto. Os grandes prêmios deveriam ser dados a quem estudasse ou a quem fizesse educação séria neste país.

A Secretária de Educação do RN tem 500 mil alunos, 750 prédios e 40 mil servidores (TN - 07/11/99). Gastam-se fabulosas quantias com projetos para a educação e com as escolas, nunca com os alunos e professores. Estes, ficam na saudade. O Proep visa criar cerca de 280 escolas técnicas no país, até o ano 2003, consumindo milhões de reais. Por que não ampliar e conservar as escolas existentes?

PROFESSORES E COLABORADORES

A ETC teve professores e colaboradores famosos, como: o bispo diocesano, dom Antônio Cabral, Manoel Rodrigues de Melo, Reginaldo Teófilo, Aluízio Alves, pe. Monte, pe. Neves, Hélio Galvão, Cascudo, Otto Guerra e outros. O ex-ministro Aluízio Alves, ensinou na ETC, já na Junqueira Aires. Moisés Soares, pe. Calazains, pe. João da Mata, Severino Bezerra, João Tibúrcio, mons. Landim, Pe. Gonzaga, etc. Na hora de renovar o exército de soldados de Cristo, os generais têm imensa dificuldade. A guerra é maior mas voluntários para as frentes de batalhas, rareiam!

Dentre os seus professores, os que mais se destacaram, foram Oto de Brito Guerra, Ministro Aluizio Alves, deputado Raimundo de Macêdo, Cônego Monte, Túlio Fernandes, Nilo Pereira, Túlio Bezerra de Melo, mons. Landim, mons. João da Mata Paiva, Edgard Barbosa, Aluízio Alves (1943), Manoel Rodrigues de Melo (1943), Tarcísio Medeiros (1947), Hélio Galvão (1948), Paulo Viveiros, Celestino Pimentel, José Batista Emericiano, Severino Lopes de Oliveira, Severino Bezerra de Melo, Reginaldo Teófilo (1950), Severino Luís de Oliveira, escritor Raimundo Nonato da Silva, etc. Entre os colaboradores, destacaram-se: Ministro Mário Câmara, Ministro Aluízio Alves, mons. Alfredo Pegado, Acadêmico Afonso Bezerra, Governador Tarcísio Maia, prefeito Vaubam Bezerra, etc.

GRANDES MESTRES

A ETC teve alunos ilustres como: Manoel Rodrigues de Melo (concluinte !933), Severino Lopes de Oliveira (diretor Geral do Tribunal de Contas do Estado, pres. do Conselho Regional de Contabilidade, professor destaque da ETC e da UFRN), José Pinto Freire (1948 - criou a Escola Técnica de Comércio Municipal, quando prefeito), Reginaldo Teófilo (1946 - tornou-se líder do ensino técnico), Artur da Silva Leandro (1939), Natanias von Sohste (1940), Hermèterio Serrano, Clidenor Galvão, Fco. De Assis Queiroz, Ewerton Dantas Cortês, João Machado, Díogenes Monte (sacerdote em 1981), Clodoaldo Cruz (1940), Manoel Sobral de Medeiros (1941 - 1° contador a se beneficiar de uma lei em 1950 que assegurava o vestibular para os cursos superiores. Formado em Direito, chegou a juiz).

A turma concluinte de 1936 era composta apenas de 3 alunos.

Em 1939, o sr. Teodorico Bezerra fundou uma ETC em Sta. Cruz, baseada em sua congênere natalense. Muitos ex-alunos, fizeram como fez Artur da Silva Leandro. Quando gerente da agência do Banco do Brasil de Currais Novos, implantou uma ETC nos moldes da que havia estudado em Natal.

Em 1943, o curso de contabilidade passa a ser gerenciado em faculdades a nível de 3° grau, enquanto se disseminam colégios comerciais por todo o RN.

Quando a ETC completou 25 anos de funcionamento (1944), chegando ao 25° ano letivo, somou ao todo, 130 talentosos profissionais de contabilidade, entregues ao mercado do RN. Então colocaram Ulisses como diretor da ETC. Era uma espécie de homenagem especial. Era grande a atividade dos concluintes. Muitos, eram aproveitados como professores de outras ETC que surgiram no RN, ou iam ser bancários, trabalhar em altas funções comerciais, repartições públicas escritórias, etc.

A Sociedade Norte-Riograndense de Ensino, que tinha como pres. de honra, a autoridade diocesana, sempre mantive a ETC e a Faculdade.

Ainda em 1955, os concluintes da ETC, foram 10, entre eles. Arlindo Freire, nome de destaque no jornalismo potiguar. Os concluintes de 1956, também foram 10. No entanto, a escola matriculou 338 alunos em 1956, sendo 230 do ensino básico e no Técnico em Contabilidade. Nesse ano, concluíram 30 alunos. Em 1959, matricularam-se 308 alunos, concluindo 29 técnicos. Em 1960, matricularam-se 333 alunos, sendo 244 no curso técnico. Os concluintes foram 28. Só em 1968, a ETC teve uma turma que ultrapassou 3 dezenas de concluintes, com 32 novos técnicos. Na década de 70 houve grande desempenho no que diz respeito à quantidade de turmas concluinte. A ETC começou a produzir mais técnicos e mais profissionais para o mercado: contadores, administradores e estátisticos. Havia anos em que o número de turmas chegava quase a uma dezena.

Ulisses de Góis deixou obras vivas.

AOS CONTADORES E CONTABILISTAS

Parabéns aos contadores e contabilistas do RN! Estão comemorando os 80 anos

do ensino técnico contábil no Estado, através da Escola Técnica de Comércio de Natal (ETC). Oitenta Anos de ação educativa ininterrupta. Oitenta anos de trabalhos férteis e bons serviços prestados ao povo potiguariano. A ETC, contribuiu com vultosa parcela para o ensino técnico profissional de nosso Estado. Muitas escolas semelhantes foram fundadas sob seus auspícios, obedecendo o mesmo modelo e padrão. A influência de seus técnicos projetou-se na indústria, no comércio, nos bancos e no serviço público. O RN deve muito aos contadores e contabilistas, mas deve, muito à ETC. O impulso criador da ETC no campo contábil e empresarial, elevou bem alto as nossas perspectivas técnicas, enquanto surgiam novas escolas em muitos outros municípios.

*** Professor de Mecanografia e Processamento de Dados da ETC; há 23 anos.**

NO ANO 2000 INICIAMOS O RESGATE DO PÁU-BRASIL

Exemplos típicos da Propriedade de Expressão

Pe. Jorge O'Grady de Paiva

A grande preocupação de quem escreve é o desejo de o fazer bem. Há mister, para tanto, de empregar, sempre, a "propriedade de expressão", pois só ela corresponde ao que se quer, exatamente, dizer. Daí todo o empenho dos que escrevem para o fazerem da maneira mais perfeita possível, transformando o escrever em verdadeira obra de arte. Esculpir, lavrar, gravar, entalhar, burilar, cinzelar já, agora, estrofes e períodos, em vez de estátuas, eis o que se requer para alcançar a meta. E ninguém se admire de que os caos mais típicos e primorosos da propriedade de expressão estejam em linguagem escultórica, como é de ver pelos seguintes entrechos de grandes autores, que transcrevemos:

Do Pe. Antônio Vieira, que escreveu seus inigualáveis sermões, são estes tópicos notórios: "Toma o estatuário uma pedra tosca, bronca, dura, informe e, depois que desbasta o mais grosseiro começa, com o buril, a formar um homem: primeiro, membro a membro e, em seguida, feição por feição. Ondeia-lhe os cabelos, aliza-lhe a testa, rasga-lhe os olhos, afila-lhe o nariz, abre-lhe a boca, plasma-lhe as faces, torneia-lhe o pescoço, estende-lhe os braços, espalma-lhe as mãos, divide-lhe os dedos e lança-lhe as vestes: fica um homem perfeito, talvez um santo, que se pode pôr no altar" (1).

Em Vieira louvou-se Euclides da Cunha para assim dizer, por sua vez: "O estatuário principia com a figura disforme; salienta-lhe o nariz, acentua-lhe os zigomas, aguça-lhe o mento, cava-lhe os olhos, desenha-lhe a boca e veste-o, afinal" (2). Mas estão em "Os Sertões" os mais notáveis trechos em que apurou Euclides a propriedade de expressão, qual o fez descrevendo o sertanejo, como passamos a ver: "O sertanejo é, antes de tudo, um forte. A aparência, todavia, revela o contrário. Falta-lhe a plástica impecável, o desempenho, a estrutura corretíssima das organizações atléticas. É desgracioso, desengonçado, torto. Reflete no aspecto a fealdade típica dos fracos. O andar sem firmeza, sem aprumo, quase gigante e sinuoso aparenta a translação de membros desarticulados. Agrava-o a postura normalmente abatida, num manifestar de desplicência que lhe dá um carácter de humildade deprimente. A pé, recosta-se ao primeiro umbral que encontra. A cavalo, sofreia o animal enquanto conversa com alguém e cai sobre um dos estribos. Caminhando, não traça trajetória retilínea e firme. Avança num bambolear característico, de que parecem ser o traço geométrico os meandros das trilhas sertanejas. Mas toda essa aparência ilude... Basta o aparecimento de qualquer coisa que lhe exija o desencadear de energias adormecidas. O homem transfigura-se, impertiga-se. Surgem novas linhas na

estatura e no gesto e, da figura vulgar do tabaréu canhestro reponta o aspecto dominador de um titã acobreado e potente" (3).

Vejamos como ainda se aprimoram, ao escrever prosa ou verso, os grandes homens de letras. Exige Olavo Bilac a linguagem escrita qual se talhada em pedra. E ordena:

"Corre, desenha, enfeita a imagem
A idéia veste
Cinge-lhe ao corpo a ampla roupagem
Azul-celeste.
Torce, aprimora, alteia, lima
A frase e, enfim,
No verso de ouro engasta a rima
Como um rubim." (4)

Alberto de Oliveira, no soneto 'A estátua", não usa de menor rigor, compondo como se estivesse a burilar. Diz ele:

"Ás mãos o escopro, olhando o mármor: Quero
O estatuário disse, uma por uma,
As perfeições que têm as formas de Hero.

E rasga o Paros. Graça toda e esmero
A fronte se arredonda em nívea espuma
Eis ressalta o nariz de talho austero,
Alça-se o colo, o seio se avoluma!

Alargam-se as espáduas, veia a veia,
Mostram-se os braços... Cede a pedra ainda
A um golpe e o ventre, nítido, se arqueia.

A Curva, enfim, das pernas se acentua
E ei-la acabada a estátua, heróica e linda." (5)

Deixou-nos Guerra Junqueiro a descrição de uma visita que fez à igreja do Sagrado Coração de Jesus, em Paris, num dia de festa. Diz ele: "O templo é de arquitetura bizantina. O gótico fugitivo, esbelto e rendilhado, principia num soluço, ergue-se num aí e termina num grito de flecha, agudo e lancinante. Na catedral quase não há mais alma do que mármore. As colunas, duma tenuidade vertiginosa, sobem como desce o raio. São como jatos de fé petrificados, troncos retilíneos de palmeiras místicas, que se embebem pelo espaço afora. Vi, primeiro, desfilarem os homens, com aquele ar de nobreza de quem possui uma crença. Depois, as mulheres, esposas e mães, que ali vinham acrisolar a fé. Então, como amendoeiras em flor, centenas de Filhas de Maria de lábios puros, fronte cândida e olhar transparente. Dir-se-iam açucenas revestidas de luar. Por último, as crianças quais anjos celestes". Mas Guerra Junqueiro não se dá por satisfeito deixando de considerar a igreja-instituição, fundada por Jesus Cristo sobre a rocha de Pedro. No mesmo livro e no mesmo capítulo dá precioso testemunho sobre a perenidade da Igreja e o faz nestes termos: "A Igreja não se destrói perseguindo-a, arrancando-lhe o ouro das arcas, os anéis dos dedos, os brocados do corpo. Nos dias longínquos de sua infância maravilhosa, rota, sem pão, descalça, viveu em antros, gemeu nas galés; os tigres morderam-na, varou-a o ferro, queimou ao fogo. Trezentos anos a perseguiram, milhares de vezes a martirizaram e das contínuas mortes de sua carne ressurge, ilesa e radiosa, sua imortalidade." (6)

É arte a palavra escrita. E para engrandecer essa arte foram inexcedíveis José de Alencar e Latino Coelho. Diz o primeiro: "Reveste a palavra todas as

formas, e reproduz todas as variações do pensamento, percorre todas as notas dessa gama sublime no coração humano" (7). E o segundo: "De toas as artes a mais bela, a mais expressiva, a mais difícil é, sem dúvida, a arte da Palavra. Da estatuária toma as formas; da arquitetura imita o arranjo e a disposição; da pintura toma a cor e o debuxo; da música copia o compasso e a melodia; a estátua fala, mas como uma interjeição; a pintura fala, mas como breve frase; o edifício fala, mas como uma inscrição; só a Palavra esculpe a estátua à maneira de Pigmalião, animada e viva; só a palavra traça, dispõe, exorna e apresenta monumento mais nobre do que o Partenon de Atenas" (8).

Enfim, para sermos precisos em tudo que quisermos expressar guie-nos o escritor francês Maupassant com esta sua categórica assertiva: "O que quer que seja que tenhamos a dizer só há um termo capaz de o exprimir, um verbo apto para o animar e um adjetivo hábil para o qualificar"(9). Antes já havia dito La Bruyère: "Só há uma palavra para exprimir um só de nossos pensamentos; nem sempre a encontramos, mas é forçoso procurá-la" (10). E acrescente-se — para combater, sem tréguas, a impropriedade de expressão.

Bibliografia

(1) - Sermão do Espírito Santo, pregado em S. Luís do Maranhão
(2) - "À margem da História", cap.V
(3) - "Os Sertões", vol. II, pág. 170
(4) - "Profissão de fé", preâmbulo de suas poesias
(5) - Obra completa, em 3 vols.
(6) - "Prosas dispersas", Guerra Junqueiro, págs. 9 e 10
(7) - José de Alencar, em carta sobre a "Confederação dos Tamoios"
(8) - Latino Coelho, introdução à "Oração da Coroa", de Demóstenes
(9) - Guy de Maupassant, em "Pièrre et Jean"
(10) - Jean de La Bruyère em "Caractères".

Sem o Padre Vieira — a história teria sido pior.

ANTES
DA COLONIZAÇÃO
INICIADA EM 1500
O ÍNDIO GUARDOU
AS MATAS
DO PÁU-BRASIL
EM TODO LITORAL
BRASILEIRO.

Zila: Símbolo do Saber Fazer

Terezinha de Queiroz Aranha*

Convidada para homenagear Zila Mamede no 40° aniversário da Biblioteca Central da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, que tem o seu nome, quero dizer que o fazer bibliotecário para Zila foi antes de tudo um exercício de amor, paixão, rigor e inovação técnica, entendia essa última como uma forma superior de SABER FAZER.

Tomando-se como parâmetro os dois trabalhos que lhe deram renome nacional, como bibliotecária e documentalista - **Luís da Câmara Cascudo - 50 Anos de Vida Intelectual,** publicado em 1970, e **Civil Geometria,** publicado após sua morte em 1985, pode-se concluir que um dos motivos que a inspirou, ao organizar a grande quantidade de informações que Câmara Cascudo e João Cabral de Melo Neto produziram, foi tornar acessível a grande maioria dos documentos que o pensamento criador de ambos cristalizou.

Utilizando-se da técnica (e arte) de documentar, Zila não só se apropriou dos meios para evitar o desperdício da informação acumulada por ambos, no desenvolvimento de suas atividades intelectuais, como garantiu, com a organização bibliográfica de suas produções, a formação de duas bibliotecas particulares "mais importantes como transmissoras formais de cultura do que os órgãos de transmissão formal do conhecimento", segundo Edson Nery da Fonseca.

Escrever (encarando como ato de permanente aprendizagem), ler e ser lida e tratar com reverência e ternura livros e documentos foi o seu modo de justificar a existência. Com liberdade plena, sem admitir camisas de força ela assumiu a postura de impedir a estagnação intelectual, a paralisia, que é o efeito mais danoso da auto-suficiência. Acreditando, na partida que jogava com a vida, que a vitória era conseguida através da palavra, ela a encarou de frente. E por mais árduo que tenha sido o seu itinerário - literário e técnico - somou belas vitórias.

Os frutos do seu trabalho, como escritora e bibliotecária, estão aí para atestar: **Rosa de Pedra,** editado pela Imprensa Oficial do Estado em 1953; **Salinas,** editado pelo MEC em 1958 e *Prêmio Vânia Souto de Carvalho,* conferido em Recife; **O Arado,** pela Livraria São José, do Rio de Janeiro, em 1959; **Exercício da Palavra,** Fundação José Augusto, 1975; **Navegos,** Editora Veja, Belo Horizonte, 1978; **A Herança,** na justa expressão da amiga Maria Alice Barroso é um livro que "parece ter saído das entranhas de Zila para o papel". Foi lançado em 1984.

Quanto à sua bibliografia ligada à área da Biblioteconomia, em sua maioria *obras de referência,* além dos já citados E ELOGIADOS **Luís da Câmara Cascudo - 50 anos de Vida Intelectual** e **Civil Geometria,** registram-se, dente outros, uma Bibliografia anotada sobre Xico Santeiro, em parceria com Veríssimo

de Melo, vários artigos e catálogo das publicações da Fundação José Augusto no período 1965/1984.

Permanecem inéditos um catálogo de autores norte-rio-grandenses, produzido no período de 1969 a 1972, quando ocupou a coordenação da Biblioteca Pública do Estado, e outro de publicações existentes na Biblioteca da UFRN, correspondendo a um período de 30 anos (1949-1979).

Se por força de justificar a postura científica de Zila, tendo a priorizar de certa forma sua ação como bibliotecária - ponte entre o homem e o conhecimento - não vejo como separar o trabalho técnico do seu itinerário poético.

Com seus instrumentos de trabalho: papéis, tinta, lápis, "borracha para apagar tesoura para contar e tachas para prender", tendo a cabeça como começo de tudo, conforme afirma em **Composição a frio,** poema inédito recém publicado em Bibliocanto, informativo da Biblioteca Central, Zila Mamede lembra um alquimista. Incansável alquimista diante de desafios lançados, ora pela inércia intelectual e cultural, ora ainda pela burocracia inoperante, que sufoca, asfixia e agride os que se dedicam às causas públicas, e que para sobreviver precisam recriar - permanentemente - as suas esperanças e os mecanismos para modificar e aperfeiçoar a realidade vivida.

Zila Mamede banhou de poesia o ar puro de Natal

Os Seminários na História Secular

O padre José Valquimar Nogueira do Nascimento - reitor do Seminário de São Pedro, relata a história secular dos seminários, bem como os resultados deles para a Igreja Católica

Pe. José Valquimar*

Entre os anos de 1545 e 1563, realizou-se inicialmente pela convocação do Papa Paulo III, o Concílio de Trento com notáveis e amplas reformas na Igreja Católica. Dele surgiu a organização dos Seminários, garantindo-se a formação do clero, o que também era fundamental para a reforma. Ao tratar, portanto do Sacramento da Ordem, o Concílio avaliava no Cap. XVIII o método de erigir seminário de Clérigos e de como educá-los. A intenção principal, segundo as palavras dos textos conciliares, era receber os jovens que fossem competentes e dessem esperanças por sua boa índole e inclinações, de que sempre continuariam servindo nos ministérios eclesiásticos. Porquanto, havia necessidade de um lugar específico para formá-los.

Passados os anos, os esforços modernos para a renovação dos Seminários receberam suas linhas fundamentais do Concílio Vaticano II: grande inovador das mudanças eclesiais para os tempos modernos. Sua importância para a formação sacerdotal está evidente nos diversos documentos conciliares. A Igreja decretou no Concílio Vaticano II que continua válida a sua experiência sobre Seminários, largamente comprovada por muitos séculos, afirmando que os Seminários são necessários para a íntegra formação dos futuros sacerdotes.

Nosso Seminário de São Pedro, cujas festividades dos 80 anos estamos celebrando até outubro, é uma experiência viva e frutífera desse ideal eclesial. Partindo para o novo milênio busca a novidade da modernidade, não simplesmente como "novo", mas como instrumento eficaz de aprimoramento. Rezemos pelo nosso Seminário: "Coração da Diocese".

A BRILHANTE TRAJETÓRIA

Segundo informações do livro de crônicas do ano de 1979, o primeiro bispo

de Natal, Dom Joaquim de Almeida já iniciara uma experiência de Seminário no ano de 1912, que deixou de funcionar nos anos de 1916-1918 quando a Diocese encontrava-se vacante.

Um importante artigo publicado pelo historiador Itamar de Souza (ex-aluno do Seminário) no Jornal "A República" em 16 de dezembro de 1884, fruto de minunciosa pesquisa, esclarece dados dessa época. Segundo ele, dessa tentativa formou-se uma comunidade de seminaristas denominada: **Seminário Diocesano,** cujo primeiro Reitor foi o Mons. Alfredo Pegado, coadjuvado pelos padres da Sagrada Família. O fechamento ocorreu quando Dom Joaquim de Almeida renunciou à Diocese por motivos de doença.

A criação do **Seminário de São Pedro** se deu oficialmente em 15 de fevereiro de 1919 com o 2° bispo de Natal, Dom Antônio dos Santos Cabral. Sua primeira turma contava com 12 alunos no Colégio Santo Antônio, ao lado da Igreja, no pavimento superior que dava para hoje rua Expedicionário Rodoval Cabral. Na reitoria encontrava-se o então Vigário Geral Mons. Alfredo Pegado. Essa turma teve entre seus alunos o Pe. Luís Gonzaga do Monte e Dom José de Medeiros Leite, bispo de Oliveira em Minas Gerais, já falecidos. A formação inicial do Seminário já constava do ginasial e dos cursos filosófico-teológicos.

É sabido que, mesmo antes da fundação do Seminário, alguns rapazes que estudavam no Colégio Santo Antônio e se interessavam pelo sacerdócio, eram enviados para realizar seus estudos em outros Seminários como: o da Paraíba (João Pessoa), Olinda, Fortaleza.

Por volta do dia 06 de novembro de 1924, "os seminaristas foram residir na casa grande de um sítio, onde hoje ergue-se o Cine Rio Grande, na Av. Deodoro da Fonseca".

"Pretendendo dotar o Seminário de instalações definitivas, D. Antônio dos Santos Cabral, comprou dois terrenos no Tirol. O primeiro pertencente ao Sr. José Getúlio Teixeira de Moura e sua esposa, Dona Ana Moura, foi comprado em setembro de 1919, compreendo uma área de 7.620 metros quadrados. Havia nele uma casa de telha e tijolo, na Av. Campos Sales, onde os seminaristas residiram durante um certo tempo. A parte norte deste terreno que dá para a Rua Apodí, está ocupada pelo posto São Pedro e o Zás-Trás, e pelo prédio da ex-Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais. O outro terreno foi comprado em dezembro daquele ano ao Sr. José Olegário Dantas e sua esposa, Dona Joana Gualherta Fernandes. Conforme a escritura lavrada no segundo Cartório Judiciário, os limites eram os seguintes: *possuidores de um cercado com uma casa de morada e diversas fruteiras, encravado na Av. Campos Sales, na Cidade Nova (*nome primitivo do Tirol*), desta Capital, em terreno foreiro do Patrimônio municipal com uma superfície quadrada de cento e dez metros e dez centímetros (110.10) limitado ao norte por propriedade de José Getúlio com cento e vinte (120,00) metros, a leste pela Av. Campos Sales com setenta e sete metros, ao Sul pela rua Maxaranguape com cento e vinte (120,00) e a Oeste pela Av. Prudente de Morais com cento e seis metros (106,00)...* Este imóvel foi adquirido pela Diocese por dois contos de reis". Até o ano 1930, nada foi construído nesse terreno.

Em 27 de janeiro de 1925 o bispo da época, Dom José Pereira Alves, apresentava um novo currículo escolar para o Seminário de São Pedro. Esse currículo encontrava-se redigido no livro de crônicas da seguinte maneira:

CURSO PREPARATÓRIO
(CORRESPONDENTE AO SEMINÁRIO MENOR)

(1° ano):
- Português
- Francês
- Latim
- Aritimética
- Catecismo

(2° ano):
- Português
- Francês
- Latim
- Aritimética
- Catecismo

(3° ano):
- Português
- Latim
- Geografia
- História do Brasil
- Álgebra
- Curso de Religião

(4° ano):
- Latim
- História Universal
- Corografia
- Geometria
- História Sagrada
- Curso de Religião

CURSO DE FILOSOFIA
(CORRESPONDENTE AO SEMINÁRIO MAIOR)

1° ano:
- Filosofia
- Física e Química
- Apologética

2° ano:
- Filosofia
- História Natural
- Apologética
- Literatura

CURSO DE TEOLOGIA

1° ano:
- Dogma
- História eclesiástica
- Eloquência Sagrada
- Sociologia

2° ano:
- Dogma
- Moral
- Escritura Sagrada
- Liturgia

3° ano:
- Dogma
- Moral
- Direito
- Escritura Sagrada
- Sociologia

4° ano:
- Dogma
- Direito
- Escritura Sagrada
- Pastoral
- Sociologia
- Liturgia

Mesmo com todo esforço, segundo o livro de crônicas de 1925, o Seminário é fechado no final deste ano por motivos financeiros e falta de meios adequados para a formação intelectual dos seminaristas. Foi reaberto no início de 1926, mas em 21 de março, após a missa dominical é novamente fechado, conforme telegrama recebido pelo Reitor no dia 7 de março. O telegrama dizia: *"Agradeço querido amigo sua dedicação pt Ouça Cônego Dantas a quem telegrafei fechando provisoriamente Seminário. Bispo de Natal"* (Dom José Pereira Alves, encontrava-se no Rio de Janeiro). No mesmo dia o Cônego Estevão Dantas - encarregado do Bispado na ausência do Bispo - recebeu o seguinte telegrama:

"Feche provisoriamente Seminário pt Escreva Arcebispo e Reitor Paraíba pedindo seminaristas..." Tendo obtido resposta positiva do Arcebispo da Paraíba, todos os alunos foram transferidos para o Seminário de João Pessoa, outros para o Seminário da Prainha em Fortaleza, São Paulo e Belo Horizonte.

No ano seguinte, em 1927, foi reaberto com o retorno dos seminaristas para Natal. Os seminaristas foram para as dependências do Colégio Diocesano Santo Antônio. Mas, por falta de melhores condições de funcionamento nesse lugar, foi transferido para a residência episcopal situada à rua Cel. Bonifácio (atual Santo Antônio) ficando no Colégio apenas o dormitório dos seminaristas. Naquele mesmo ano Dom José Pereira Alves, vendo que o Seminário encontrava-se em precárias condições, conseguiu com o Governador José Augusto que os seminaristas fossem residir num prédio do Estado, onde hoje funciona o Aero-Clube na Av. Hermes da Fonseca. Como Natal não era ainda Arquidiocese o Seminário ficou apenas com o ginasial, o Seminário Maior foi fechado, por determinação da Santa Sé, como aconteceu com outros seminários sediados em pequenas Dioceses. Só as Arquidioceses naquela época poderiam ter Seminário Maior. A partir desse fato, apenas o Menor continuaria a funcionar até reabertura do Seminário Maior que aconteceria 50 anos depois.

NOVA ETAPA

Em 1928, "não obstante ter Dom José Pereira Alves tentado a doação deste prédio para a "Diocese", o Governador Juvenal Lamartine de Faria o pediu de volta. Nessa ocasião, retornou ao Colégio Santo Antônio e era Reitor o Côn. João da Matta.

O prédio definitivo do Seminário, ou como era chamado: chácara do Tirol, muitas vezes mencionado em diversos escritos como um patrimônio histórico, foi construído em 1930 por Dom Marcolino Dantas, 4° Bispo de Natal. A fundação do referido prédio que está à Av. Campos Sales, 850 - Tirol, ocorreu a 3 de outubro daquele ano com início de sua construção sob a direção do Engenheiro Dr. Otávio Tavares a qual foi encerrada em 1933, após um árduo trabalho do mencionado Bispo.

Sobre este esforço de Dom Marcolino, o historiador Itamar de Souza no seu artigo diz o seguinte: "O cel. Rosendo Fernandes de Oliveira, residente em Carnaúbas, ofereceu todo o mosaico para a capela do Seminário no valor de 2.000$000; o Sr. Jonas Gurgel, prefeito daquela cidade, doou o mosaico para sala de visitas.

As doações feitas por pessoas de Natal foram inúmeras. Assim, quando estava à frente da Prefeitura de Natal, o Dr. Dias Guimarães ofereceu os paralelepípedos e meios-fios para entrada do prédio, que se estende o portão da balaustrada até a escadaria do acesso principal. O Dr. Omar O'Grady, proprietário da Serraria Industrial, doou a grande porta da entrada. Por fim, a Companhia Lloyd Brasileiro, por meio do seu agente nesta cidade, Sr. Odilon Garcia, auxiliou a construção transportando gratuitamente, do Pará para Natal, catorze milheiros de telhas francesas para a cobertura do Seminário".

Algum tempo após o término da construção do prédio, em agosto de 1933, esteve em visita Apostólica ao Seminário de São Pedro, o Revmo. Mons. Alberto Pequeno. Resultou daí, novamente a transferência de seminaristas do curso superior para Fortaleza. Concluíram os cursos em Natal aqueles que se encontravam nos últimos anos.

Em 1934, por um privilégio e favor concedido pelo Visitador Apostólico,

Mons. Manoel Pereira da Cunha Cintra (depois Bispo de Petropólis), alguns alunos que terminavam sua teologia permaneceram em Natal. dentre eles: Côn. Jorge O'Grady, Mons. Severino Bezerra e Dom José Adelino. Os demais seminaristas seguiram para outros seminários.

Nessa época, Dom Marcolino Esmeraldo de Souza Dantas anuncia a criação da Obra das Vocações Sacerdotais, com o fim de fomentar nas famílias o interesse pelas vocações sacerdotais; garantir a manutenção de alunos pobres no Seminário, além de adquirir donativos para o Seminário e seminaristas pobres. Os estatutos da O.V.S. foram promulgados no dia do aniversário de fundação do prédio a 3 de outubro de 1940.

Todo o empenho necessário para as melhorias do Seminário, foi realizado diversos setores. Por isso mesmo, em 22 de março de 1950 foram inscritos no Primeiro Ofício de Notas (Cartório de Natal) os estatutos oficiais do Seminário de São Pedro.

A partir de 1958 assumia a reitoria o Pe. Lucilo Alves Machado, até então Diretor Espiritual. Em sua época surgiu o ginásio Diocesano, construído no lugar onde estava a antiga casa que seria o Lar sacerdotal, a fim de que fosse uma fonte de renda para a manutenção do Seminário. Foi o primeiro Ginásio misto da época onde dentre os rapazes estudavam também os seminaristas. Funcionou até 1969. Nas dependências do antigo Ginásio encontra-se hoje um órgão do governo. O Posto São Pedro também foi outro empreendimento criado com a mesma intenção. Lá os seminaristas trabalhavam um turno. A novidade deste posto era que, diferente dos outros, tinha uma sorveteria. Alguns comentários que surgiam: "*o posto do padre venderá gasolina ou sorvete...?*"

Anos depois, precisamente no dia 9 de maio de 1963, o Prefeito de Natal, Djalma Maranhão, publicou no Diário Oficial a Lei nº 1325 que reconhece de Utilidade Pública o Seminário de São Pedro, o que aconteceu mediante um projeto de lei do vereador Raimundo Nobre Barreto, pai do então seminarista Misael Araújo Barreto - atual Reitor da Universidade Potiguar - aprovado na Câmara dos Vereadores.

Fruto de uma crise vocacional que atingiu muitos seminários do Brasil, o São Pedro novamente fechou entre os anos de 1969 e 1977. Nesta nova etapa do Seminário de São Pedro, faz-se necessário mencionar separadamente as trajetórias do Maior e Menor.

RENOVAÇÃO INICIAL

Com muito empenho, sacrifício e obstinação Dom Nivaldo Monte, ex-aluno, reabriu em 10 de fevereiro de 1977 o seminário menor, com 9 alunos, entre eles dois da Diocese de Mossoró -, as portas do Seminário no endereço de sua residência à rua Mipibu, 441. Segundo Dom Nivaldo, um dos que mais apoiaram sua decisão foi o atual vigário Geral Mons. Francisco de Assis Pereira. Naquela época era reitor, o Pe. Hudson Brandão. A referida residência fora doada pelo governador do Estado Sr. Aluísio Alves. Nessa época os seminaristas menores tinham seus estudos realizados no Colégio Marista. Aí residiram até 1988, quando foram transferidos para Nova Cruz. A nova instalação do Seminário menor recebeu o nome de Centro vocacional. Situado à Rua Pedro Velho, 300, tinha como Reitor Pe. Matias Patrício de Macêdo e Vice-Reitor Pe. Robério.

Depois da experiência do Centro Vocacional, o Seminário Menor foi reaberto a 16 de fevereiro de 1991, em

João Câmara na sede Paroquial. O fato ocorreu com missa presidida pelo então Arcebispo Dom Alair Vilar Fernandes de Melo e concelebrada pelos padres: Inácio de Loiola (Reitor), Mons. Luís Lucena Dias (Pároco de João Câmara), Pe. Robério Camilo da Silva, Mons. Luís Lucena Dias (Pároco de João Câmara), Pe. Robério Camilo da Silva, Mons. Vicente de Paula da costa Vasconcelos e Pe. Jaime vieira Rocha (Reitor do Seminário Maior).

De João Câmara o Seminário menor mudou-se para uma casa doada à diocese pelo Professor Ulisses de Góis situada à Rua Nilo Peçanha, 239. Assumiu a reitoria o Côn. Lucilo Alves Machado. Os Seminaristas menores permaneceram aí até 1995 quando em outubro foram para o prédio da Campos Sales permanecendo lá até dezembro. Em 1996 novamente foram residir à rua Mipibu, 441 - Petrópolis.

APÓS 50 ANOS

Em 1981 um novo desafio foi empreendido pelo Seminário, já que os seminaristas menores terminavam seu 2° grau e necessitavam continuar a formação. Teve início, portanto, no dia 15 de fevereiro desse ano o curso filosófico orientado para a formação dos seminaristas maiores. As aulas foram ministradas no ITEPAN (Instituto de Teologia Pastoral de Natal), por um grupo de professores, em sua maioria, da UFRN (Universidade Federal do Rio Grande do Norte). Um ano depois, em 1982, A Arquidiocese fez um convênio com a Universidade Federal para que os seminaristas pudessem pagar algumas disciplinas filosóficas; as demais foram assumidas pela própria equipe de formação do Seminário. A partir daí, de 1980 a 1983 a Arquidiocese de Natal enviou um grupo de 11 seminaristas para cursar Teologia no Rio de Janeiro. Residiram no Seminário São José e estudaram na PUC (Pontifícia Universidade Católica) até o ano de 1984.

Por um decreto promulgado em 08 de março de 1985, o Arcebispo Metropolitano de então, Dom Nivaldo Monte, erigiu o Seminário Maior da Arquidiocese de Natal tendo como patrono São Pedro. Nessa mesma ocasião tinha abertura oficial o curso de Teologia cujo funcionamento integral se daria no Seminário juntamente com o de Filosofia já em andamento. A casa de formação continuava sendo na rua Mipibu. Em 1994 os seminaristas da Teologia foram dali transferidos para a Casa do Clero em Emaús e em 1996 os filósofos, provisoriamente, para a casa de repouso das Irmãs do Amor Divino em Ponta Negra. Daí seguiram para o prédio da Av. Campos Sales, recém reformado, após ter sido entregue pelo governo do Estado ao qual estava alugado.

Em setembro de 1997, por ocasião de sua viagem à Suíça, passando pelo Rio de Janeiro, Dom Heitor de Araújo Sales convida o Pe. José Valquimar Nogueira do Nascimento, - na época exercendo seu ministério sacerdotal como formador do Seminário São José e Vigário Paroquial de Nossa Senhora de Guadalupe naquela Arquidiocese -, para assumir a Reitoria do Seminário Maior de São Pedro. Chegando a Natal no dia 31 de janeiro de 1998, Pe. Valquimar iniciou seus trabalhos no Seminário organizando a chegada dos seminaristas. A proposta do Arcebispo era de reunir na Campos Sales junto com os Filósofos, também os teólogos que se encontravam na Casa do Clero em Emaús (Doada por Nivaldo Monte). E conforme o planejado, a mudança da mobília da Casa de Emaús para os Campos Sales, foi realizada pelos 16 seminaristas. Tudo isso seria provisoriamente, já que existia um projeto de ampliação para o Seminário.

Com Pe. Valquimar assumiu a vice-reitoria o Pe. José Roberto da Rocha, ordenado sacerdote em 19 de junho de 1998 para esta missão. Continuavam fazendo parte da Equipe de Formação os seguintes padres: Mons. Francisco de Assis Pereira (Diretor do curso de Teologia), Mons. Angelo Dantas Barreto (Diretor do curso de filosofia); Pe. José Teixeira de Almeida(confessores). O Pároco de Jandaíra, Pe. Inácio de Loyola Bezerra, começou a assumir a direção espiritual da teologia vindo duas vezes por semana ao Seminário de São Pedro.

O Seminário Menor continuava à Rua Mipibu, 441 com Pe. Fábio dos Santos na Reitoria. Devido aos trabalhos do novo apostolado do Pe. Fábio dos Santos com a música e gravação de um CD, assumiu também a Reitoria do Seminário Menor em 1999, o Pe. José Valquimar Nogueira do Nascimento. A partir daí, o Seminário de São Pedro - Maior e Menor - teria um único Reitor. Pe. Fábio lançou o seu primeiro CD no dia 25 de abril de 1999.

Com o interesse de aprimorar a formação do seu futuro presbitério, Dom Heitor de Araújo Sales declarou publicamente a prioridade que a Arquidiocese daria ao Seminário com uma atenção maior. Fruto desse empenho é que em setembro de 1998 começaram as ampliações do prédio para atender as necessidades da adequada formação e, graças a Deus, ao grande número de vocações. Nesse esforço conjunto destaca-se a incansável ajuda dos irmãos católicos da Alemanha com o apoio da Adveniat e diocese de colônia que sempre ajudaram a arquidiocese de Natal e particularmente, nessa ocasião, ao seminário de São Pedro.

Embora já existisse uma planta para ampliação do Seminário, após a chegada do Pe. José Valquimar Nogueira do Nascimento, juntamente com Dom Heitor foi lançada uma proposta de reelaboração da mesma. Foi então que começaram os primeiros passos até se concretizar a planta definitiva.

Vê-se claramente a continuidade dos esforços para que o Seminário mantenha viva a sua índole e estrutura. Já nos primeiros anos após a construção do prédio da Campos Sales, Dom Marcolino Esmeraldo de Souza Dantas, preocupava-se com a permanente iniciativa dos fiéis em prol dessa Instituição criando a **Obra das Vocações Sacerdotais,** com o fim de fomentar nas famílias o interesse pelas vocações; garantir a manutenção de alunos pobres no Seminário, além de adquirir donativos para o Seminário e seminaristas pobres. Os estatutos da O.V.S foram promulgados no dia do aniversário de fundação do prédio a 3 de outubro de 1940.

Ao completar 80 anos, o Seminário de São Pedro é para Natal e o Rio Grande do Norte um marco da cultura e da formação na história de várias gerações, como mencionou algumas vezes, nesta casa, nosso ilustre Câmara Cascudo. Após terem passado desde 1919, os incansáveis 12 reitores, diretores espirituais, confessores e inúmeros professores e padres das equipes de formação, o Seminário caminha rumo ao novo milênio vislumbrando horizontes frutuosos.

Graças a Deus, a chácara do Tirol, apesar de tantos sacrifícios, nunca deixou de reluzir o seu brilho. Pode até ser chamado hoje de o Casarão de ouro da Campos Sales.

O SEMINÁRIO E A CULTURA

No empenho de formar sacerdotes santos e sábios, o Seminário de São Pedro sempre zelou pelo cultivo da piedade, cultura e produção intelectual. Isso se mostra já desde a criação dos **Grêmios de estudos** a partir da Sociedade Santo

Agostinho fundada em 7 de abril de 1919. Sua linha de orientação destacava-se pela oratória e discursos em verso e prosa de temas escolhidos. A primeira diretoria desta sociedade era constituída pelo presidente: Rafael Holanda Cavalcante; Secretário: Leão Medeiros Leite; Orador: Luis Carlos Guimarães Wanderley; Bibliotecário: Abel Coelho. Depois dessa iniciativa surgiram outras como os Grêmios: São Luis Gonzaga (06/03/1828); São Jerônimo (15/08/1932); Dom Bosco (1/03/1936); Academia Pe. Anchieta (11/04/1937) cuja diretoria era composta pelo presidente: Mons. Alair Vilar de Melo; Vice-presidente: Hermógenes Araújo; secretário: Adherbal Villar; orador: Eugênio Sales; bibliotecário: Firmino Medeiros.

Surgiram também com finalidades semelhantes os chamados **Círculos de Improvisos:** círculos Santa Teresinha (da divisão dos menores); Dom Marcolino (30/09/1959 - da divisão dos médios); Santo Cura d'Ars (da divisão dos maiores) e a **"Maison Française"** (1957) cuja finalidade era o estudo e aperfeiçoamento da língua francesa.

ALUNOS MAIS ILUSTRES

1. Dom Eugênio de Araújo Sales
2. Dom Heitor de Araújo Sales
3. Dom Antônio Soares da Costa
4. Dom Alair Vilar Fernandes de Melo
5. Dom Nivaldo Monte
6. Dom José Adelino Dantas
7. Dom Manoel Tavares
8. Dom Jaime Vieira Rocha
9. Dom Matias Patrício de Macêdo
10. Dom José de Medeiros Leite

Na verdade, acrescentamos a tudo isso, a importância que teve o Seminário na formação de muitos eclesiásticos que tiveram influência determinante nos diversos setores da sociedade norte-riograndense, até no governo do Estado e Município, e inúmeros leigos que se destacaram como: políticos, intelectuais, magistrados, militares, etc. no passado e ainda hoje. E muitos dos amigos do Seminário, dentre os quais, Câmara Cascudo, - o qual cita o Seminário em alguns de seus escritos -, fizeram dessa casa uma verdadeira luminária, como aliás retrata muito bem a cor de sua fachada. Rogamos a Deus que dê, por intercessão de São Pedro, a graça de uma longa vida a esta Instituição.

*** Reitor do Seminário de São Pedro**

Discípulo corrigiu o Mestre

Paulo Pereira dos Santos*

No nosso artigo, O PAI DA CIÊNCIA ECONÔMICA, publicado nesta revista de nº 03, fazíamos uma síntese sobre a vida e a obra de Adam Smith, economista escocês, o formulador da estrutura científica da economia. Neste nº 04, falaremos sobre outro economista não menos importante, que se considerava um discípulo de Smith. Afirmava ele que estava sistematizando as idéias de seu mestre e corrigindo alguns pequenos erros por este cometidos.

É mais uma oportunidade para o leitor conhecer um pouco sobre algumas mudanças da teoria econômica em um determinado período de sua história.

Esse economista é o francês Jean Baptista SAY, que nasceu em Lion no ano de 1767 e faleceu em Paris no ano de 1832. Tornou-se famoso pela elaboração, em 1803, da célebre lei dos mercados, cujos postulados serviram para sustentar, por muito tempo, parte da teoria econômica neoclássica até a depressão de 1929.

Pertencia à Escola Clássica. Sua mocidade fora quase toda vivida na Inglaterra. Quando a Revolução Francesa eclodiu em 1789, ele voltou à sua terra e passava a colaborar no Jornal "Courrier de Provence" dirigido por Mirabeau, este também economista. Foi, neste periódico, que ele despertou sua atenção para os problemas econômicos e políticos. E, depois que leu a Riqueza das Nações, de Smith, dedicou-se à Economia Política. Em 1816, começou a ensinar Economia. Criou, em 1819, a cadeira de Economia Industrial no Conservatoire das Arts e Métiers (Conservatório de Artes e Ofícios).

Foi nomeado professor de Economia Política no College de France. Além dessas funções acadêmicas, ele era industrial, deixando esta atividade quando assumira aquelas.

Como Diretor do jornal La Décade, ele escreveu e divulgou com muita lucidez a doutrina econômica de Adam Smith.

SUAS OBRAS

As principais obras de SAY foram Traitê D'Economie Politique, em 1803, (Tratado de Economia Política) e Cours Complet de Économia Politique Pratique (Curso Completo de Economia Política Prática).

SAY faz algumas referências elogiosas a Smith pelas suas importantes contribuições à Economia Política, mas, por outro lado, aponta seus erros: "Depois de ter mostrado... o progresso que a ciência da Economia Política deve ao Dr. Smith, talvez não fosse inútil indicar... alguns pontos em que ele errou... Ele atribui a capacidade de produzir valores apenas ao trabalho do homem. Isto é um erro.

O valor que a humanidade atribui aos objetos se origina do uso que deles possa fazer... Tomarei a liberdade de associar o termo utilidade à capacidade de certas coisas satisfazerem a vários desejos da humanidade... A utilidade das coisas é a base do seu valor e seu valor constitui riqueza... Embora o preço seja a medida de sua utilidade, seria um absurdo inferir que, aumentando-se à força, seu preço, sua utilidade possa ser aumentada. O valor de troca, ou preço, é um índice, seu

preço, é um índice da utilidade reconhecida de certa mercadoria" (SAY, Jean Baptiste - Um Tratado de Economia Política - Editora Nova Cultural, São Paulo, 1988 (Os Economistas) pág.165.

Vê-se que SAY defendia a idéia de que o preço ou o valor de troca de qualquer artigo dependia completamente de seu valor de uso ou utilidade. Assim contrariando a idéia de que o trabalho constituía a fonte do valor e afirmando que somente a utilidade criava valor. Ele não só discordou, claramente, das idéias de Smith e de Ricardo, mas também incorporou a orientação da utilidade ao contexto de uma concepção científica e social. E essa nova abordagem lhe permitiu ser, com Nassau Senior, os mais importantes precursores da tradição neoclássica que passou a dominar a economia em fins do século XIX e no século XX.

SUA LEI DOS MERCADOS

Conforme esta lei, a produção criaria sua própria demanda, isto é, a oferta criava a procura equivalente, não permitindo o surgimento de uma crise geral de superprodução. Esse conceito do automatismo do mercado ou do equilíbrio econômico passava, depois, a ser chamado de Lei de SAY. E foi, em parte, a base da teoria econômica neoclássica, apesar de ser rejeitada por importantes economistas, como Karl Marx, Mathus e Jonh Maynard Keynes, entre outros.

Vale lembrar que até hoje essas idéias da Lei de SAY são aceitas de alguma forma por vários economistas.

SAY defendia, em cartas endereçadas a Malthus, a idéia de que nunca seria possível uma superprodução geral ou depressão que provocasse desemprego involuntário. Afirmava que uma economia de mercado era uma economia em que os produtos especializados intercambiavam seus artigos. A moeda era apenas um instrumento para facilitar a troca, sem ter nenhuma importância. Ele dizia que ninguém chegaria a produzir se não desejasse trocar o que produzisse pela produção de outra pessoa. Por conseguinte, uma oferta geraria uma procura da mesma dimensão.

SAY, ainda, admitia que seria possível uma superprodução temporária de alguns artigos, mas isto viria do fato de não ter sido alcançado o equilíbrio do mercado. Poderiam alguns preços baixarem muito e outros subirem muito. Daí poderia haver superprodução dos artigos, cujos preços fossem muito baixos. Nesse caso, a superprodução e as faltas e excessos individuais seriam nulos por variações de preços e pela transferência dos capitalistas das industrias de baixo lucro para as de lucro alto. Desse modo, o mercado nunca teria uma superprodução de todos os artigos.

Mas acontece que, em 1929, a grande Depressão Econômica ofuscava essa sua teoria permitindo a KEYNES a afirmar que a lei dos Mercados de SAY não funcionava em crises profundas

KEYNES mostrava que o desemprego e a depressão tinham como causa fundamental a escassez de novos investimentos. Daí o governo ter que estimular os investimentos para evitar esse tipo de crises. Não seria, portanto, um mercado plenamente, livre, pela "mão invisível", que iria manter esse equilíbrio entre a oferta e a procura porque a crise econômica de 1929 havia comprovado o contrário.

CONCLUSÕES

Na verdade, Adam Smith na sua argumentação de que a "capacidade de produzir valores" era somente do trabalho foi uma falha. Sabe-se que nesses valores existe, também, o componente utilidade. E este componente é também importante por que só se incorpora à uma mercadoria, antes se sabendo que ela tem utilidade. Se ela não é útil não se emprega trabalho. Daí, SAY ter

afirmado que era a utilidade a determinante do valor e não o trabalho. Mas este economista se esqueceu de que a utilidade encerra um conhecimento prévio sobre a mercadoria e o trabalho um conhecimento posterior no processo de produção. Então a utilidade permite a mercadoria ter valor e o trabalho (inclusive custos) determina a quantificação desse valor que é o preço.

Isso significa dizer que Smith quanto SAY estão, parcialmente, certos e, parcialmente, errados em alguns pontos da teoria do valor-trabalho. A verdade é que a utilidade pressupõe um valor ainda não quantificado e o trabalho quantifica esse valor. Em outras palavras, o fato de SAY ter afirmado que a utilidade é um valor de uso, porque é útil a quem faz uso daquela mercadoria, mas este valor não é quantificado, ao passo que o valor trabalho, de Smith, é quantificado de forma pragmática.

Conclui-se que SAY errou por não considerar também o trabalho como um valor, mas somente a utilidade; e Smith por considerar, apenas, o trabalho e não a utilidade.

Tudo isso nos mostra que o homem por mais genial que seja não é o dono de toda verdade. O homem não sabe tudo, mas de alguma coisa.

A própria economia para se tornar ciência precisou de muitos séculos e das contribuições de muitos homens estudiosos para que isso acontecesse.

***Professor aposentado da UFRN, Economista, Escritor e Sócio efetivo do IHGRN.**

O CONTRABANDO
NO BRASIL
COMEÇOU COM O
PÁU-BRASIL DESDE 1500.
AINDA HOJE
NOS PALÁCIOS E CASTELOS
DE TODA EUROPA
PREDOMINAM OS MÓVEIS
FEITOS DE PÁU-BRASIL.
O TRABALHO E SANGUE
DO ÍNDIO BRASILEIRO
GUARDARAM O LUXO
DO VELHO MUNDO.

Toda Bíblia é Comunicação

Auricéia Antunes de Lima

"O Senhor vos quer apóstolos intrépidos do seu Evangelho e construtores de uma nova humanidade". João Paulo II.

Jesus foi o comunicador perfeito do projeto do Reino de Deus. Segui-lo radicalmente é compromisso de todos os Cristãos. Divulgar a melhor das notícias, a Palavra de Deus, é a nossa missão. As transformações no mundo, em decorrências dos avanços da Ciência e Tecnologia, assustam e intimidam o homem. Este, impotente diante da velocidade das mudanças e das suas conseqüências, entra em conflito e questiona a razão e a fé.

Sua Santidade, João Paulo II, diz para não termos medo de nos tornarmos os santos do próximo milênio. Convoca-nos a sermos missionários da paz e do amor, divulgando o Evangelho de Nosso Senhor Jesus Cristo. Ressalta o importante papel dos comunicadores sociais chamando-os a refletirem sobre suas ações. A Igreja, sábia por inspiração divina, está ciente da importância dos Meios de Comunicação para contribuir no propósito de evangelização do ano 2000.

As mudanças são evidentes desde as relações sociais até a tecnologia. A participação da mídia nesse contexto é indiscutível. Vivemos numa aldeia global onde as pessoas estão próximas virtualmente e longe nos seus ideais. Desprezam os autênticos valores cristãos e assimilam posturas importadas que atendem interesses de um mundo globalizado, cujos compromissos econômicos se sobrepõem aos princípios morais tão esquecidos neste final de século.

Assumir a vida religiosa como seguimento cristão significa seguir a forma de vida que Jesus assumiu; sua condição de peregrinação terrena quando viveu aniquilado. "O estado religioso imita mais de perto e perpetuamente representa na Igreja aquela forma de vida que o filho de Deus assumiu ao entrar no mundo para cumprir a vontade do Pai, e por Ele foi proposto aos discípulos que O seguiam"(LG 44;p.46).

Para onde vamos? Eis a questão? A Internet traz o mundo para dentro de casa. Mais e mais pessoas, diariamente, se conectam à rede mundial de computadores de forma muito simples. Uma linha telefônica e o acesso a um computador. Peças que se tornam comuns nos lares porque têm preços cada

vez mais baratos e mais acessíveis.

Revelam estudos que aproximadamente 2 bilhões de pessoas estarão conectadas até o ano 2000. Todos os conceitos serão repensados. Não há distância nem fronteiras para estes internautas. A comunicação entre os seres é intensificada, sem muito calor humano é verdade, mas de forma rápida e prática. A fogueira já não é um sinal de comunicação seguro. Pode confundir os que estão na era da robótica.

Os meios de Comunicações ora refletem a própria realidade do povo, ora interferem em seu comportamento. É vitorioso quem utiliza os recursos tecnológicos. Os sinais dos tempos asseveram que a comunicação na Igreja Católica já não pode ser feita pelo repicar dos sinos. O homem, usando a inteligência permitida por Deus, criou possibilidades antes nunca imaginada. A reversão é impraticável. Portanto, é preciso caminhar para chegar na frente.

O comunicador perfeito

Jesus para falar com seu povo utilizava recursos naturais de comunicação. Se preocupava em ser ouvido e por isso falava nos lugares mais altos. O vento contribuía para levar suas palavras às multidões. Todos lembram da passagem do Evangelho que Jesus perguntou aos apóstolos "o que dizem que eu sou". Era ou não uma pesquisa de opinião? A resposta era o termômetro da situação política e social. A igreja Católica surgiu com o nascimento do cristianismo. Uma época de perseguições aos que aderiram aos ideais cristãos. O evangelista Marcos relata que Ele (1,15),despertava a admiração do povo, pois, "ensinava como quem tem autoridade e não como os escribas(1,22). Ele caminhava com seu povo. Visitava as pessoas e fazia refeições nas casas dos amigos. Não é técnica de marketing?

Deus, através do Pai Abraão e Moisés, se comunicou com o Povo de Israel levando sua mensagem de fé e esperança numa vida plena de Salvação. Todos os sinais e símbolos de comunicação foram utilizados por Cristo na sua mensagem Salvífica.

A Bíblia é uma expressão viva da Palavra de Deus. Comunicação do começo ao fim. Os primitivos cristãos nem imaginavam escrever sobre a carreira de Jesus porque acreditavam que Ele voltaria num futuro próximo. Tempos depois entenderam ser importante documentar a tradição oral e escrita, o que aconteceu por inspiração divina. "Muitas vezes e de modo diversos falou Deus, outrora, aos pais pelos profetas; agora, nestes dias que são os últimos, falou-nos por meio do Filho"(Hb 1,1-2). Os primeiros livros da Sagrada Escritura inspiram muita esperança. Por tudo isso perguntamos? Dois mil anos depois do nascimento de Jesus é possível a Igreja não recorrer aos recursos da modernidade para divulgar o Reino de Deus?

Jesus revolucionou porque foi visionário. Era tido como subversivo para os padrões da sociedade de época. Pregava uma mensagem verdadeira e atual. Para salvar o homem do pecado recorreu a todos os meios possíveis, chegando ao extremo de oferecer sua própria vida e cumprir o que estava escrito no Antigo Testamento, para nos livrar do pecado e conceder-nos a vida plena de salvação ao lado do Pai.

O prof. Dr. Pe. Pedro Gilberto Gomes, presidente da União Cristã Brasileira de Comunicação em duas gestões afirma: "Precisamos aprender a usar a tecnologia com eficiência. Não é preciso rezar o terço todo o dia, mas entender a mensagem de Cristo".

Na Carta Octogésima Adveniense,

de 14 de maio de 1971, o Papa Paulo VI refere: "Entre as mudanças maiores do nosso tempo, nós não queremos deixar de salientar a importância crescente que assumem os meios de comunicação social e seu influxo na transformação das mentalidades, dos conhecimentos e da própria sociedade(...) estes mesmos meios (...) chegam a representar como que um novo poder. E como não interrogar-se, então, sobre os detentores reais de tal poder, sobre as finalidades que eles intentam, sobre os meios que eles adotam e , enfim, sobre a repercussão de sua mesma ação, quanto ao exercício das liberdades individuais, tanto no domínio político e ideológico, como na vida social, econômica e cultural?" O Santo Padre não errou em suas previsões.

Mass Media

Às vésperas do próximo milênio a Igreja se auto-avalia e se renova, pede perdão, se reconcilia, volta-se para Deus e contempla o mistério da sua infinita misericórdia. A vida humana tem sua origem e fim em Deus criador, salvador, justo, verdadeiro e único. O verbo de Deus feito homem é presença constante em nossas vidas. A certeza da nossa salvação .Ele é o caminho, a verdade e a vida. Este é o Deus vivo, amigo, compreensivo, de perdão e de amor que todos almejam encontrar. Infelizmente muitos não O encontraram porque experimenta o mundo de ilusões. Desconhecer o Evangelho de Nosso Senhor Jesus Cristo é simplesmente não viver essa espiritualidade.

Pergunta o Santo Padre João Paulo II: Como podem os meios de comunicação colaborar com Deus ,em vez de agir contra Ele? E como pode, os mass media ser uma presença amiga para quem deseja a proximidade amorosa de Deus nas próprias vidas? ... que os meios de comunicação tornem verdadeiramente possível, a quem procura Deus, ler duma maneira nova os dois livros, o da natureza, que é o reino da razão, e o da revelação, a Bíblia, que é o patrimônio da fé.... que os responsáveis pelo mundo das comunicações sociais se empenhem em contribuir, e não a impedir, para a busca de um sentido que está no próprio âmago da vida humana."

Pode o homem destruir o que Jesus construiu? "Eu vim para que todos tenham vida e vida em abundância". O comunicador social , em especial, tem papel primordial diante desta realidade. É preciso uma reflexão de vida pessoal e profissional dos que atuam nesta área para redefinir seu verdadeiro papel neste mundo criado por Deus e transformado pela mão humana. As mazelas agridem os que têm como padrão de vida o respeito a dignidade dos que foram criados a imagem e semelhança de Cristo.

Não é possível falar do que não se sabe. O homem luta por uma causa quando confia em seus ideais. Pode o comunicador divulgar a Palavra de Deus se ele mesmo não tem compromisso por esta Causa? "Convertei-vos e crede no Evangelho (Mc 1,15;cf.Mt 4,17). É preciso que haja conversão dos que atuam nos meios de comunicação ou do contrário os bons propósitos permanecerão no discurso. Os interesses econômicos se sobrepõem aos princípios cristãos e o resultado é o que ora se verifica. É preciso uma militância de testemunho cristão. A ética é compromisso de todos em qualquer situação, ou pelo menos deveria ser, sobretudo dos comunicadores, responsáveis pela formação de opinião....Disse o Santo Padre: (...) "é grande o serviço que a mídia pode desempenhar , a fim de que o anúncio da salvação alcance todos, próximos e distantes... a comunicação social torna-se, dia após dia, mais complexa e assume

um papel cada vez mais importante na formação da mentalidade e na construção da sociedade civil. A mesma obra de evangelização, na qual a Igreja está particularmente empenhada no limiar do Terceiro Milênio, encontra no uso dos mass media um percurso fundamental e imprescindível... a comunicação se tornou a alma que dá forma à cultura do nosso tempo. Mas precisamente porque é a alma, não pode prescindir das suas responsabilidades em relação ao sentido e ao valor da vida(...).O Papa João Paulo II se reporta ao denominado quarto poder. A ordem não está inversa?

Histórico

O homem se comunica desde o nascer até seus instantes finais. È natural sua insatisfação, sua busca pelo desconhecido. Na história da humanidade sempre houve registros de conflitos, guerras, insegurança. A lei da sobrevivência imperou nos primórdios. Os pesquisadores não descansam enquanto não decifrarem o enigma da evolução do homem e o principio das civilizações. Através das representações pictóricas do paleolítico é possível afirmar que o homem vive na terra há cerca de 30.000 a .C.

A lei da sobrevivência o fez usar seus instintos naturais violentos. Se comunicava utilizando-se de diversas técnicas rudimentares. Fato este que com certeza contribuiu para sua permanência no nosso planeta.(...) O homo habilis, muito antigo, sabia pelo menos afiar o bordo das pedras para torná-la mais cortantes(...)".

Nas primeiras comunicações usou os dedos e pincéis rudimentares utilizando o carvão ou a lenha para fazer suas representações. Usou a linguagem dos sons, sinais, fumaça, tambores, fogo e as cores, entre outras. Já nos anos 5.000 a 4.000 a.C. os povos sumérios inventaram a escrita.. Os primeiros escritos da Bíblia apareceram por volta do ano mil antes de Cristo, tempos do Rei Salomão. O alfabeto surge na metade do segundo milênio antes da era cristã. O livro do Apocalipse foi escrito mais ou menos no ano 95 depois de Cristo. Os chineses inventaram o papel. Por volta de 1448 Johannes Gensfleinsh Zun Gutemberg, na Mogúncia, Alemanha, faz adaptação das técnicas então conhecidas e se torna o inventor dos tipos móveis de aperfeiçoamento da tinta de impressão. Tempos depois, já no século XIX, o jornal sai da fase de imprensa manual para em cores. Neste ínterim a imprensa escrita é uma realidade em vários países.

Uma verdadeira revolução. Os impressos facilitam a comunicação. Aparecem os primeiros informativos de formas e orientações variadas. Não há dúvida de que o mundo jamais seria o mesmo depois da descoberta dessas modernas técnicas de comunicação. Foi a época da reforma protestante. As teses de Lutero, foram copiadas a mão e depois publicadas.

No final do século XIX surge o maior fenômeno da comunicação de massa: o rádio. Tinha grande alcance a distância e custo reduzido. Primordial nessa nova caminhada da humanidade. O homem começou a ser informado em todos os recantos e nem precisava ser alfabetizado. O rádio é ouvido pelo homem do campo e pelo estadista. Na segunda guerra mundial foi instrumento estratégico utilizado como "armamento pesado". No final do século passado surge a televisão. A indústria televisiva foi dominada em meados de 1930. A mídia estava parcialmente completa porque os avanços da ciência e tecnologia provam, neste final de milênio, que muito estar por vir. O homem continua sua busca que é a busca do próprio Deus. "No princípio Deus criou o céu e a terra."(Gn 1,1).Depois de tudo

criado "Deus viu que tudo era bom"(Gn 1,25). Infelizmente a realidade é outra. "O mal que existe no mundo é causado pelo homem desobediente a Deus(cf.Jr 5,250.

Asseveram estudiosos que os sofrimentos experimentados pelo homem neste final de século são reflexos dos meios de comunicação de massa. Mas será mesmo? O rádio e a televisão têm espaço definido e poder de persuasão indiscutível. Portanto é importante repensá-lo. O poder de cada um é relevante no processo de desenvolvimento de uma nação. O setor de telecomunicações se expandiu. São satélites domésticos com uso exclusivo brasileiro, tv a cabo, internet, fax, telefone fixo e celular de longo alcance, computador etc. Enfim o mundo está ligado pelos recursos dos meios de comunicação. O homem sem eles não mais existirá. Tudo está conectado. A medicina avança utilizando-se desses recursos. As pessoas são informadas, no mesmo instante, de tudo que acontece no mundo.

Sobre a questão diz João Paulo II(...) "Por vezes a comunicação arrisca cobrir com a impetuosidade das imagens e dos sons o vazio, a pobreza das mensagens e a ausência de referências éticas válidas. Perante tal comunicação, que prefere ter receptores inermes em vez de protagonistas activos, para confundir em vez de ajudar a reflectir, é mais urgente do que nunca oferecer, com competência e criatividade, um suplemento de motivações e de conteúdos, a fim de realizar uma rede de comunicações ao serviço do bem(...)".

Estamos nos 500 anos de evangelização da Igreja Católica no Brasil. O rádio chegou ao Brasil em 1927 e o primeiro jornal em 1808. No dia 18 de setembro de 1950 é inaugurada oficialmente a primeira estação de televisão, a TV. Tupi de São Paulo. Os computadores estão dentro de nossas casas. O mundo cada vez mais perto. Viver sem esses veículos é impossível.

Comunicar evangelizando

E a Igreja Católica como se comportou diante de tantas transformações? Em 4 de dezembro de 1963, quando do Concílio Vaticano II, o Santo Padre Paulo VI aprovou o decreto sobre os meios de comunicação social: imprensa escrita, cinema, televisão e demais meios que concorram para a difusão do pensamento." Para o reto uso desses meios é absolutamente necessário quer todos os que se servem deles conheçam as normas da moral a este respeito e as sigam fielmente.... compete à autoridade civil deveres especiais em razão do bem comum para o qual são ordenados tais meios... procurem todos os filhos da Igreja, de comum acordo, que os instrumentos de comunicação social sejam empregados, sem a menor dilação e com o máximo empenho, nas múltiplas obras de apostolado tal como o exigiu as realidades e as circunstâncias do nosso tempo, antepondo-se às más iniciativas, especialmente naquelas regiões onde o progresso moral e religiosos requer um trabalho mais urgente(...).

Neste final de milênio as preocupações da Igreja em relação as ações dos meios de comunicações foram intensificadas porque os sinais dos tempos indicam esta necessidade. O clero sabe que o repicar dos sinos não é suficiente para evangelizar no meio do mundo. Resistir as mudanças não é prudente. É importante se adequar a nova realidade e utilizar as poderosas ferramentas dos meios de comunicação para divulgar a Palavra de Deus. Vence quem chegar na frente porque a era é da tecnologia e do conhecimento. Tudo tem seu tempo. O projeto de evangelização do Novo Milênio

será trabalhado de acordo com as novas perspectivas. (...) " A Igreja acompanha com muita atenção este processo, convicta de que uma maior integração entre as transmissões locais e nacionais contribui muito para a evangelização via éter, e seguiu este caminho na Itália, dando início a um projeto de televisão e de rádio satelitares.... estamos no limiar do Grande Jubileu do ano 2000. A difusão e o extraordinário poder da mídia poderão contribuir para fazer ecoar em toda a parte a mensagem do grandioso acontecimento jubilar".

A Igreja Católica foi criada por Nosso Senhor Jesus Cristo para continuar seu trabalho de conversão do homem, para isso é preciso caminhar na mesma direção que ruma a humanidade. Não é mais possível se apegar a uma comunicação de púlpito, altar e rituais litúrgicos. Aqueles sacerdotes de ar austero, distantes de suas ovelhas, sem diálogo, que não participa da vida da comunidade, que não conduz a homilia para as questões sociais e se fecha por trás das portas dos templos e da tradicional batina preta, não contribui para a proposta de evangelização que almeja o Santo Padre João Paulo II. Diante das vicissitudes da vida moderna é preciso estar ao lado do Povo de Deus procurando aumentar a sua fé em Cristo. O concílio Vaticano II alertou a Igreja para os novos tempos. Isso já tem algumas décadas.

A Igreja Católica é santa e pecadora porque é conduzida por homens. Registra a história fatos que muito bem poderiam ter sido evitados. Está aí o Sumo Pontífice se desculpando por páginas não agradáveis da nossa Igreja. O que é de Deus prospera. Nessa caminhada de 2000 anos a nossa Igreja redireciona suas ações para sua verdadeira missão: divulgar o projeto do Reino de Deus para que mais pessoas conheçam a Sua Palavra e sejam salvas.

O tempo urge por uma Igreja vigilante, presente, amiga, cheia de credibilidade, uma verdadeira Casa do Pai. As transformações necessárias não se resumem em utilizar técnicas de comunicação para evangelizar e converter mais pessoas. Exige mudanças radicais. Todo um contexto precisa ser revisto: mais zelo e rigor na formação dos futuros sacerdotes e maior compromisso dos Católicos. Apesar dos índices elevados de pobreza e analfabetismo de milhões de seres, em todo o mundo, o homem evoluiu e sabe discernir o bem do mal. O mercado de trabalho, escasso e seletivo, exige outro perfil dos profissionais do futuro.

O sacerdote do ano 2000 não foge a regra. A fé sem ação não é nada. Todo bom pai ralha com seus filhos no propósito de encaminhá-los para a vida sem muitos sofrimentos. O importante não é o número de "vocacionados" mas a qualidade dos que pretendem seguir Jesus. A Igreja precisa está atenta a todas essas questões as quais refletem, também, na sua credibilidade. É importante selecionar e detectar onde realmente existe a verdadeira vocação. Quais dos candidatos a representantes de Cristo vieram por convicção e estão dispostos a carregar a cruz de Cristo radicalmente? Quem concede a absolvição sacramental das culpas cometidas?; é Cristo que perdoa por vosso intermédio. Vós sois os "administradores dos ministérios de Deus"(1Cor 4,1).O sacerdote é testemunha de Cristo no serviço da Palavra e dos Sacramentos: "Estais marcados pelo caráter sacerdotal, que é um real sinal espiritual, incancelável". Disse João Paulo II. Os votos perpétuos devem ser integralmente cumpridos. Uma grande responsabilidade ser representante de Cristo, modelo para outros cristãos e perdoar pecados. É preciso ser fiel a Deus. A melhor comunicação é a boa imagem da instituição e dos que a

integram. Vamos zelar, Clérigos e leigos, pela boa imagem da Igreja Católica. Registre-se que a nossa Igreja ,no Brasil e no mundo, tem bons sacerdotes que conduzem sabiamente suas ovelhas.

O Santo Padre, João Paulo II, é um ser iluminado. Conduz com sabedoria divina a nossa Igreja. É corajoso, forte , simples, firme em suas decisões, um homem de fé, cheio do Espírito Santo. Tem levado a Palavra de Deus a todos os recantos do mundo. Seu desempenho é primordial no processo de evangelização nesse final de século. É modelo de bondade, fraternidade, fé, humildade, perdão e amor.

Evangelização e comunicação

E a Igreja Católica como reage as mudanças? È sabido que os meios de comunicações têm reflexo essencial nas transformações por que passa a humanidade. Consequentemente a questão religiosa não foge a regra. O fundamentalismo religioso é uma realidade e nenhuma crença pode dispensar os recursos que esses veículos podem proporcionar. O homem experimenta um vazio ideológico, questiona inúmeros porquês e busca a verdade. Mas que verdade? Deus é o objetivo de todos nós.

Afirma João Paulo que o grande jubileu será uma celebração de Deus.(...) uma celebração de misericórdia infinita que todos os homens e mulheres desejam, apesar de estarem muitas vezes marcados pelo pecado que, segundo a expressão de Santo Agostinho, é como procurar uma coisa boa num lugar errado(...).Pecamos quando procuramos Deus onde ele não pode ser encontrado. Os fatos comprovam que o homem tem buscado Cristo exatamente onde ele não está.

No dia 16 de maio de 1999, Dia mundial das comunicações, o Santo Padre emitiu a seguinte mensagem: " Mas media: presença amiga ao lado de quem procura o Pai". Nunca tantos procuraram o Pai eterno. (...) "O tema reconhece a influência excepcional dos mass media na cultura contemporânea, e por conseguinte, a responsabilidade especial da mídia no testemunho da verdade acerca da vida , da dignidade humana, do significado autêntico da nossa liberdade e interdependência recíproca(...).Refere o Sumo Pontífice.

Destaca o Santo Padre o papel do comunicador social diante dessas transformações sociais. "Jesus é a palavra de Deus que se fez carne e veio morar no meio de nós"(Jo 1,14). Ele utilizou-se de um processo inculturado e dialógico de comunicação perfeita. Enviou seus discípulos ao mundo inteiro para proclamar o Evangelho a todas as criaturas. Diz Marcos "Os discípulos foram proclamar a Boa Nova por toda parte"(16,20). No século XIII Francisco de Assis restaurou a nossa Igreja e enviou seus seguidores para o meio do mundo seguindo o exemplo de Nosso Senhor Jesus Cristo. Tudo isso é comunicação. Os tempos são outros e os métodos de comunicação completamente distintos.

A Igreja ou se moderniza em suas práticas de comunicação ou não atingirá seus objetivos. O homem nunca esteve tão necessitado de ouvir o Evangelho. É preciso divulgar a Palavra de Deus e dizer para todos os povos que esta é a verdadeira Igreja fundada por Jesus e entregue a São Pedro. Hoje santamente conduzida pelo Santo Padre João Paulo II.

A tecnologia permite que uma mensagem seja emitida e captada em segundos. È essencial, portanto, avaliá-la porque após emitida seus efeitos podem ser contrários. A ética dos que atuam nos meios de comunicação é primordial. Os profissionais dessa área devem se

conscientizar que estão utilizando armas poderosas que podem construir e até destruir pelo poder da informação. Dizer que os veículos refletem a própria sociedade não justifica exageros.

Ressalta João Paulo II...'deixai-nos olhar com muita esperança o próximo Milênio, animados pela confiança de que haverá pessoas, na Igreja e nos meios de comunicação social, que estarão prontos a cooperar a fim de garantir que a promessa possa prevalecer sobre a ameaça, e a comunicação sobre a alienação. Isto dará a garantia de que o mundo da mídia se tornará uma presença cada vez mais amiga para todos os povos, apresentando-lhes "notícias" dignas de serem recordadas, uma informação cheia de sabedoria e um divertimento que suscita a alegria(...). Estará Sua Santidade querendo uma utopia?

O jornalista pode contribuir, para em conjunto com a Santa Igreja divulgar a Palavra de Deus, a melhor das notícias, e trabalhar passo a passo com a mesma para o bem comum tão almejado pela humanidade. O que é preciso para que isso ocorra? Primeiro lutar pela liberdade de expressão e para que o homem exerça seu direito de cidadania.

Responsabilidade

Na minha compreensão o homem ou um País, é livre quando tem liberdade econômica. Logo, está longe de vivenciarmos a expressão máxima da palavra. Incluímos os jornalistas nesse contexto. O poder econômico, sobretudo dos meios de comunicação, tem influenciado assustadoramente a sociedade. Os jornalistas, quase que inertes, tentam cumprir seu compromisso com a verdade dos fatos. Missão quase impossível quando se atende interesses de grupos.

Os profissionais que têm como fundamento existencial princípios morais e uma formação cristã, contribuem por uma boa causa e a imprensa tem exercido papel importante para a consolidação da democracia brasileira e melhoria da qualidade de vida de seus cidadãos. Os jornalistas primam em exercer suas atividades com ética ainda que para isso paguem preço considerável. Os altos índices de desemprego do País são refletidos no restrito mercado de trabalho dos profissionais da imprensa. Por tudo isso, alguns assumem funções que os inibem de exercitar integralmente sua verdadeira missão: a verdade dos fatos.

O quadro de fome, miséria, desemprego e falcatruas de alguns políticos aumenta o compromisso dos jornalistas com a justiça. As evidências anunciam transformações em todos os aspectos nas primeiras décadas do século XXI. O homem será mais evoluído espiritualmente. Creio que será mais fraterno, solidário e voltado para as Coisas de Deus. A verdade é que buscará uma religião para se fortalecer. O jornalista, ou melhor, a imprensa seguirá paralelamente. Profissionais já estão sendo preparados para a nova imprensa. A tendência visualiza os valores humanos em primeiro lugar. O povo está consciente dos seus direitos e unido, portanto, mais forte.

E a Igreja Católica? Também deve evoluir de forma geral. Os católicos buscarão seu templo sagrado porque a Igreja estará mais presente. Único compromisso dos sacerdotes: a conversão das almas através de intenso trabalho de evangelização.

O Santo Padre e os Bispos têm grande responsabilidades com a Igreja do futuro. Não adianta responsabilizar os meios de comunicação pelo descrédito da fé das pessoas. È preciso se auto- avaliar. Onde erramos? Onde acertamos? Como chegar mais perto do Povo de Deus?

A comunicação social vem sendo um recurso indispensável.

Porque as pessoas se afastam da Igreja? O que acontece na minha Igreja para que isso ocorra? Estou realmente exercendo o meu papel de representante de Cristo? Correspondo ao que me propus, ou seja, ter Jesus como modelo de vida? Como sacerdote exerço uma vida honrada que também pode ser exemplo para as minhas ovelhas? É preciso ter a coragem de se interrogar. Os seminários estão preparados para formar os sacerdotes que exigem os novos tempos? Os leigos também devem exercer seu ministério com fidelidade. Sou um Católico praticante e exemplo de bom Cristão? Como se comportam os que assumiram o compromisso de serem representantes de Cristo e ter o poder de perdoar pecados?

Somos chamados a santidade. Os sacerdotes, mais que todos, têm que ser fiel a Cristo. Estão se propondo a ser modelo, o que é uma grande responsabilidade e/ou irresponsabilidade quando não se cumpre o prometido. Uma pessoa santa é a maior comunicação que pode ocorrer dentro da Igreja. Senão vejamos: Frei Damião, São Francisco de Assis, Madre Tereza , irmã Dulce, Dom Hélder, Santa Clara e tantos outras criaturas de Deus que com suas virtudes exercem o poder da comunicação. São exemplos de bons cristãos e modelos a serem seguidos.

Em seguida é trabalhar a Palavra de Deus evangelizando todos os seres onde eles estiverem. Utilizar os recursos da modernidade. Trabalhar para que o mundo seja cada vez melhor e muito mais almas sejam salvas. Os meios de comunicação e a Igreja podem trabalhar juntos por esta grande Causa: a Causa de

Deus. Os comunicadores se utilizam de ferramentas poderosas , mas se atuarem com reto propósito podem direcionar suas ações para os compromissos cristãos. A mídia eletrônica é uma realidade , importante para o desenvolvimento de um pais e essencial na vida dos povos. Usá-la para o bem é dever de todo comunicador e proprietário dos meios de comunicação.

Enfim, comunicar é uma necessidade intrínseca do homem, mas não se pode esquecer de que a mensagem para ser compreendida como verdade é preciso ser vivenciada por quem a anuncia. Ninguém pode testemunhar o que não vive. Por isso a imagem de uma instituição depende mais das ações que dos discursos.

Para encerrar essas reflexões citamos Santo Agostinho:(...)" Se encontramos algo de verdadeiro nos homens maus, corrigimos a sua maldade sem violar o que há neles de justo. Assim, na mesma pessoa, emendamos os erros a partir das verdades admitidas por ele, evitando destruir as coisas verdadeiras com as críticas das falhas".

PAZ e BEM!

Atingimos à globalização nas vitórias esportivas

Rosaldo Aguiar (Acern)

"Passando da "corrente" nossos times perderam", assim comentava o falecido cronista esportivo João Machado, nos idos de 1967, se referindo aos resultados negativos de nossos times de futebol, quando atuavam fora de Natal.

Contestando a crítica, iremos enfocar nomes dos vitoriosos potiguares em diversas modalidades esportivas. Não se trata de um trabalho biográfico, são anotações pesquisadas para um registro indelével de feitos que estão elevando o nome esportivo do Estado, valorizando os nossos atletas, vencedores no exterior.

Nos esportes não há lugar para o herói, mas sim para o vitorioso. Para aquele que age como bravo, com um objetivo, uma aspiração, sem querer fazer inveja aos outros, buscam sempre receber os louros da vitória, com competência e honradez na tentativa de ultrapassar os seus próprios limites físicos. A diversificante pesquisa irá recordar os nomes e fatos de nossos desportistas.

Nos anais da nossa história, qual o mais antigo registro, já em 1920, aparece o nome de Getúlio Soares, selecionado para participar das Olimpíadas da Antuérpia, Bélgica, como nadador, classe livre.

Sem obedecer a escala cronológica dos acontecimentos, enfocamos o futebol, esporte de massa, o mais festejado. Em 1923, o jogador do América o centroavante Nilo Murtinho Braga, lembra não sendo potiguar vai residir no Rio de Janeiro. Jogou no Fluminense e Botafogo, chegando a ser artilheiro em ambas equipes e do campeonato carioca. Foi o primeiro atleta saído de Natal, a vestir a camisa amarela da seleção brasileira de futebol e participou do 1° Campeonato Mundial de Futebol de 1930, no Uruguai.

Frisamos aos leitores que estamos enfocando atletas que atuaram fora do Brasil, aqueles que passaram longe da "corrente", a divisória municipal desta terra que completa seus 400 anos de fundação.

Quem se lembra de Demóstenes César, um moreno magro, risonho, veloz atacante que jogava em Natal, o primeiro a ser contratado para jogar no estrangeiro - Desportivo de Caracas, Venezuela.

Tivemos Dequinha, o mossoroense que deixa o ABC pelo Flamengo do rio e logo é convocado para nossa seleção, Copa de 1956.

Edmilson, "Piromba", um canhão na potência de chute, do ABC para o Fluminense e chegou a ser convocado para vestir a camisa amarela do Brasil.

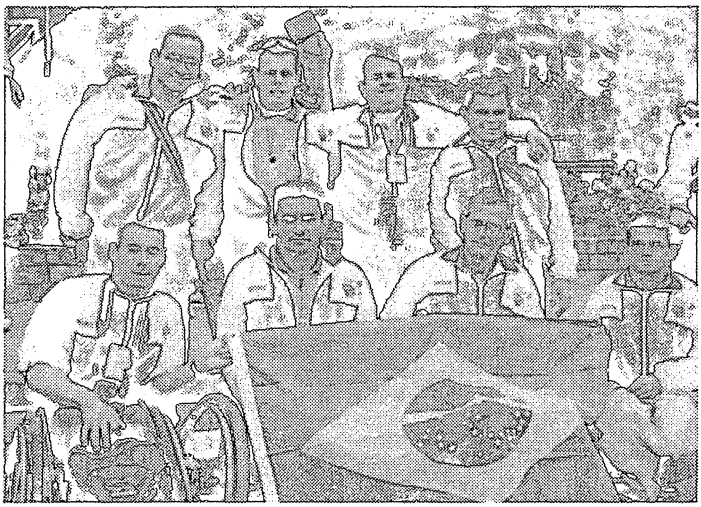
Marinho Chagas, quase uma repetição de Dequinha, sendo que este foi mais longe. O irrequieto loiro que iniciou nas "peladas" do antigo campinho da Salgadeira, Cidade Alta, deixa o ABC vai

para o Botafogo e veste a "canarinha", chega a ser considerado o melhor lateral do mundo. Recebe da revista Placar o troféu "Bola de Prata" em 1972, encerrando sua brilhante carreira futebolística nos Estados Unidos, em Nova York, no Cosmo e esteve em outros clubes americanos como treinador. Hoje reside com seus pais no Alecrim, à rua Benjamin Constant.

Poucos natalenses assistiram Miguel Lima, goleiro, jogando pelo Cruzeiro de Macaíba, depois de curta passagem pelo Riachuelo da Capital, indo direto para o Vasco da Gama, rio, levado por um comandante da Marinha na época. Jogou também no Cosmo, de Nova York-EUA. Hoje é empresário hoteleiro em Natal e na cidade de Pensacola, Flórida, EUA, onde comercializava um Centro Futebolístico.

O mais recente jogador de futebol que vestiu a camisa amarela da nossa seleção foi Souza, natural de Itajá, hoje no São Paulo F. C.

Há fatos interessantes até mesmo insólitos no futebol potiguar. Didi, um craque de Parelhas, jamais atuou em Natal. Foi para o "sul maravilha" e hoje joga um time de Stutgart, Alemanha. Temos também um "prata de casa" do América, Matuzalém, da seleção é jogador de um time da Itália. E, para desmentir a crítica construtiva de João Machado, o ABC em 1973 passa 102 dias jogando no exterior - Europa, Ásia e África, campanha de 24 jogos com 14 vitórias, 4 empates e 6 derrotas. Esta foi a maior façanha realizada pra um time de futebol potiguar.



Equipe de Natação no Mundial de Nova de J va Zelândia/1998: Zeca Vilar e Gledson Soares - dois últimos à direita.
Na frente: Rildeme Fonseca, Francisco de Assis, Adriano Galvão e Genesis Andrade - todos laureados com medalhas de ouro e prata de ouro e prata.

Atualmente o nosso basquetebol adulto está parado. Escolares e veteranos se movimentam. A velha guarda como Nilo Machado e Paulo Cunha são convocados para integrar os selecionado brasileiro de veteranos. Nilo jogou na Finlândia e Paulo veterano no Uruguai. Mas o basquete nos deu uma das maiores glórias nos esportes. 1958, José Moacir Albuquerque (AABB), juntamente com Paulo Cunha nos Jogos Sul-americanos foram campeões de lance-livre, Moacir integrou a equipe mundial de

Universitários de Basquetebol, em Belgrado Roberto Felinto jogou na Seleção Brasileira e no Vasco, Rio. Para compensar a diminuta galeria de esporte da cesta, Natal e o berço de nascimento de um dos maiores jogadores do mundo, Oscar Daniel Bezerra Schimdt, que iniciou sua gloriosa trajetória aqui, na terrinha. Titular absoluto da nossa seleção, apesar de ser um veterano, Oscar como todos nós brasileiros, se encheu de euforia e orgulho quando vencemos em 1996 nos Jogos Pan-americanos , em Atlanta, nos Estados Unidos com os imbatíveis jogadores de basquete. Além da vitória, Oscar ainda foi o cestinha da competição. Terminados os jogos, o natalense foi considerado o melhor tecnicamente, "mão santa" com Flamengo, rio de Janeiro.

Carlos Alberto de Souza Azevedo, atual Presidente da FNB, presidiu a delegação brasileira de Basquete no México.

Superando a ausência de um destaque no voleibol, Natal através de Virna considerada nos últimos jogos seletivos para as Olimpíadas de Sidney-2000, jogos realizados na Corea e China, como a melhor do mundo. Virna é extraordinária tanto na defesa como no ataque. Foi o primeiro atleta a receber do Governo estadual a medalha de mérito Esportivo "Silvio Pedroza". Virna hoje joga no flamengo, Rio.

Franklin de Sá Bezerra, que jogava bem, entra na nossa galeria como Juiz Internacional de Voleibol. Teve várias atuações na Europa.

No Sul-americano do Chile, nosso ciclista Francisco Alves Maia é chamado para o campeonato seletivo mundial. Estamos sempre representados nos Jogos do Pan-americano. Em 1955 a jovem Cláudia rocha, no Chile foi campeã na prova de Montain-bike. No ano seguinte, 96, outra jovem Giane Silva, na Venezuela vence a prova com bicicleta de marcha.

O esporte é dinâmico e mutável em seus aspectos e o RN acompanha o rítmo com progresso vitorioso. Não somos bons no handebol, mas temos um representante na esfera da globalização - João Bosco Guerra é árbitro internacional desse esporte, já atuou no Pan-americano e na Dinamarca.

No karatê, brilhamos nos Estados Unidos e no Equador.

O atletismo potiguar se destaca no cenário internacional com muita força. A garra demonstrada por nossos atletas é evidente pelas premiações recebidas por eles, a mídia nacional em busca de nomes mais conhecidos, marca na galera, os consagrados nomes como de Magonólia, correndo nas Olimpíadas de Seul, Corea em 1988. Mas temos que reconhecer que há outras Marias - Campeãs, como Maria das Graça Moreira, jovem de Parelhas, a grande maratonista que representou o Brasil na Maratona de Paris, França, 1968. Maria Leide de Morais, filha de Lajes, campeoníssima em marcha atlética, recordista nacional e dos Jogos Pan-americanos, hoje figurando no ranking internacional e sempre convidada para participar de provas na Argentina, Colômbia, Paraguai e ultimamente na Rússia. A menina de 16 anos de idade, Edna Rodrigues, na categoria menor, já integrou a seleção brasileira nos jogos Pan-americanos, em marcha atlética. Hoje a jovem atleta do Vasco da Gama, rio. Nas corridas de fundo temos a campeã Marineide Maria, sucesso no Chile. Na prova de marcha lenta, temos Francisco de Souza, categoria juvenil, com uma prova de atletismo que muitos acham até engraçada pelo trejeito como o corredor se comove, mas precisa de muita técnica e treinos, como fez o nosso campeão Pedro Lopes, no Pan-americano do Uruguai em 1989, na marcha atlética.

José dos Santos Figueiredo, técnico e preparador de sua esposa, a velocista

internacional Maria Mgnolia, integrou, por várias vezes, delegações brasileiras, como técnico de atletismo, em competições no exterior.

Saímos da terra, vamos para o mar, as belas praias natalenses. Umas planas outra acidentadas, mas sempre piscosas e deram aos aficionados pela pesca oportunidades de nos representar em campeonatos internacionais, e os sócios do Pâmpano, Cleanto Homem de Siqueira, Júlio César de Andrade, Deudedith Matoso, Talvacy Medeiros e Eleusis Magnus Lopes Cardoso, estiveram nas praias do Uruguai, Chile e Paraguai participando da pesca de Costa.

O progresso avança. O esporte evolui e novas técnicas surgem, e no RN acompanha toda a evolução esportiva. **Beach Soccer** "e novidade, mas já temos um craque selecionado com o sucesso internacional, trata-se do goleiro Josenildo Fernandes Quental, o Dinho, convocado para a seleção brasileira para disputar um torneio em Mônaco, o riquíssimo Principiado europeu.

Para o interminável rol, estamos em todas, além fronteiras. Vamos para o Chile com a turma do Judô, são 4 atletas portiguar - Tairone Rocha, Lacet Júnior, Francinildo Bernardes e a jovem Naire Machado, os judocas papa-jerimum da nossa seleção.

Mas o efeito da globalização esportiva com excelentes índices vitoriosos não é exclusividade dos são, são os atletas de corpos perfeitos, musculosos, atingem também os nossos atletas deficientes físicos paraplégicos. A integração social-esportiva que as Associações específicas estão reabilitando e descobrindo em muitos deficientes suas formidáveis habilidades, os dons imaturoque explode na medida dos treinos físicos e psicológico na ânsia de vencer duplamente - social e esportiva. O grande promotor é Zeca Vilar, Presidente da Sociedade Amigos do Deficiente Físicos do RN e a euforia dos atletas para superarem suas deficiencias e que graças aos esforços de cada um vão trazendo a troféus para o Estado. Aceitaram o desafio e romperam a ingrata barreira social, são vitoriosos e heróis.

Uma sínopse das vitórias internacionais. 1990, IV Pan-americano sobre rodas em Caracas, Venezuela, Gledson Soares com 13 anos de idade, medalha de prata. No Campeonato mundial Stock Mandeville, Inglaterra, gledson foi a maior revelação mundial, ganhou 5 medalhas de ouro. 1992, Jogos Para olimpíadas em Barcelona, Espanha, Gledson Soares, Rildene Fonseca e Genesis Alves, medalhas. Novamente na Inglaterra, 93, mas medalhas. Mundial de natação na Ilha de Malta, Europa, os atletas potiguares bateram recordes. O RN já se firmou no cenário internacional. Nos jogos Paraolimpíadas em Atlanta, EUA, nosso Estado competiu com o maior número de atletas e medalhas.

Verdadeiros recordes de capacidade técnica e competência na supremacia nos esportes entre os paraplégicos potiguares. O Brasil nos últimos jogos Paraolímpicos recebeu 9 medalhas de ouro, sendo 7 foram exclusivamente ganhas por nossos atletas. Pelo mundial de natação na Nova Zelândia, 1998, Adriano Galvão venceu as provas de 50m e 200m nado livre. Gênesis Andrade subiu no pódio para receber medalhas de ouro no nado de peito e de prata na prova de nado de costa. Confirmando seu cartaz na Europa, Adriano Galvão é considerado hoje no ranking mundial, classe de paraplégicos, o melhor atleta de natação.

Somos também campeão internacional no Halterofilismo. Os atletas potiguares Tereza Mulato e João Euzébio são campeões com medalhas, disputas entre os deficientes físicos.

Sob a orientação técnica e administrativa de Zeca Vilar, vários paraplégicos potiguares estão convocados para os jogos pan-americanos do México 1999. Não resta a menor dúvida, vão trazer muitas medalhas e aumentar o prestigio que atualmente goza o nosso Estado no exterior.

Virna defendeu, fortemente, o esporte potiguar.

Na extensa relação de vitoriosos em diversas modalidades esportivas, temos no Jiu-jitsu os lutadores Ricardão e Thiago, ambos com medalhas nos jogos Pan-americano e no torneio da Arábia Saudita. Gustavo Henrique Craveiro e Fábio Holanda Cavalcante, em Jiu-jitsu, se classificaram em terceiro lugar no Pan-americano de 1998, o primeiro na faixa marron categoria leve e o outro faixa também marron, categoria meio-pesado.

Natal sempre foi palco de excelentes jogos de futsal e tivemos bons jogadores. Para não fugir da tradição, Cacau, um craque que atuava no ABC joga hoje na Espanha.

O nosso belo litoral com suas praias tranqüilas e de águas mornas dá o ensejo de se praticar o surf e a mocidade está nas cristãs das ondas e em quase todas nossas praias de norte a sul, os surfistas estão galgando seu lugar ao sol e temos dois campeões internacionais - Fábio Gouveia e Joca Júnior, que participaram no campeonato mundial da Austrália e do Havaí, baterias do WQS. Ambos são campeões e atualmente estão residindo fora do Brasil.

Mas temos outra modalidade esportiva que fomos campeões no Havaí, USA. Tratava-se da luta Vale-tudo com o natalense Marcelo Tigre.

E por coincidência, o futebol

encerra a nossa pesquisa da globalização esportiva. O nosso Estado está levando com certo gabarito, o prestígio. E ultimamente os jogadores potiguares Barata, atuando na Espanha e Baica jogando no time Rio Ave, de Portugal.

Com especial registro de desportistas que deram seus nomes no rol dos destaques com o excelente corredor de pedrestianismo Luís Cabral que sempre teve boas colocações na corrida internacional da São Silvestre, de São Paulo. O árbitro de basquete Brigadeiro Hélio Celso Louzada, que foi membro do Conselho de Desportos do nosso Estado, diretor do América e juiz da Federação de basquete de 1956/58, bem como, Nilton Agra que, como Louzada, foi internacional de Basquete

O zagueiro de futebol Luís Carlos Scala que chegou a vestir a camisa da nossa seleção de futebol que jogou alguns anos no América e foi treinador de vários times de Natal. Também Lula, apesar de ser recifense desenvolveu se u futebol aqui em Natal. Para o fluminense, Rio onde chegou a ser convocado para a nossa seleção.

Pouquíssimo esporte faltou ter participante potiguar, mas em quase todos ouve o grito de presente na globalização esportiva.

Concluindo a nossa pesquisa sobre os potiguares que tiveram seus momentoss de glória fora do Estado.

Em 1997, na cidade Nova Yorque, Estados Unidos, Helianto Lucena, José Simplicio Maia e Jovany Medeiros, que participaram do Torneio Aberto de Xadrez.

"Iron Man", o médico Américo Martins, no Havai participou do Triathlon.

O natalense Lawrence Borba, participou de uma competição internacional de natação na Inglaterra.

No basquetebol, Roberto Silva Cavalcante, hoje médico e m Brasília, DF, jogou pela seleção do Brasil na categoria Infanto-juvenil, em 1970 na Argentina recebendo medalhas de vice-campeão. Roberto atuou também na seleção brasileira classe Juvenil.

J. M. Morris Brown, nascido em Natal e residente hoje em Vitória (ES), filho do inglês J. M. Browm, genro do ex-governador Juvenal Lamartine, foi por mais de seis anos, até 1949, campeão Pan-Americano de Pontos Compensados da América Latina, em Snipes.

Raimundo Nonato Pereira, o Raimundo das Virgens para os íntimos, estudou, d e 1914/1918 na Inglaterra e Escócia, na Dollar Academy, onde foi atleta destacado de suas primeiras equipes de remo natação e rugby.

(*) Acern-52

Iatismo do RN para Norte/Nordeste

Fernando Gomes Pedroza implantou a vela no Rio Grande do Norte em 1952, com a criação de uma flotilha de snips, fundando o Iate Clube de Natal três anos depois. No mesmo ano , atraiu para as águas do Rio Potengi o V campeonato Brasileiro de Snipe, patrocinado pela CBVM, com participantes de todo o país. O então comodoro do Iate Clube e capitão da Flotilha de Snipes instituiu em 1957, o Campeonato Norte/Nordeste daquela classe, fazendo doação à Snipe Class Internacional Racing Association de um troféu, o "Cecília Pedroza", de posse transitória, para ser disputado anualmente entre as flotilhas da região e com a participação de snipistas de todo o país. O troféu (um modelo de snipe em prata), foi adquirido por Fernando em Santander (Espanha), quando participava de uma reunião de secretários nacionais da classe, representando o brasileiro Fernando Avellar.

O desportista natalense exerceu a comodoria do Iate Clube de Natal em cinco gestões, sendo conselheiro, benemérito e patrono do clube. Iatista militante em várias classes internacionais de barcos a vela, foi membro da Junta de Governadores da SCIRA em dois mandatos, tendo organizado e presidido comissões de regatas de vários certames mundiais e do Hemisfério Ocidental, além de mais de uma dezena de campeonatos nacionais e regionais. Mestre amador, fundou em 1974 a Federação Norte-rio-grandense de Vela, sendo seu primeiro presidente. Fernando Pedroza vem organizando, congregando e competindo desde 1952 sem interrupção, com presença em quase todos os centros náuticos do país, na busca de desenvolver uma mentalidade náutica entre os jovens, principalmente no Rio Grande do Norte, onde fundou, em 1978, as flotilhas de Hobie Cat 14 e Laser.

Para falar sobre a vela em seu Estado e no País, Fernando recebeu Mar/Vela e Motor para a seguinte entrevista:

MVM - *Conte-nos sobre sua idéia de criar um campeonato anual para as flotilhas de snipe no Norte e Nordeste.*

PEDROZA - Foi em 1957. Os campeonatos nacionais realizavam-se uma vez por ano. Num país das dimensões do Brasil, os velejadores desta região tinham dificuldades em participar de outros certames no sul, devido às distâncias. Mais um campeonato oficial, além do nacional, concorreria para reunir os snipistas todos os anos, a partir de Vitória do Espírito Santo, aprimorando-lhes a técnica e estimulando o desenvolvimento da vela. Daí a idéia do Norte/Nordeste, com doação à SCIRA do troféu "Cecília Pedroza", já disputado 24 vezes.

MVM - *Por que até hoje a vela no Nordeste ainda não atingiu o nível técnico das flotilhas do sul?*

PEDROZA - A meu ver, por razões de ordem econômica, populacional e geográfica, ou seja, maior poder aquisitivo das populações do Centro-Sul, além das flotilhas estarem relativamente perto uma das outras, principalmente no eixo Rio-São Paulo. No Nordeste, a distância de Fortaleza a Salvador vai a mais de 1.500 quilômetros. E todos sabemos que o progresso em qualquer esporte decorre da competição.

MVM - *Que acha o senhor do estágio de desenvolvimento da vela no Brasil de Hoje?*

PEDROZA - Muito maior do que há 5 anos atrás, porém, ainda pouco desenvolvido numericamente, em relação a países como Estados Unidos, Austrália, Canadá ou França. Enquanto nos EUA existem cerca de doze milhões de barcos de recreação, o Brasil tem algumas dezenas de milhares. Para igualar percentualmente os Estados Unidos em relação à população, deveríamos ter pelo menos sete milhões de embarcações de recreio navegando em nossas quatro mil milhas de fronteiras marítimas, rios, lagos ou represas. Citando outro exemplo: só em Nova Gales na Austrália, há 130 Iate Clubes com mais de trinta e oito mil sócios e oito mil embarcações, a maior parte participando de regatas em todos os fins de semana.

MVM - *Como explica o senhor que, embora sem a quantidade de barcos que deveria ter em relação à sua população , o Brasil tenha conquistado medalhas olímpicas e vitórias incontestáveis nos certames que disputa no exterior?*

PEDROZA - Não há outra explicação: o velejador brasileiro tem vocação inata para o desporto da vela. Com pouca experiência internacional, com falta de apoio finánceiro ou suficiente treinamento físico e técnico, necessário para competições no exterior, o brasileiro quando lá chega se agiganta, compete e vence, para surpresa e consternação dos demais concorrentes. Tem acontecido fatos incríveis, neste aspecto, que já fazem parte do folclore de vela. Relato apenas um, para não alongar a entrevista: há alguns anos, em um campeonato mundial de snipe nos Estados Unidos, nossos representantes não levaram barco por falta de verba oficial. Lá chegando apenas com as velas, conseguiram um barco emprestado com um dos sócios do clube anfitrião e pediram autorização para fazer algumas modificações, mudando a posição da encora e aplicando os macetes brasileiros: os rapazes trouxeram para o Brasil o troféu mundial.

MVM - *O que deveria ser feito, em sua opinião, para a expansão da vela em nosso país?*

PEDROZA - Para acelerar a prática da vela no Brasil, precisamos, inicialmente, popularizar o esporte, criando uma mentalidade náutica entre os jovens, aumentando-se o número de escolas de vela nos Iate Clubes, dar maior divulgação pela imprensa - jornais, rádios e TV's - às regatas e campeonatos, incluir classes veleiras nos Jogos Universitários e Estudantis, conseguir apoio financeiro oficial para a aquisição de barcos pelas Federações e clubes náuticos para revenda a prazo para os interessados, maior recurso para as promoções, pelas Federações de competições nacionais e regionais, incentivar a criação de clubes veleiros nos Municípios onde houver água para navegar, além de muitas outras medidas paralelas, todas visando tornar o barco a vela um *hobby*, uma mania de brasileiro. Nos últimos anos, quando as

grandes empresas descobriram o filão da propaganda gratuita que representa o patrocínio de grandes competições, o esporte teve grande impulso. Entretanto, o apoio financeiro que a Confederação Brasileira de Vela e Motor concede às Federações para os eventos oficiais (organização e transporte) ainda é bastante exíguo, tendo-se em vista as metas de expansão a serem atingidas - embora este apoio tenha aumentado recentemente. Isto porque as verbas que a Confederação recebe do Conselho Nacional de Desportos são suficientes para atender aquelas metas, considerando-se, ainda que a maior parte desses recursos são aplicados para enviar atletas ao exterior e treinamentos para os jogos olímpicos ou pan-americanos. Afinal, é o esporte que traz medalhas para o Brasil.

IATISMO

"Seis de janeiro é sempre um dia de júbilo para os natalenses. Festeja-se, como sabemos, a data que consagra aos três reis magos, condignamente. Nas proximidades da entrada da barra, onde os holandeses erigiram a histórica fortaleza, os católicos construíram uma capela em homenagem aos três santos do oriente, local onde se realizam, durante dias, interessantes festas populares, de caráter religioso, com barracas, lapinhas, bumba-meu-boi, que culminam com uma impressionante procissão fluvial em homenagem à Nossa Senhora dos Navegantes, com uma cortejo de cerca de quinhentos barcos de todos os tipos. As velas brancas pandas aos brandos ventos, as bandeiras que *ornam* as embarcações, emprestam à encantadora paisagem uma tonalidade cambiante de festa e alegria, formando um quadro de rara beleza, tantas vezes *decantado* pelos poetas.

Nesse mesmo dia, consagrado a Gaspar, Belchior e Baltazar, do ano de 1952, como que sob o influxo de uma feliz inspiração, um grupo de desportistas decidiu dar forma e vida ao desporto de Vela na terra potiguar, fundando a Flotilha de Snipes do Rio Grande do Norte. A reunião teve lugar na residência de Fernando Pedroza. Logo se lavrou uma ata, que teve as assinaturas de Fernando Pedroza; José Aguinaldo de Barros, Humberto Nesi. Ulisses Cavalcanti, Silvino Lamartine de Farias, Alínio Cunha de Azevedo, Rui Moreira Paiva, João Macena, Ari Alecrim Pacheco, Aurino Suassuna, Humberto Teixeira, José Olímpio, Roberto Bezerra Freire, Luiz Gonzaga Siqueira, Alvamar Furtado de Mendonça e Luiz Barros.

A base aérea de Parnamirim, dando o seu apoio à idéia, cedeu esplêndido local à margem direita do rio. A Base Naval de Natal, solidarizando-se também com a iniciativa, cooperou na parte técnica de organização de regatas. O grupo de primeiros sócios da Flotilha se cotizou para enfrentar as primeiras despesas. Foram reformadas e melhoradas as condições dos galpões e teve começo a construção dos cinco primeiros barcas. Daisy, Picucha, Liége, Aratú e Cachucha. O entusiasmo contagiante das primeiras experiências e os sucessos iniciais. E a flotilha, tendo Fernando o seu primeiro capitão, começou a ter vida efetiva. Em fins de 1953 tiveram começo as primeiras regatas - prova incontestável de sua vitaliciedade".

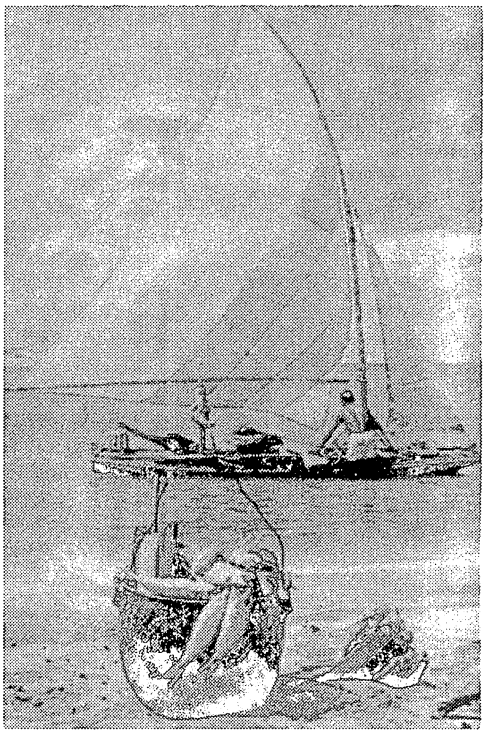
Fundação do Iate Clube

"Após três anos de fundação da Flotilha, em 6 de janeiro de 1955, continua o patrono do clube, "reúnem-se na residência de Aurino, antigos e novos adeptos da vela, Fernando Ulisses Cavalçanti, João Cadmo, Clemente Galvão, Pedro Lopes, Antônio da Silva Dantas, Ari Alecrim Pacheco, Solon Galvão e Dalton Andrade, além do anfitrião Suassuna, são os fundadores. E o novo clube não congregaria apenas snipes, mas lanchas e outras classes de barcos. Seções de remo, motonáutica e pesca seriam criadas. Maior número de associados fluirá para divulgar e estimular a prática dos desportes náuticos, permanecendo a Flotilha de Snipes agregada ao recém-fundador do Iate Clube."

A partir daí, segundo o iatista, intensa atividade náutica é iniciada. Em julho de 1955 na raia do Potengi era realizado o Campeonato Brasileiro de Snipes em disputa do Troféu Pimentel Duarte, com iatistas de todo o Brasil e patrocinado pela Confederação Brasileira de Vela e Motor. Desde essa época, frisa Fernando Pedrosa, que exerceu a comodoria do Iate Clube do Natal em cinco gestões, sendo além de fundador, conselheiro, benemérito e patrono, várias disputas de certames regionais e nacionais tiveram lugar em Natal. Foram instituídos troféus que se tornaram emblemáticos para competições entre iatistas do Norte e Nordeste, como a "Cecília Pedroza", em 1957, primeiro ano de disputas entre as regiões. O então comodoro do Iate fez a doação do Troféu à Snipe Class International Racing Associantion-SCIRA. O prêmio, de posse transitória anual, foi adquirido por Fernando Pedroza em Satander, Espanha e representa um modelo de Snipe em prata.

O comodoro e iatista Haroldo Sá, juntamente com sua diretoria efetuou ótima administração, com ênfase na Vela e Social, contando com a colaboração efetiva de diversos associados, visando fazer com que o Iate Clube do Natal fosse um dos melhores clubes náuticos do Nordeste brasileiro.

Extraído da revista MAR/VELA E MOTOR.



A navegação à velas tornou-se uma realidade organizada no mar de Natal para todo o país.

Leite "Ouro Branco que faz a gente feliz"

Resilda Gomes de Azevedo Rocha*

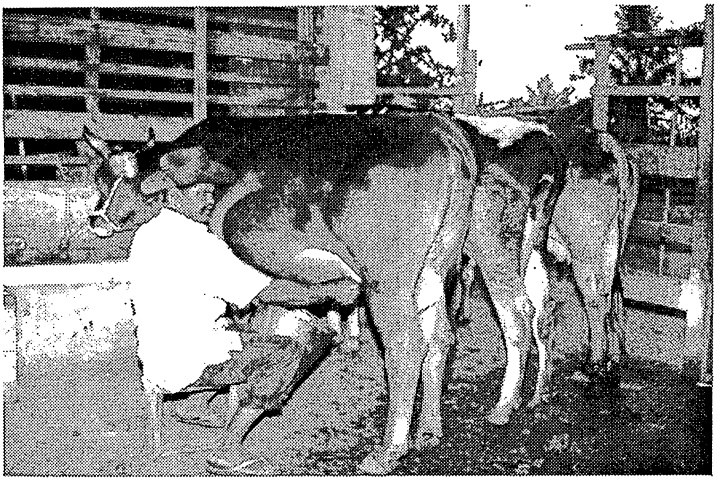
Plagiei LUIZ GONZAGA, sim senhor, mesmo que seu ouro fosse o algodão. Afinal, quem melhor do que ele, falou e cantou sobre o Nordeste, valorizando suas tradições, seu povo e riqueza? Com Luiz Gonzaga, a vivência do sertanejo se fez melodia, na boca de todas as raças e classes sociais, permeando o Brasil de norte a sul. Quem me dera ter sua inspiração e sensibilidade, nesta tentativa de colocar mais leite e queijo *na boca do mundo.*

A pecuária é sem dúvida, uma das atividades mais intimamente ligadas à vida do sertanejo. Por suas trilhas o sertão se povoou e suas primeiras cidades foram erigidas. Currais Novos e Pau dos Ferros, são fiéis à origem, até o nome. Como disse JOSÉ ALÍPIO GOULART, o ciclo do couro no Nordeste, retrata *toda uma etapa do processo de povoamento, vivida na natureza do sertão.*

Outrora povoou. Hoje, mantém. Com a decadência da cultura algodoeira, os produtores rurais estão alargando as trilhas da pecuária, apesar de suas desvantagens competitivas, no caos econômico da globalização. Para tanto, estão se fortalecendo através das cooperativas e associações comunitárias, bem como da maior receptividade ao emprego de tecnologias capazes de contribuir para a melhoria qualitativa dos rebanhos e do leite produzido, Segundo um recente trabalho desenvolvido pelo SEBRAE, em parceria com a EMPARN e a EMATER, o rebanho bovino do Rio Grande do Norte, abrange cerca de 1.000.000 de cabeças e assegura uma produção de aproximadamente 150.000 litros de leite. A caprinocultura, por sua vez, está apontando como uma opção viável, para as regiões semi-áridas e já contribui significativamente, para o aumento da disponibilidade de leite e de carne, em nosso Estado. Também segundo este trabalho, as queijarias ainda se constituem importantes fontes de aquisição do leite produzido, favorecendo a absorção de mão-de-obra rural, o incremento da suinocultura e a redução da dependência de produtos lácteos oriundos de outros Estados.

Como se pode deduzir, o reflexo da exploração agropecuária não tem apenas alcance econômico, mas também social, pois contribui para a fixação do homem no campo e amplia a disponibilidade de leite e de carne. Em boa hora, o Governo do Estado se propôs a assumir o programa que assegura o leite para grupos biológica e socialmente vulneráveis à desnutrição. Também, em boa hora, os órgãos voltados para o setor agrícola, estão concentrando esforços para o trabalho Sanidade dos rebanhos, produção de forragens e

orientação da ordenha higiênica. Por ser o alimento número 1 do homem (O primeiro alimento e tido como mais completo, nutricionalmente), o leite requer cuidados especiais em sua produção, conservação e distribuição. Além de muito nutritivo, seu elevado teor de água livre propicia a rápida multiplicação de micróbios, que podem conduzir à doença e à morte, em contraposição à saúde e à vida.



Se houvesse mais apoio – o leite seria melhor.

O leite de boa qualidade é também condição essencial para a produção de queijos, pois, com leite contaminado e não pasteurizado há comprometimento sanitário e organoléptico do produto final. Este comprometimento restringe as oportunidades do mercado, como tem acontecido com o nosso *Queijo-de-manteiga*, também denominado *Queijo-do-Sertão* e *Requeijão-do-Norte*. Sua fama originária, nasceu do caprichoso trabalho de dona Zazá, que lançou os queijos ferrados com Z de seu nome. De tão bons, os produtos ganharam preferência geral, vencendo as limitações de transporte da época e marcando presença muito além das fronteiras do Seridó e do Estado.

Ultimamente, entretanto, o *queijo-de-manteiga* não vem sendo tratado com o devido respeito, por alguns produtores e também pelos consumidores, embora já mereça melhores condições de produção, de embalagem, de corte e de exposição, nos setores de frios dos supermercados.

Ainda hoje, apesar das fraudes e das restrições dietéticas, consta do rol de nossos produtos típicos e dos acepipes de nossa culinária turística. Uma contribuição expressiva para a melhoria da qualidade deste produto, foi apresentada pela professora do Departamento de Nutrição da UFRN, Thérbia Maria de Medeiros Guerra. Em seu trabalho de tese de mestrado, ela pesquisou variáveis que influenciam a preservação do queijo, concluindo que, a associação da refrigeração, embalagem de polietileno e adição de sorbato de potássio a O,5%, mostrou-se eficiente no aumento da vida útil e manutenção da qualidade de *queijo-de-manteiga*, de modo a permitir sua comercialização em outras regiões do País.

Por falar em restrição dietética, a maioria das pessoas se confunde com o nome do queijo (impropriamente chamado *queijo-de-manteiga*, ao invés de *queijo-*

do-sertão) chegando a xingá-lo de bomba calórica. É que, ao contrário do que o nome sugere, seu teor de gordura é bem inferior ao do queijo de coalho, queijo prato e outros, feitos com leite integral. Já o leite do queijo de manteiga é previamente desnatado, e, boa parte da gordura extraída é utilizada na fabricação de *manteiga da terra* (manteiga fundida). Esta afirmativa é baseada em tabelas oficiais de composição de alimentos, como o do ENDEF/IBGE, segundo a qual, o queijo minas industrializado (equivalente ao nosso queijo de coalho) tem 24,7% de gordura, o queijo prato 28,3 e o Roquefort 30,5 enquanto o requeijão do norte tem 21%. Em pesquisa recente, realizada pela EMBRAPA, o teor médio de Gordura deste queijo foi de apenas 15%. Como tem menor percentual de umidade e gordura a proporção dos demais nutrientes se eleva. Segundo a mesma fonte é muito rico em cálcio e em fósforo.

Quanto ao queijo de coalho, também sertanejo, as perspectivas de melhoria de sua qualidade são muito promissoras. Recentemente a CHR HANSEN, empresa especializada na produção de culturas lácticas, desenvolveu uma linha de fermentos que, segundo as informações de sua equipe técnica, reproduz o aroma e sabor do verdadeiro queijo de coalho. Os Laticínios Triunfo, no município de Monte Alegre, empresa bem estruturada e com bom Know-how em lacticínios, vem testando o produto e pretende lançar o novo queijo de coalho, que oferece a vantagem de ser fabricado com leite pasteurizado, sem perder o flavor do queijo genuíno.

A qualidade da manteiga-da-terra também tende a melhoras, tanto do ponto de vista da tecnologia adotada no processo produtivo, quanto na embalagem e conservação do produto final, de forma a prevenir o desencadeamento da rancificação.

Vamos pois, arregaçar as mangas para resgatar a qualidade e o consumo destes produtos, superando assim, a discriminação alheia, muitas vezes fortalecida pela nossa própria submissão. Vamos exigir seu controle de qualidade, em relação às fraudes e às boas práticas de fabricação em geral. Vamos apoiar as empresas rurais sérias, que investiram na melhoria de seus rebanhos, em técnicos da área da agricultura e da saúde pública, bem como do SENAR, SEAPAC, SEBRAE, SENAI, Cooperativas e iniciativa privada, que têm se dedicado à esta tarefa. Vamos prestigiar nosso produtos , ao invés de fortalecer as multinacionais e as importações.

Temos orgulho da PETROBRAS, que extrai o ouro das reservas de nosso subsolo. Temos pois, razões de sobra para valorizar o ouro branco, representado atualmente, não só pelo sal, mas também pelo leite, extraído das vacas e cabras, principalmente as sustentadas na lâmina de solo teimosa e forte do Sertão, que não se rende à seca e ao pedregulho. Leite é fonte de vida, saúde e riqueza e não extrai as reservas de nossa renda, em sucessivas altas de preço de seus subprodutos.

*** Economista e Nutricionista, MSc em Tecnologia de Alimentos, Ex-Extencionista e Assessora Técnica de Agroindústria na EMATER-RN, Ex-Professora de Tecnologia de Produtos de Origem Animal, no Departamento de Agropecuária da UFRN.**

O PERFUME DA FLÔR
DO PÁU-BRASIL
ESTÁ SURGINDO NO AR
DE NATAL.
OUTRAS SEMENTES
SURGIRÃO APÓS A FLÔR
AMARELA/VERMELHA.

Produção de Leite Requer mais recursos

Diagnóstico da Bovinocultura Leiteira do Rio Grande do Norte

Fernando Viana Nobre 1
José Mariano Nobre 2
Cláudia Gondim Moreira 3
Edwin Aldrin Januário da Silva 4
Francisco Canindé Maciel 2
José Dionísio de Andrade 5

O Estudo foi realizado, conjuntamente, pelo Sindicato das Indústrias de Laticínios e Derivados do Rio Grande do Norte, SEBRAE/RN, EMPARN e EMATER/RN, entre julho de 1997 e junho de 1998.

As informações e dados colhidos possibilitaram o delineamento da realidade da exploração leiteira, sob os mais variados aspectos: recursos materiais e humanos, perfil tecnológico, capacitação da mão-de-obra, relação do produtor com mercado, crédito, assistência técnica, associativismo rural, perfil do produtor e indicadores de eficiência técnica e econômica. Desta forma, espera-se que subsidiem a formulação de políticas adequadas de estímulo e de proteção ao agronegócio do leite, no Estado.

Foram entrevistados 219 produtores, em 77 municípios de todas as Zonas Homogêneas distribuídos em três Estratos de Produtores: Pequenos (até 20 litros/dia), Médios, respectivamente: Pequenos (33,3%), Médios (48,9%) e Grandes (17,8%).

A pesquisa envolveu um rebanho de 21.295 bovinos 1660 (7,8%) de 73 Pequenos Produtores; 8.402 (39,5%) de 107 Médios Produtores; e 11.233 (52,7%) de Grandes Produtores. Ao todo, foi estudado um rebanho de 4.962 em vacas em lactação: 421 (8,5%) dos Pequenos Produtores; 2.052 (41,3%) dos Médios Produtores; 2.489 (50%) dos Grandes Produtores.

PRINCIPAIS PROBLEMAS IDENTIFICADOS:

1- Colheita tardia do capim elefante;

2- Desequilíbrio (protéico e energético) da maioria das misturas concentradas;

3- Uso inadequado de misturas concentradas, face as exigências nutricionais/categoria;

4- Inadequalidade da relação-1Kg de mistura concentrada: "x"Kg de leite produzido;

5- Ocorrência de parasitoses (internas e externas);

6- Reduzido índice de vacinação anti-brucelose;

7- Ineficiente controle de mamite;

8- Condições anti-higiênicas de produção de leite;

9- Ineficiente/inexistente controle de acasalamentos;

10- Elevado percentual (48%) de produtores com uma média de 60% das novilhas parindo com idade superior a 36 meses;

11- A maioria das vacas de 58% dos produtores com intervalo entre partos de 12 a 14 meses; e de 26% dos produtores com intervalo acima de 14 meses;

12- Pequena persistência leiteira da maioria das matrizes-63% das vacas de 40% dos produtores com intervalo acima de 14 meses;

13- Padrão genético inferior da maioria dos rebanhos, sobretudo os pertencentes aos pequenos produtores;

14- Reduzido percentual (7,7%) dos produtores faz controle leiteiro;

15- Apenas 26,8% dos produtores fazem duas ordenhas;

16- Somente 14% dos produtores fazem resfriamento do leite;

17- Inadequada percentagem de vacas em lactação em relação ao total de vacas-66%;

18- Baixa produtividade leiteira - 5 litros/vaca/dia (3,4; 4,9; e 8,2 L/vaca/dia, respectivamente nos pequenos, médios e grandes produtores);

19- Reduzida produção diária média - 146.3 L/produtor; sendo: 18,9 L. 92,9L e 522,2L, respectivamente pelos pequenos, médios e grandes produtores;

20- Baixo grau de instrução - 47% dos produtores com apenas o primário (completo/incompleto) e 13.7% sem instrução;

21- Baixos índices de capacitação, entre 1996/97 - proprietários, 25,3%; filhos de proprietários, 5,9%; esposas, 0,0%; e administradores, 9,2%;

22- Pequena disponibilidade de crédito, por razões diversas-66,2% dos entrevistados não utilizaram recursos financiados;

23- 28,3% dos entrevistados declaram que não receberam assistência técnica de qualquer natureza. E cerca de 50% dos que foram assistidos destacaram como problemas: deficiência técnica; pouca capacitação dos técnicos; escassez de técnicos e falta de estrutura dos serviços/ pessoas prestadoras de assistência;

24- Limitada adoção de anotações básicas, em termos contábeis (despesas/ receitas) e zootécnicos (produção de leite, datas de acasalamentos, nascimentos, etc);

25- Prejuízo ou reduzida margem de lucro registrados na exploração em média, um prejuízo de R$ 0,10/litro de leite produzido. Em termos médios, um prejuízo de R$ 0,31 e R$ 0,02 por litro produzido, respectivamente por pequenos e médios produtores; e um lucro de R$ 0,08/litro produzido pelos grandes produtores, com média de 522,2 litros diários.

INDICADORES DE RESULTADOS ECONÔMICOS

(Médias Ponderadas)

ESPECIFICAÇÃO	ESTRATOS DE PRODUTORES			ESTADO
	Pequenos	Médios	Grandes	
Produção de Leite (litro/propriedade/dia)	18,9	92,9	522,2	146,3
Produtividade Média	3,4	4,9	3,2	5,0

ESPECIFICAÇÃO	ESTRATOS DE PRODUTORES			ESTADO
	Pequenos	Médios	Grandes	
Produtividade Média (litro/total de vacas/dia)	2,2	3,3	5,4	3,3
Receita Total - (R$/litro)	0,54	0,51	0,47	0,51
Custo Operacional - CORAL (R$/litro)[1]	0,46	0,40	0,33	0,41
Venda de Animais - (R$/litro)	0,13	0,12	0,09	0,12
Custo Operacional - COL (R$/litro)[2]	0,33	0,28	0,24	0,29
Custo Operacional - COTAL (R$/litro)[3]	0,85	0,53	0,39	0,61
Margem Bruta - (R$/litro)	0,08	0,11	0,14	0,10
Margem Líquida - R$/;litro)	-0,31	-0,02	0,08	-0,10
Capital Imobilizado - (R$ 1,00)	41.386	119.535	448.213	152.017

1- CORAL - *Custo Operacional Realizado com a Atividade Leiteira.*
2 - COL - *Custo Operacional do Leite.*
3 - COTAL - *Custo Operacional Total da Atividade Leiteira.*

AVALIAÇÃO ECONÔMICA DA BOVINCULTURA LEITURA DO RIO GRANDE DO NORTE

Os resultados econômicos obtidos da exploração da bovinocultura leiteira, no Rio Grande do Norte, em 1996 (ano correspondente à mensuração dos citados resultados) mostraram que os produtores, exceto os grandes, não conseguiram remunerar, adequadamente, os fatores de produção empregados.

Os dados apresentados pelos produtores mostraram que, para o total da amostra, 84% das receitas totais são provenientes da bovinocultura leiteira, sendo: 74%, 88% e 93%, respectivamente, dos pequenos, médios e grandes estabelecimentos. Na composição das receitas totais destes estabelecimentos, contabilizou-se, ainda, a contribuição das culturas permanentes e de outras criações. A análise de todas as propriedades pesquisadas mostra, basicamente, que a bovinocultura leiteira possibilitou a produção de leite71%; e de derivados, 6% e, ainda, a venda de animais, 23%; sendo que a participação relativa da produção de leite é mais expressiva entre os maiores Extratos de Produção.

A magnitude da receita total (a produção de leite, derivados e venda de animais, vezes seus respectivos preços), estabelecida em litros de leite produzidos, proporcionou R$ 0,51 por litro de leite, sendo R$ 0,54/l, R$ 0,51 e R$ 0,47/l, respectivamente nos pequenos, médios e grandes estabelecimentos.

Para analisar-se os custos de produção, no período estudado, separou-se as despesas realizadas, nos estabelecimentos pesquisados, em dois grupos. O primeiro inclui os custos operacionais da atividade leiteira (CORAL), contabilizando as despesas efetuadas pelo produtor, tais como: mão-de-obra contratada, alimentos volumosos

e concentrados; sais minerais e medicamentos; energia e combustível; reparo de máquinas, benfeitorias e equipamentos; e outros insumos. Estes custos operacionais, devidamente ponderados pela produção de leite obtida no estabelecimento, apresentaram os seguintes valores para o total da amostra: R$ 0,41/l (média estadual), sendo R$ 0,46/l e R$ 0,33/l, respectivamente nos pequenos, médios e grandes estabelecimentos.

A comparação das receitas obtidas com os custos operacionais (CORAL) permitiu calcular a **margem bruta,** que foi de R$ 0,10/l (com escala de produção de 146,3 l/dia) para o total da amostra de R$ 0,85/l, R$ 0,53/l e R$ 0,39/l para os pequenos, médios e grandes estabelecimentos.

A **margem líquida,** calculada a partir do valor da receita total da atividade leiteira, menos os respectivos custos operacionais totais (COTAL) apurados por litros de leite produzido, no total da amostra, foi negativa em menos R$ 0,10/l, indicando que, nesta escala de produção (146 l/dia), os produtores incorreram neste prejuízo. Para os pequenos produtores (até 20 l/dia), o prejuízo foi de R$ 0,31/l e para os médios produtores (de 21 litros a 2000 litros/dia), o prejuízo foi de R$ 0,02/l; já os grandes produtores, com produção média de 522 litros/dia, obtiveram margem líquida de R$ 0,08/l de leite produzido.

Assinala-se que o custo operacional do leite (COL) refere-se aos gastos realizados no estabelecimento leiteiro referentes, apenas, à produção de leite e derivados. Como se observa, a atividade leiteira teve produção conjunta de dois bens - leite/derivados e a venda de animais. Assim, a quantificação do COL é indireta, subtraindo-se do CORAL o valor referente à venda de animais. Quanto maior fosse a venda de outros produtos (animais, esterco, etc.) oriundos da exploração leiteira, menor teria sido o COL.

Para se calcular o COL, dividiu-se o valor de todas vendas de animais pelo total de litros de leite produzido, ambos em termos anuais.

A composição dos custos de produção apurados mostra que as despesas com rações concentradas (24,2%), seguidas por mão-de-obra contratada (15,9%), energia e combustível (9,1%) e reparo de benfeitorias (6,1%), foram as que mais oneraram os custos operacionais (CORAL), âmbito do total da amostra.

CONSIDERAÇÕES GERAIS E SUGESTÕES

Tem-se plena consciência de que a bovinocultura leiteira do Rio Grande do Norte, por se constituir importante atividade sócio-econômica, está a exigir profundas, urgentes e definitivas mudanças técnico-gerencias, que asseguram melhorias de eficiência, produtividade e rentabilidade.

Vislumbram-se, como instrumentos propulsores da restauração e da modernização do setor leiteiro, esforços políticos e técnico-adminsitrativos, que possibilitem: a adoção de tecnologias adequadas; a efetiva melhoria do gerenciamento e da mão-de-obra; o aumento de produtividade e da escala produtiva; e a redução dos custos de produção. Somente, assim será possível concorrer e tirar proveito dos mercados, cada vez mais amplos e competitivos.

As medidas a serem executadas, para viabilização dessas mudanças, exigirão, evidentemente, ações de políticas sócio-econômicas e financeiras. Portanto, serão necessárias decisões públicas e privadas, nem sempre, convergentes; porém, não

impossíveis certamente, até porque, produzir leite é, antes de tudo, uma atividade de grande conotação social.

Além das ações externas, os produtores de leite devem por em prática algumas medidas consideradas básicas (em maior ou menor intensidade, a curto e médio prazos) em função da realidade de cada estabelecimento leiteiro:

- Descarte imediato de toda e qualquer vaca com produção média inferior à estabelecida para o rebanho, a qual não deveria ser menor que dez litros/dia - média do período de lactação;
- Descarte sistemático dos animais com problemas reprodutivos e/ou outros, que ameacem a saúde e produtividade/rentabilidade do rebanho;
- Realização de sistemático controle leiteiro semanal ou, pelo menos, uma vez por mês;
- Fornecimento da ração concentrada em função da produção de cada vaca, nos diferentes estágios de lactação;
- Uso da rações concentradas específicas para cada categoria animal ,buscando, sempre, evitar os desequilíbrios (excessos e déficit) de nutrientes;
- Produção intensiva de alimentos volumosos de boa qualidade para o uso imediato e armazenagem nas formas de silagem e/ou de feno. Paralelamente, o manejo correto das pastagens e das capineiras acarretará sensível economia de concentrados;
- Produção máxima de grãos e de outros concentrados, na própria fazenda, como forma sensata de redução dos gastos com rações comerciais - o maior e tradicional fator de oneração dos custos de produção do leite;
- Definição e cumprimento de sistemático programa sanitário de prevenção das enfermidades mais freqüentes; tratamento e/ ou eliminação de animais doentes; e de higiene geral do ambiente criatório e do próprio homem;
- Estabelecimento e execução de um programa prático de melhoramento genético do rebanho, para um período mínimo correspondente a três gerações (8 a 10 anos). Uma ação desta natureza, certamente, deverá contar com a imprescindível contribuição da inseminação artificial;
- Redução, ao máximo, dos gastos com inversões, que pouco contribuíam para aumentos de produção e produtividade e de redução dos custos do leite;
- Realização permanente dos controles zootécnicos e contábeis da exploração leiteira;
- Investimentos freqüentes na capacitação específica da mão-de-obra em todos os níveis, inclusive e de modo especial, em termos de gerenciamento.

Estas e outras providências, respaldadas por uma imprescindível e adequada política de modernização e de apoio ao setor leiteiro, certamente farão desta atividade um grande e crescente instrumento de emprego e renda. E, consequentemente, de remuneração condigna do Produtor de Leite.

*** Apresentadores.**
1- Consultor do SEBRAE/RN e Pesquisador da FUNPEC/UFRN.
2- Pesquisador da EMBRAPA/EMPARN.
3- Pesquisadora da EMPARN.
4- Pesquisador do SEBRAE-RN
5- Consultor do SEBRAE-RN

O CONTRABANDO
NO BRASIL
COMEÇOU COM O
PÁU-BRASIL DESDE 1500.
AINDA HOJE
NOS PALÁCIOS E CASTELOS
DE TODA EUROPA
PREDOMINAM OS MÓVEIS
FEITOS DE PÁU-BRASIL.
O TRABALHO E SANGUE
DO ÍNDIO BRASILEIRO
GUARDARAM O LUXO
DO VELHO MUNDO.

jornais e Cooperativas Mudam Cenário Potiguar

Memória Viva - entrevista a Carlos Lyra*

Carlos Lyra - Nosso entrevistado de hoje do programa **Memória Viva,** da sua TV Universitária, é um Ministro Extraordinário da Sagrada Eucaristia, Comendador da Santa Sé na Ordem de São Silvestre. Professor "Honoris Causa" da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Um jovem de 91 anos, um líder espiritual, semeador do bem, uma pessoa cheia de graça: **Ulisses Celestino de Góis.**

Os sonhos do menino Ulisses?

Ulisses de Góis - Nasci no dia 25 de abril de 1896, na propriedade Soledade, em Igapó, nesse tempo, distrito do município de São Gonçalo do Amarante e, hoje, de Natal. Fui batizado em 02 de janeiro do ano seguinte, 97, pelo padre Marcos Santiago, vigário da Paróquia.

Em 1901, meus pais vieram residir em Natal, na casa onde hoje é a "Formosa Síria", uma casinha modesta. Meu pai era funcionário da Alfândega, de Igapó ele vinha todo o dia a cavalo e, por isso, ele mesmo se interessou em vir morar em Natal.

Minha mãe, com a cartilha, aqueles conselhos muito bons da cartilha, sempre procurava colocar aquilo nos filhos. Com a mãe de José Estevam, Florência Gomes, fiz o meu pré-primário. De 1904 a 1906, o primário na Escola Municipal, o grande professor Zuza preparando para entrar no *Atheneo*. Lembro bem que ele convidou o professor João Soares para ser examinador. Foi ele que me examinou.

Então fui para o *Atheneo* de 1907 a 1911. Entre os professores, João Tibúrcio, padre Calazans Pinheiro, Zozimo Fernandes, Pinto de Abreu, Manoel Garcia, Tertuliano Pinheiro, Teódulo Câmara, José Augusto e Joaquim Torres.

No *Atheneo,* Pinto de Abreu, padre Calazans, doutor José Augusto. Com a Rivadavia Correia, o ministro da Educação não existia, era o Ministério do Interior que tomava conta da Educação, e extinguiu o Curso de Madureza. Felizmente, eu estava no quinto ano e pude aproveitar as matérias. Registrei-me com cursos, depois fui especializado, português, matemática e contabilidade, coisa muito necessária na minha vida, porque eu tinha essa tendência de professor.

Aos dezoito anos começou a minha vida, esse meu interesse pelas coisas da Igreja.

Carlos Lyra - Mas, antes, os sonhos do menino Ulisses...

Ulisses de Góis - Apenas, era esse de fazer alguma coisa pelos outros. Essa graça de Deus, de sempre fazer alguma coisa, porque via o meio em que vivi, dos estudantes, sempre me deu esse desejo e, ainda sem ter essa aproximação desse apostolado, a freqüência do catecismo, padre Moisés Ferreira, de 1906 para 1907, era o vigário, substituía o padre João Maria e eu comecei a me instruir no catecismo.

Depois, com Antônio Lustosa Cabral, um grande catequista, eu fui me preparando, assim, para essa parte que hoje eu desempenho.

Carlos Lyra - É aí que acontece o seu encontro com Cristo?

Ulisses de Góis - Não. Lembro quando meu pai veio morar em Natal, mas ficou a propriedade em Igapó, e tinha aquelas épocas que ele ia pra lá e me levava, e eu me lembrando com saudades das aulas de catecismo do padre João Maria. Lembro bem, padre Moisés Ferreira. A religião daquele tempo não tinha a renovação de hoje, era missa aos domingos, confissão anual. Era essa a prática religiosa.

Mas, eu aproveitei um grupo de Lauro Wanderley, uma grande figura.

Carlos Lyra - Que foi vice-presidente da Congregação Mariana.

Ulisses de Góis - Vice-presidente Lauro Wanderley, com um grupo de uns seis rapazes, Vital Jofily e outros, ali na igreja Santo Antônio, ao lado da igreja, aquelas salas, e começamos a nos reunir. Eu ensinava Contabilidade, Lauro ensinava Ciências Naturais, outro, ensinava Português, de maneira que esse grupo foi se formando. Na Congregação além da oração, o desejo era atuar. Como diz São Tiago, "A fé sem obras é morta".

Isso antes de chegar Dom Antônio Cabral, porque a Diocese passou muito tempo vaga, de 1914 a 18, Monsenhor Pegado na administração, e esse grupo de jovens se reunindo. Um jovem católico, naquele tempo, de prática religiosa, - ih! - era vaiado, sofria muito com isso. Hoje é uma graça de Deus, esses jovens todos como esse aqui, jovens, hoje a Igreja, essa renovação é comunismo. O comunismo, ponha Deus na frente, é o que nós somos. Eu digo a Vulpiano Cavalcânti:

- Vulpiano! Ponha Deus na frente e eu sempre estou com você. Tire o materialismo do comunismo e é o que a Igreja faz.

Carlos Lyra - Lembro a expressão de Chesterton: "marxismo são idéias cristãs que enlouqueceram".

Ulisses de Góis - Carlos, é um catecismo errado, é como as seitas, é um catecismo errado (risos). No tempo de Dom Joaquim de Almeida, esses rapazes que estavam no *Atheneo* e o meu desejo era fundar uma associação de moços.

Pois bem, em vez disso veio coisa melhor, esse grupo se reunia, que era vincentino, antes da Congregação Mariana, pois bem, Dom Antônio Cabral, a visão do bispo - grande bispo! - 70 anos, a visão do que seria hoje essa tortura econômica que estamos vivendo. Fundamos a Escola de Comércio. Os jovens, *Atheneo* diurno e o Colégio Santo Antônio diurno, os empregados do comércio não podiam estudar.

Carlos Lyra - Em que ano?

Ulisses de Góis - Em 1918. Dom Antônio Cabral disse: "O que se faz por essa mocidade?" O grupo inicial da congregação foi 21, Lauro Wanderley, Vital Jofily, Sérgio Severo, uma grande figura. Pois bem, vamos fazer alguma coisa. naquele tempo não tinha essa burocracia do ensino, que tem feito muito mal, a "analfabetização" se deve a isso. Teve casa e professor, aí estava a escola.

Fomos ao doutor Chaves, governador: "Pois não, o *Atheneo* está à disposição para ensinar de graça, à noite. E mais, reconheceu a Escola como de utilidade pública. Isso é uma graça de Deus!

Carlos Lyra - Os Professores?

Ulisses de Góis - João Tibúrcio, padre Calazans Pinheiro, Moisés Soares, Manoel Tavares Guerreira, Flodoaldo de Góis, meu irmão, Alberto Roselli era o único formado que tínhamos em 1919, "pois bem, esse ano que vem serei o diretor da escola", ver como as graças de Deus desceram sob a visão de Dom

Antônio.

Quando essa escola começa lá, funcionando de 19 a 26, na casa onde é hoje o Cinema Nordeste, tinha sido o antigo Teatro de Natal, uma coisa magnífica, que era de Álvaro Paiva, e a Escola de Comércio passou do *Atheneo* para lá, e lá viveu muitos anos. De modo que o desejo de ver uma associação de moços, veio coisa melhor, a Congregação Mariana.

Carlos Lyra - Antes da Congregação Mariana, da Escola de Comércio, vamos voltar um pouco ao passado.

Ulisses de Góis - Esse grupo...

Carlos Lyra - Chegaremos lá. Em 1901, o senhor está em Natal e em 1905 conheceu o Padre João Maria.

Ulisses de Góis - Oito anos, tinha morrido um tio meu, irmão do meu pai, em Igapó. Interessante é que ele era noivo, da esposa, da viúva, hoje do Doutor Onofre Lopes, Selva. Foi a noiva do meu tio Neco, filho do coronel Capistrano, da Polícia Militar.

Pois bem. Fui com a minha avó à matriz, naquele tempo não havia diocese, para Padre João Maria celebrar a missa de sétimo dia, e tive a graça de conhecê-lo. Isso em junho, ele morreu no dia 21 de julho. Conheci Padre João Maria, simpático, ele me abençoou e quando foi em julho ele morreu no dia 21 de julho. Conheci Padre João Maria morto na cama, onde hoje é o altar da Paróquia de Nossa Senhora de Lourdes, e eu tive essa graça, as oito anos, conhecer Padre João Maria.

Carlos Lyra - Tendo sido abençoado pelo Padre João Maria, talvez o único santo que o Rio Grande do Norte venha a ter, não sentiu o chamamento para a vocação sacerdotal?

Ulisses de Góis - Casei com 48 anos, esperando, justamente, a vocação quando, aos 18 anos, eu comecei esse movimento, fiquei sempre me preparando se fosse isso preciso. Mas leigo, essa renovação da Igreja, o valor que vocês têm hoje, não sabem o seu valor, esse aqui, aquele ali... (indicando os membros da equipe da TV-U).

A Igreja antiga era batizar, casar e morrer, e ficava naquela idéia: era o catolicismo daqueles veteranos, de maneira que fossem além, ia perder. E eu tive essa graça, fiquei no meio da mocidade, ensinando professor e sempre com essa idéia. De maneira que, com respeito muito, com medo das mulheres, trabalhava sempre com rapazes, na Congregação Mariana, na escola, tudo com rapazes, com um medo enorme, porque nesse tempo não havia, como na educação hoje, essa aproximação.

Congregação Mariana, a Escola de Comércio, Cooperativa, mas quando chegou a imprensa, a imprensa só se faz com a mulher, porque o apostolado mais difícil da Igreja, e é por isso que todas as dioceses não há jornais. É esse o trabalho que agora vamos entrar, Carlos Lyra já está na equipe, o nosso Arnaldo Azevedo, Enélio Petrovich, Otto Guerra, Felipe de Andrade, Jurandir Navarro...

Carlos Lyra - No estilo de "A Ordem"?

Ulisses de Góis - O grupo de intelectuais católicos, exatamente, 8 de setembro, agora, Padre João Maria manteve um seminário e hoje 100 anos depois não tem mais nada! Essa equipe já criou a Fundação Cultural Padre João Maria, embrião e suporte do jornal que está por vir...

Carlos Lyra - Professor, saindo do sagrado para o profano, algum pecado na juventude?

Ulisses de Góis - Todos nós pecamos sete vezes por dia, não é? (risos). Nós pecamos, e como jovem tive muito cuidado na minha juventude, a preparação, talvez a vocação sacerdotal, e o bom exemplo que você vai dar aos outros. Por exemplo, aluno do *Atheneo,*

feito besta, fumando com os outros.

Carlos Lyra - Ah, o senhor fumava!

Ulisses de Góis - Desde os quatorze anos, no *Atheneo*.

Carlos Lyra - Pecado grave para um congregado mariano.

Ulisses de Góis - Não, não! Estou dizendo, ainda, aluno do *Atheneo*.

Carlos Lyra - Ah, menino!

Ulisses de Góis - A Congregação vem aos 20 anos. 16, 17 anos fumando! Mas com essa tendência de ser professor, fiz um esforço, de maneira que quando começou esse movimento com os rapazes, o fumo foi antes dessa aproximação. Com essa tendência, pouco tempo, fiz um esforço e se consegui muito, e hoje vejo satisfeito, que o jornal aqui falando numa grande campanha contra o fumo. O fumo foi um grande mal, consumiu muitos rapazes na Escola de Comércio. Na Congregação Mariana não fumava, mas trabalho muito para que fumo e bebida, todos os moços evitem ao máximo isso aí.

Carlos Lyra - Congregação Mariana, sua fundação e, hoje como ela está?

Ulisses de Góis - Dom Antônio Cabral mesmo quis dirigi-la, porque sempre os sacerdotes, os bispos, a assistência eclesiástica, ele mesmo quis dirigir pessoalmente a Congregação. Instituída em 14 de julho de 1918, ele celebrava as missas, presidia as reuniões, dirigia os círculos de estudos, promovia os retiros e incentivava as atividades externas, e nessas, a primeira foi a Escola do Comércio em 18, de 18 a 19. A Escola do Comércio surge em 8 de setembro de 19, vai fazer 69 anos agora. de maneira que esse foi o trabalho inicial da Congregação.

Os professores da Escola Técnica de Comércio constituíram a Sociedade Norte-rio-grandense de Ensino. Houve reforma no ensino comercial entre elas a que levou o contador ao nível universitário. A Sociedade criou a Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais, autorizada a funcionar em 1962. Ao magnífico Reitor da UFRN, Dr. Onofre Lopes, devemos muito, reconhecimento e incorporação à Universidade.

Funcionando muito bem, a escola, ensino quase gratuito, a mocidade freqüentando a Escola de Comércio. Dom Antônio é transferido para Belo Horizonte, tinha sido a capital Ouro Preto, deixou, de ser capital e veio a ser Belo Horizonte, daí ver o valor do bispo chamaram Dom Antônio de Natal, para ser o bispo de Belo Horizonte, e deixou a Congregação.

Mas Deus mandou apóstolo, em 23. Ele saiu daqui em 22 , em 23 vem Dom José Pereira Alves, o maior orador sacro brasileiro. Dom José disse: "Quero continuar o meu antecessor. Continuo a dirigir a Congregação". Foi a época dos intelectuais: Afonso Bezerra, Nílo Pereira, Miguel Seabra, tudo isso congregado mariano ao tempo de Dom José Pereira Alves. Uma época brilhante, Dom Antônio organizador, e Dom José Pereira Alves, o que deu brilho a congregação.

Dom José, entusiasta da imprensa e do cooperativismo, viu a situação "A Palavra", "Fé e Luz" e o "Boletim Diocesano". Pois bem, vamos trabalhar para promover uma semana social em Santo Antônio, uma semana da imprensa católica, para surgir do "O Diário de Natal", o nome foi o mesmo de hoje, que era o antigo. E conseguiu-se a organização da gráfica.

Carlos Lyra - Professor, vamos colocar na ordem. Gostaria muito de ter seu depoimento sobre a imprensa, os jornais que o senhor teve a oportunidade de fundar (ou participar): "Boletim de Natal", em 1918; depois vem "A Palavra", em 1921, que o senhor criou como presidente da Congregação; e vem "Fé e Luz", do Monsenhor João da

Matha...

Ulisses de Góis - Pois bem, com a circulação do "Diário" em 16 de outubro.

Carlos Lyra - de 1924.

Ulisses de Góis - que era aniversário de Padre João Maria, desapareceram "Fé e Luz" e "A Palavra", com a incorporação do "Diário de Natal", que aí Alberto Roseli e Antônio Soares, Ferreira de Souza, Monsenhor João da Matha e Arthur Villar, tudo isso à frente do "Diário de Natal", e a Congregação Mariana, a pioneira, sustentando tudo.

Carlos Lyra - O senhor se esqueceu de um jornal, "A Catedral", que foi um jornal fundado parra ajudar na construção da catedral...

Ulisses de Góis - Dom Antônio Cabral, exatamente, fez um folha para todo o movimento de arrecadação etc. As colunas, uma planta muito bem feita em estilo manoelino, e 80 contos de réis naquele tempo, que era muito dinheiro, deixou depositado no Banco do RN. Tinha já feito as colunas da catedral, e quando foi transferido para Belo Horizonte, deixou esse dinheiro depositado a prazo fixo, para que o seu sucessor... Mas, depois de Dom José Pereira Alves foi Dom Antônio, Dom José encontrou a situação, não prosseguiu, a catedral.

Ulisses de Góis - Padre João Maria deixou os alicerces, e padre Moisés Ferreira começou ali do lado da Emissora de Educação Rural a levantar paredes. A areia lá da Praia do Meio e tijolo do Paço da Pátria. Vinha do catecismo carregando e eu fiz parte disso, em 1907. Padre João Maria morreu de 1907 para 1908.

Bem, vem Dom Joaquim de Almeida cria-se a Diocese de Natal, mas a catedral continua parada, não se fez nada de 1907, no governo de Dom Joaquim de Almeida. Dom Antônio começou justamente em 1920, e ficou aí a catedral. Depois disso, do José Pereira Alves teve o desprazer: chegou a Prefeitura "Está fora do alinhamento" e foi derrubada, mandou derrubar todo o alicerce feito pelo Padre João Maria, coisa incrível!

A prefeitura que se adaptasse e não destruísse o trabalho de Dom José. A mentalidade de hoje é diferente. Eu vivi num século de renovação. Destruir uma obra daquela!

Carlos Lyra - Quais as leituras do Professor Ulisses de Góis, nessa época?

Ulisses de Góis - Tudo que é jornal católico, do "Diário de Natal", Felipe dos Santos com a "União" do Rio de Janeiro.

Carlos Lyra - E os autores? Jackson Figueiredo, Tristão de Athaíde...

Ulisses de Góis - Todos os autores católicos. Eu tinha, a Igreja tinha aquela relação dos livros que iam para o "index", de maneira que eu tinha muito cuidado, bem para longe de mim aqueles livros que eram condenados pela Igreja, com esses autores religiosos, eu ficava muito bom instruído.

Carlos Lyra - Tem um livro do Tristão de Athaíde, que saiu mais ou menos em 1929, "Tentativa de Itinerário". O senhor leu?

Ulisses de Góis - Tristão foi muito meu amigo, eu o conheci pessoalmente em 1937, bom como Sobral Pinto, quando fui ao Rio de Janeiro pela primeira vez, a um congresso de jornalistas católicos.

Carlos Lyra - Na introdução o Integralismo aqui no Rio Grande do Norte, o senhor participa da mesa como presidente da Congregação.

Ulisses de Góis - Na Escola do Comércio.

Carlos Lyra - Isso, na Escola do Comércio.

Ulisses de Góis - A Congregação Mariana funcionava na Escola do Comércio.

Carlos Lyra - O senhor era uma espécie de patriarca que apoiava o pessoa, inclusive o integralismo foi

formado pelos congregados. Por que o senhor não se integrou ao integralismo?

Ulisses de Góis - Bem, para ficar com mais liberdade de ação, Otto Guerra, Cascudo, Miguel Seabra Fagundes, tudo isso, exatamente, na Escola de Comércio reunidos, aquele que foi interventor, Sérgio Marinho, com o meu apoio, porque a doutrina, o manifesto era todo católico, de maneira que há muita exploração a respeito disso, porque eu como líder, é por isso que nós apoiávamos, a Congregação deu todo o apoio, depois começou a tomar feição política partidária, e aí, então, se afastou.

Carlos Lyra - Depois, em 37, quando o Integralismo foi colocado na ilegalidade, se é que se pode usar o termo, abriu-se o jornal "A Ordem" um duplo caminho, um com Manoel Rodrigues, que apoiava o Integralismo, e outro com Otto Guerra, que ficou do lado do senhor, e da "A Ordem", contra. E começam a sair alguns artigos contra o Integralismo, e Manoell Rodrigues afastou-se com um certo protesto.

Ulisses de Góis - Otto Guerra, Veras, então, foi um grande entusiasta do integralismo. Manoel Rodrigues, que foi o Diretor-Gerente do Jornal, de maneira que todo apoio "A Ordem" e a Escola de Comércio deram ao integralismo. Depois tomou feição partidária e, então houve a separação.

Carlos Lyra - No depoimento do escritor Nilo Pereira ao **Memória Viva**, ela disse que, em 1930, aqui em Natal, com congregado mariano teve a primeira namorada escondido do Professor Ulisses de Góis, porque congregado mariano não podia namorar. (risos). Como foi o casamento do Professor Ulisses, o amor.. (risos).

Ulisses de Góis - Com a imprensa católica, que é o apostolado mais difícil, o concurso da mulher é indispensável. Alice foi uma grande líder católica, e foi na imprensa, exatamente, quando "A Ordem", "O Diário de Natal" deixou de circular, Dom Marcolino entregou o acervo à Congregação, e a Congregação fundou um centro de imprensa, um grupo de congregados: Otto Guerra, e um desejo de dar continuidade a imprensa católica.

Então surgiu em 35, a preparação de 32, se formou o convênio com a Diocese, e a cooperação de Alice, catequista do Bom Jesus, com Iaiá Freire, começou a se interessar pela imprensa católica, a Alice a frente, e eu, um dos organizadores desse movimento, e vem daí o casamento com Alice. Eu com 39 anos, casei aos 40 anos, um ano depois, e Alice com 38. De maneira que veio daí, mostrando que a imprensa só se faz com a colaboração, que é o que nós queremos fazer agora e mais adiante.

Carlos Lyra - A fundação de "A Ordem" e a vida do jornal...

Ulisses de Góis - Dom Marcolino, os congregados à frente, e surgiu "A Ordem", associação civil, Centro de Imprensa - CMN, a Congregação foi fundada por moços e tomou no início Congregação Mariana de Moços, que ela hoje tem o nome, sede onde funciona da catedral velha.

Bom, veio como Associação Civil, depois veio o "DIPE": "Imprensa não pode ser sociedade civil, tem que ser comercial", então o grupo dos vinte: "Vamos, um conto de reis casa um, com vinte contos de réis, naquele tempo era conto, fundou-se o Centro de Imprensa, contanto que desse feição comercial, só podia ser imprensa jornalística comercial, civil não podia ser.

Depois começamos ampliar o Centro de Imprensa - CMN, e substituiu o CMN por LTD, limitada, e então começamos a pedir donativos para se formar um capital em dinheiro, e se conseguiu 500 contos de réis.

Houve a escritura pública, dois sócios

quotistas, e "A Ordem", sempre em dificuldades financeiras. Vamos, então, ampliar para uma sociedade anônima. Esses 500 contos com um milhão de cruzeiros, naquele tempo, esse grupo com novos, chegamos até hoje com Aldo Fernandes, Eugênio Sales... sociedade anônima.

Mas, mesmo assim, houve uma falta de compreensão do valor da imprensa, desde o operário até o governador, todos acionistas. Pois bem, mas não houve (está com o professor Ulisses está bem)... a hierarquia também não tomou muito interesse, de maneira que quando Dom José saiu, "A Ordem" funciona de 24 a 28, já deixou em muitas dificuldades financeiras, não havia interesse, não tinha compreensão do que fosse a imprensa como apostolado para ajudar na pregação. Deixou em situação muito difícil "A Ordem", dívidas etc.

Isso já nos cartórios, Dom Marcolino chegou, chamou Antônio Soares, Alberto Roseli, Matha você assume a direção de "A Ordem" e do "Diário de Natal", e vamos ver o que é que escapa. Isso em 29, e até 31 ainda foi circulando. Mas um pouco de gosto pela imprensa e isso o jornal tomou uma feição política, e Dom Marcolino fez fechar o jornal, em 21 de junho de 1931, me lembro bem.

Dom Marcolino chamou a Congregação e disse: "Vocês tomem conta disso, vocês que vem trabalhando".

Carlos Lyra - Com a liderança que o senhor sempre exerceu, nunca se sentiu tentado a entrar na vida político-partidária?

Ulisses de Góis - Não, porque eu vi que nas instituição, participando delas eu podia conseguir amizade, prestigiava muito todos os políticos, deputados, senadores. Governadores, ajudava muito as instituições, de maneira que achei que podia fazer mais participando do que entrando na política. Georgino Avelino um dia, ele gostava muito de mim, por intermédio de Deoclécio Duarte, recebi João Felinto com um carro na porta:

- Senador manda lhe convidar para uma visita.

- Pois não.

- Mandei te convidar para tu seres deputado.

- Muito obrigado, excelência, muito obrigado.

Achei mesmo que onde estava, estava bem. Agradeci muito a todos os deputados e senadores... Depois do governo de...

Carlos Lyra - Final do governo Aluízio Alves.

Ulisses de Góis - Antes disso, a sucessão de Monsenhor Walfredo.

Carlos Lyra - Não, na sucessão da Aluízio Alves.

Ulisses de Góis - Walfredo, candidato de Aluízio, mas, felizmente, foi uma comissão a Caicó convencer Monsenhor Walfredo, que ele devia aceitar. Eu estava no Rio de Janeiro, quando, às 10 horas da noite, bate na porte um estudante:

- Olha (com um jornal), o senhor vai ser candidato a governador.

Não muito obrigado, eu dispenso o sacrifício. Theodorico dizia que "Só abre mão para você".

Carlos Lyra - Theodorico disse o que? Que só abria mão...

Ulisses de Góis - se fosse para mim.

Carlos Lyra - Se fosse para o senhor. Pressionaram muito ele para se afastar, foi quando escolheram a solução Walfredo Gurgel. Isso em 1965.

Ulisses de Góis - Aliás, se não fosse Monsenhor Walfredo teria perdido. Monsenhor Walfredo salvou a situação. Hoje, então, é muito sério, naquele tempo, político era mais moderado, as é sempre perigoso. Sou muito bem entrosado em todos os Partidos, na Cooperativa, na Escola de Comércio, onde posso prestar minha cooperação. Aluízio Alves, por exemplo, um grande amigo.

Hoje, os políticos partidários estão muito desorientados, cada vez pior. Rezo muito todo dia que Deus esclareça os homens públicos.

Carlos Lyra - A Caixa Rural. Constava na cidade que só quem podia fazer empréstimo na Caixa Rural, era quem fosse congregado mariano (Risos). Mas, o senhor escolhe para ser o seu gerente, a segunda pessoa da Caixa, o meu sogro, Miguel Ferreira, que era ateu.

Ulisses de Góis - Prova, portanto, que não estavam bem informados os que diziam isso. A Caixa, naquele tempo, o cooperativismo confecional, podiam, antes da legislação nova, os grupos marianos, universitários, os trabalhadores cristãos, todos podiam ter suas cooperativas. Cooperativas começou assim, tanto que ia ser somente caixa-operário. Mas como a legislação protegia tanto um quanto o outro, só protegia as cooperativas rurais, então uso-se nome de Caixa Rural e Operária.

Essa presença de Miguel era aluno da Escola de Comércio, inteligente, muito, a educação de João Ferreira, homem íntegro, educação de família. Miguel ascendeu à gerência, muito congregados marianos, empregado na cooperativa.

Do mesmo modo, o Joaquim Meira Lima, na ordem, gerente, era redator de "A Ordem", também ateu. Não adiantou muito, porque quem é batizado não o é (risos), apenas ele não estava integrado, engajado nisso, mas muito bom o procedimento dele.

E o casamento que depois a gente vai falar (risos), de maneira que depois que a cooperativa se ampliou, e tínhamos desde o operário, cinco governadores foram sócios, Aluízio Alves, Dix-Sept, José Varela, o Tarcísio Maia.

De maneira que a cooperativa tinha amplitude essa formação, não eram congregados, pelo contrário, houve até congregados que não tinham recursos e não podiam pagar empréstimos, e demoravam nos pagamentos, e alguns, até, tiveram que deixar a cooperativa. Entre os seis mil associados, quantos estavam fora da nossa religião! Mas quanta gente boa eu recordo, um Luís Antônio, um Vulpiano Cavalcanti, que mesmo materialistas, sempre foram homens honrados e boníssimos. De maneira que não está bem informado sobre isso, a cooperativa, pois foi amplamente...

Carlos Lyra - Professor, eu guardo um fato com muito carinho, um dia em que eu fui ao seu gabinete, levado pelo meu futuro sogro, eu já o conhecia, mas ele foi me apresentar formalmente ao padrinho da minha mulher, a pessoa que tinha dado, inclusive, o nome a ela, Zélia. E me lembro que, lá pra tantas, o senhor diz: (imitando a voz de Ulisses)

- Você está estudando o que?

- Professor, estou tentando fazer Medicina?

- Já mandou aumentar o cemitério! (risos)

Ulisses de Góis - Carlos era de uma família de congregados, Hemetério Lyra, que morreu o ano passado, em janeiro, e nos dava sempre informação de Carlos, a respeito do procedimento de Carlos etc.

Carlos Lyra - Quer dizer que o senhor tinha seu serviçozinho de informação? (Risos).

Ulisses de Góis - De maneira que sabíamos de Carlos, da família de Carlos, muito interessado em saber se Carlos ia entrar em boa família, afilhada do Professor Ulisses, Zélia. O nome, daquele tempo, costumavam escolher os de artistas de cinema, daquelas crianças nascidas, e então eu disse: "Miguel, vamos botar por nome de Zélia, que é um nome muito bonito", e ele aceitou.

A vida de Zélia, a urna, está lá na igreja de Nossa Senhora de Copacabana, Rio de Janeiro, eu visitava sempre. Ela nasceu

no dia em que se criou a Escola de Comércio, 8 de setembro de 1919, morreu Zélia.

Eu visitava sempre a igreja, e a Escola de Comércio que vivia em muitas dificuldades, e eu rezava, sempre pedindo a ela que a Escola de Comércio pudesse viver. Na sacristia da igreja está a urna onde estão os ossos de Zélia.

Carlos Lyra - Há uma outra coisa que guardo com muito carinho, esse convite que o senhor me fez em 1971:

"Temos a satisfação de convidá-lo a importante assembléia" etc "e que sua presença, portanto, que sou rato, é agradável e indispensável "... Foi o dia em que fechou a Caixa Rural. Por que a Caixa fechou?

Ulisses de Góis - É uma tristeza, essa situação a que chegou as cooperativas, sempre mereceram do governo, desde o princípio de século, a maior consideração, legislação boa etc. Quando eram dois tipos: as caixas Haifaz, que veio da Alemanha, e até um pastor protestante Haifaz, sem capital, os agricultores da Alemanha reuniam-se e a responsabilidade pessoal nas sociedades comerciais, os sócios de responsabilidade limitada, sociedades comerciais, e aí os bancos, ou mesmo a cooperativa dos bancos em forma de cotas, em vez de sociedade anônima, sociedade por cotas.

Eram estudantes, 23 congregados quando Dom José Pereira Alves assumiu a diocese e entusiasta da imprensa católica e cooperativismo. Então, no dia 15 de agosto de 1926, uma grande assembléia, onde era a casa do macarrão, onde hoje é o Museu...

Carlos Lyra - do Sobradinho.

Ulisses de Góis - É, reunimos ali a assembléia e fundamos a Caixa Rural. Foi a primeira cooperativa de crédito. Um mil réis, naquele tempo, se podia fazer depósito. Só tinha o Banco do Brasil e o Banco do Rio Grande do Norte em grande dificuldade. Era a situação financeira de Natal, não se tinha a quem consegui um empréstimo, o operário com dificuldades. Fundou-se a Caixa Rural, em primeiro de dezembro começou a funcionar, lá nessa mesma casa, o Sobradinho, na esquina ali na rua da Conceição.

Quando a Escola de Comércio se mudou em 27, do *Atheneo,* tinha aquela garagem, que hoje é farmácia Padre João Maria, ficou, então, funcionando a Congregação Mariana, mediante convênio, a Escola de Comércio e a Caixa Rural na garagem.

Funcionou muito bem ali, depois ela foi se ampliando, conseguimos adquirir a casa de Romualdo Galvão, na rua doutor Barata, onde hoje é a Livraria Clima, naquele espaço ao lado fez-se a primeira construção, e se foram fundando Caxias Rurais nas paróquias, o bispo Dom José Pereira Alves recomendava aos vigários. Houve em Lajes, Açu, Canguaretama, Caraúbas, chegamos a ter dez Caixas Rurais no Estado.

Doutor Rafael no governo e Aldo Fernandes, viram o desenvolvimento do cooperativismo, Getúlio Vargas grande cooperativista, uma legislação muito boa, e ampliou, oficializou, criou uma seção de cooperativas no Departamento no Estado, o primeiro diretor foi Dioclécio, e os municípios, todos tiveram suas cooperativas, agropecuária, as cooperativas Caixas Rurais se transformaram em agropecuárias, de maneira que essa foi a situação do Estado.

Apolônio Sales, ministro da Agricultura de Getúlio, um grande cooperativista, uma legislação ótima e a Caixa Rural pôde se transformar em central de todas as cooperativas do Estado. fez-se isso, funcionou muito bem. Quando iam pedir ajuda a Getúlio, ele: "Vocês se organizam em cooperativas". O Banco do Brasil chegou a ser um departamento.

Colocaram Getúlio para fora, lá vem os novos governos e começaram a pressionar as cooperativas, subordinados ao Ministério da Agricultura, protegidos muito bem, começou a revogar, fizeram a lei, e outra a que nós tínhamos, assim que surgiu o novo governo, fazer voltar a lei revogada. Começou aí a perseguição, o Ministério da Agricultura.

A Cooperativa ampliou, saiu da casa pequena, e onde "Livraria Clima" está hoje, ali, cooperativa funcionava muito bem: Cooperativa Central Norte Rio-Grandense Ltda.

Havia 16 anos, naquele tempo, que o governo, havia um descontrole dos bancos, quiseram criar o Banco Central, como todas as nações tinham. E o governo, o primeiro governo, militar, que era o Castelo Branco (aí já a intervenção do judaísmo dentro do Banco Central, capitalismo judaico), quando mandou o projeto, já vieram reduzindo a zero as cooperativas. Antes disso, teve a SUMOC que começou antes da criação do Banco Central, a Superintendência da Moeda de Crédito, começou já a perseguir, se intrometer no Ministério da Agricultura, querendo reduzir a ação das cooperativas.

Ulisses de Guimarães, a quem eu quero muito bem, infelizmente já está velho e ultimamente não está regulando bem, fez um subistitutivo e colocou as cooperativas num lugar bom, cooperativas de crédito é como os bancos, como as caixas econômicas, portanto, deu tudo. As cooperativas formaram uma confederação nacional.

A legislação do Banco Central, a reforma monetária criou o Conselho Monetário Nacional, dava às cooperativas um lugar importante, como os banco. Na comissão bancária, havia representações das cooperativas de crédito, e eu tive a graça, no Conselho Monetário Nacional, fui apresentado pelas associações, pela confederação, fui nomeado pelo Ministro da Fazenda.

Até aí tudo bem, as cooperativas, como os bancos pequenos, como o do doutor Aldo Fernandes. Mas, o Banco Central, apesar dessa relação começou a achar que, como hoje, "ganha mas não leva". O comércio perseguindo as cooperativas de consumo e os bancos com medo, as cooperativas tinham progredido muito, com sedes próprias, recebendo depósito do público: "não pode receber depósito do público", mas está aqui a legislação, mas não pode, a orientação do governo é que as financeiras é que devem..., acabou com tudo quanto foi de banco pequeno, inclusive com o do doutor Aldo.

Só ficaram os grandes bancos, capitalismo judaico dentro do Banco Central. Fui fazer a defesa. O próprio Banco de Crédito Cooperativo votou contra, votou a favor do que queria o Banco Central. Ainda fui reconduzido, mas depois, passei o exercício ao substituto. Agora ficou a perseguição. Os bancos, automaticamente, estavam prorrogados os prazos, mas as cooperativas, não. Mandaram fiscais para as cooperativas, querer subordiná-las aos grandes bancos, a legislação enorme como sempre.

A condição, ameaçando logo, dizendo "Damos o prazo de um ano e se não satisfazerem as exigências, mandaremos fechar". E aconteceu. Galvêas, foi o presidente do Banco Central, na Escola Superior de Guerra, em assembléia tão ilustre, falando sobre cooperativas, que já tinha fechado 650 cooperativas de crédito e que acabaria com o resto.

Eu tenho o diário oficial, tenho os diários oficiais, e não teve uma pessoa daquelas que se pronunciasse. E assim continuou.

Bom, a perseguição, os bancos pequenos, doutor Aldo tinha um banco respeitável. Todos os bancos pequenos foram... ficaram os grandes bancos, e era

uma situação difícil.

Agora, as financeiras, o prejuízo enorme que tem dado ao Banco Central, e a orientação do governo é que desapareceram as cooperativas e os bancos pequenos, em favor das financeiras. Essa é a situação a que chegou, difícil de consertar. Cooperativismo é o meio-termo, é a solução. Milhares se gasta nessa época de seca, tudo pode ser organizado, aqui mesmo podia-se formar uma cooperativa, era só dizer vamos formar uma cooperativa, para cuidar de...

É porque esses mercados, tudo pode ser organizado cooperativamente, na educação, no comércio, tudo, mas o demônio se mete, que são os judeus internacionais, o capitalismo selvagem, e quando se trata de organização não pode, não pode, não pode.

A cooperativa da Universidade sofrendo horrivelmente, inclusive, vive de teimosia, há uma perseguição na organização, porque é uma cooperativa. "Um por todos, todos por um", é uma orientação cristã. O cristianismo a gente nota, é posto fora disso, o evangelho é posto de lado. Essa questão de ir contra o evangelho, contra a lei de usura que está de pé, contra a Constituição. A Constituição nossa é ótima, desde a ação social financeira, é ótima. Entretanto, todos estão vendo como é tratada, hoje, a economia nacional, porque foi desprezado o evangelho.

Pode-se conceber juros de 18, 20%, de onde vai tirar? Eu dirigi a cooperativa 50 anos, é 8% a prazo fixo, 6% o outro, e assim dividem, o juro de 1%, no máximo 1,5% para mora. Veja o Brasil chegou a esse estado.

Outro dia, uma pessoa foi a um banco, 100 mil, quando creditaram na conta dele, 40 mil, 60 tinha tirado de juros, correção monetária. Essa é a situação, chegou a esse estado e ninguém está vendo. Só resta pedir a Deus misericórdia, que surja um Moisés, que atenda ao clamor do povo.

Carlos Lyra - Professor Ulisses de Góis, hoje? E o futuro?

Ulisses de Góis - Bem, é ver, é levar avante essa idéia, de ao lado do que venho fazendo, participo da Congregação Mariana, da Faculdade, o Conselho de Contabilidade, o Apostolado Social, e essa idéia de um seminário católico. A minha missão, todos sabem, é encaminhar a mocidade que está lá, ao meu lado, e que tenho que levar para a vida.

Obrigado, tchau.

***Entrevista gravada em 12.08.87**
Transcrição do aúdio: Suzana Fernandes.

Curriculum vitae
Ulisses Celestino de Góis

Texto revisto pelo entrevistado.

Data do nascimento: 25 de abril de 1986

Filiação: Francisco Celestino de Góis e Maria Heróncio

Batismo: Na matriz de São Gonçalo, vigário Pe. Marcos Santiago.

Registro Civil: n. 91, primeiro cartório, Natal (RN)

Casado com Alice Carrilho de Góis, filha do Dr. José Calixtrato Carrilho e D. Idalina Pereira Carrilho

Mudança: Para Natal, em 1901, em face do emprego do pai.

Curso primário: Escola Municipal, a cargo do professor Zuza (José Ildefonso Emericiano).

Curso secundário: Ateneu Norte-Rio-Grandense

Estudos especializados: Português, Matemática e Contabilidade.

Formação religiosa: Católica, membro da Sociedade de São Vicente de Paulo, e da Congregação Mariana. Curso Superior de Doutrina.

Servidor Público: Em 1917, no cargo Oficial Administrativo do Ministério da Fazenda, na Alfândega de Natal.

Fundador: (um dos) da Escola Técnica de Comércio de Natal, em 1919.

Funções desempenhadas: Contador Seccional, na Delegacia do Ministério da Fazenda; Presidente do Conselho Regional de Contabilidade; Membro dos Conselhos Estadual de Educação; Consultivo da Reitoria e Curadores da UFRN; Consultivo do Banco do Nordeste e da Cia. Hidrelétrica do São Francisco; Representante das Cooperativas de Crédito na Comissão Consultiva Bancária junto ao Conselho Monetário Nacional: Membro do Conselho Fiscal da Cosern e da Comissão Patrocinadora da Energia de Paulo Afonso; Presidente da Sociedade Norte-Rio-Grandense de Ensino, mantenedora da Escola de Comércio e da Faculdade de Ciências Econômicas e Contábeis (um dos criadores desta). Jornalista.

Participante de Congressos de Contabilidade, Ensino Comercial, Cooperativismo, Jornalismo, Marianismo, Trabalhadores Cristãos.

Paraninfo e Patrono de Turmas de Concluintes Contábeis.

Agraciado com Títulos e Medalhas de Mérito.

Professor "Honoris Causa" da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Comendador da Santa Sé, Ordem de São Silvestre.

Ministro Extraordinário da Sagrada Eucaristia

Contador pelo MEC

Membro do Instituto Histórico e da Academia Potiguar e de Ciências Contábeis

Patrono dos Contabilistas do Rio Grande do Norte, diploma conferido pelos Órgãos de Classe, em 25-4-81

Gratidão a Deus e aos que foram instrumento da sua Divina Providência para me ajudar e proteger.

Natal, 18 de junho de 1982
(Solenidade do Sagrado Coração de Jesus)
a) Ulisses de Góis

O clero Norte-riograndense e a militância política de 1817 aos nossos dias

Pe. João Medeiros Filho

1. INTRODUÇÃO

Desejamos mostrar a participação de sacerdotes norte-rio-grandenses, os que nasceram e aqueles que trabalharam no Estado, na vida e militância político-partidária durante os séculos XIX e XX. Cumpre-nos esclarecer que, desde 16 de novembro de 1676 até 27 de abril de 1892 existia unicamente a diocese de Olinda, criada através da bula pontifícia *Ad sacram Beati Petri* pelo Papa Inocência IX e que compreendia os atuais Estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Alagoas. Posteriormente do antigo território do bispado de Olinda, erigiram-se mais 21 sedes episcopais, que formam o atual Regional Nordeste II da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. A diocese da Paraíba foi erigida pelo Papa Leão XIII, em 27 de abril de 1892 com a bula *Ad universas orbis Ecclesias*. A diocese de Natal, compreendendo todo o Estado do Rio Grande do Norte, foi desmembrada da Sé paraibana somente em 29 de dezembro de 1909 pela bula de Pio X *Apostolicam in singulis*. Do seu território originaram-se mais duas circunscrições eclesiásticas: o bispado de Mossoró em 28 de junho de 1934 pela bula de Pio XI *Pro Ecclesiarum omnium* e o de Caicó em 25 de novembro de 1939 ela bula pontifícia: *E diocesibus*, do Papa Pio XII.

Por isso, é muito natural e bastante comum, naquela época, o trânsito dos sacerdotes pernambucanos e paraibanos no Rio Grande do Norte ou desta província para as outras. É o que se verifica. Assim mesmo, é forte a presença dos nascidos no torrão potiguar. Apenas 3 presbíteros são nativos de outros estados, sendo um deles, nascido no Ceará, mas criado na cidade de Apodi e considerando-se, portanto, filho desta terra. Isso leva-nos a afirmar que não há grandes influências externas de outros centros. A vocação é autóctone. Mesmo os grandes movimentos revolucionários, em Pernambuco, como o de 1817, tiveram seus principais líderes nascidos no Rio Grande do Norte, demonstrando um desejo libertário e de participação política.

Às vezes, é tão intensa a militância política que há simultaneamente de três a quatro sacerdotes exercendo cargos eletivos, sendo três a nível de estado ou província e um com mandato nacional. De 1821 até às vésperas da Proclamação da República, com exceção dos biênios 1882-83 e 1884-85 (em que o Rio Grande do Norte não contou com o contributo de

padres como senadores e deputados na Província ou junto à Corte Imperial), não faltou a presença de representantes do clero, no parlamento, dentro e fora da província.

Perguntamo-nos por que esse engajamento dos clérigos na militância política brasileira, sobretudo no período imperial? Inegavelmente, há uma ressonância da situação nacional e especialmente da realidade do "Padroado". Neste ponto, o clero norte-rio-grandense não é o único a se expor e a se inserir na vida político-partidária. Como o papel da Igreja, enquanto instituição externa, estava estrangulado pelo poder civil: criação de paróquias, dioceses, nomeação de titulares etc. nada mais natural do que a preocupação e a reação dos padres, que mergulhavam na vida política para defender interesses da Igreja, especialmente das paróquias, capelanias e dioceses e sobretudo de seus fiéis. Deste modo, podemos notar no Segundo Império a presença de 12 eclesiásticos, dos quais 3 bispos, participando da Assembléia Geral Legislativa nas legislaturas: de 1838-1841; de 8 clérigos na de 1859-1852 e 7 padres (com sete suplentes sacerdotes) nas de 1857 a 1860.

Durante o período colonial e imperial, os sacerdotes sempre duvidaram do poder divino dos governantes. Muitos padres beberam da seiva de São Tomás de Aquino, máxime naquilo que afirma no **De Regno,** capítulo II, 5 e VIII, 20: *Si igitir liberorum multitudo a regente ad bonum commune multitudinis ordinetur, est regimen rectum et justum, quale convenit liberis. Regis est bonum multitudinis quaerere. Non privata praesumptione aliquorum sed auctoritate publica* [Tradução livre: *se portanto a comunidade está orientada pelos governantes para o bem comum, isso é justo e correto, como convém aos que são livres. É dever dos que administram buscar o bem comum. Isso não deve ser apenas opinião de poucos, mas da própria autoridade pública*]. Continua o **Doutor Angélico:** ***"a oposição aos governantes [máxime aos tiranos] é necessária, se eles não atendem ao bem comum. Não será um ato de infidelidade. Ao povo, unido em comunidades, compete ajudar e aconselhar aos seus governantes de todas as maneiras para que não andem pelas trilhas dos tiranos e irresponsáveis. Se não obtiver êxito com suas admoestações, cabe destituir os governantes".*** Ora sabemos que tais idéias estavam presentes em todos os seminários e nos centros acadêmicos, dirigidos por religiosos. Os clérigos aprenderam a relativizar a autoridade, desmistificá-la e a contestá-la. Tomás de Aquino preocupa-se com o bem comum e é em nome dele que devem agir todos inclusive os que pertencem à Igreja. Deste modo, entenderam-se o engajamento e as ressalvas feitas pelo atual Código de Direito Canônico. Será em nome desse bem comum que irão se comprometer os padres não só durante o Império, mas em todas as fazes da história do seu povo. Muitos tinham bem em mente o que dizia São Francisco de Paulo: *"A resignação ao sofrimento e ao desgoverno é de suma vantagem e valia para a tirania e os tiranos".*

Alguns autores afirmam que as tendências ou influências políticas dos sacerdotes provinham do antigo Seminário de Nossa Senhora da Graça de Olinda. 14 sacerdotes comprovadamente fizeram seus cursos de filosofia e teologia nessa casa de formação eclesiástica. Esse seminário foi fundado em 1800 pelo bispo

Dom José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho (1742-1821), o único fundado durante o período compreendido entre a expulsão dos jesuítas do Brasil e o início do movimento dos bispos reformadores. Segundo historiadores da época, o Seminário de Olinda tornou-se um *"celeiro de idéias republicanas e até mesmo de concepções alheias à realidade sacerdotal"*. O Bispo Dom Leopoldo Duarte dizia a seu respeito que era *"um ninho de idéias liberais e subversivas"*. Cabe afirmar que o seminário fora confiado à Congregação dos Padres Oratorianos Franceses, que *"sabiam harmonizar serviço a Deus com serviço dos homens, unir valores humanos e cristãos. Na verdade fomentavam o espírito crítico e revolucionaram o ensino brasileiro, tentando ensinar a pensar"*, como escreveu o paraibano Gilberto Vilar em sua criteriosa obra **"A Liderança do Clero nas Revoluções Republicanas 1817-1825"**. Não partilhamos dessa afirmativa apressada e tendenciosa no que tange à origem da formação do clero norte-rio-grandense, posto que muitos padres estudaram em outros seminários, como por exemplo: Maranhão, João Pessoa, Belém, Teresina etc. Há 4 casos de padres que fizeram seus cursos superiores em Roma, conhecendo as idéias mais ortodoxas e romanas. Em 1870, havia no Colégio Pio Latino-Americano, 50 seminaristas brasileiros, dos quais 27 provinham da diocese de Olinda (compreendendo quatro estados na época), sendo 18 de Pernambuco, 8 do Rio Grande do Norte e 1 da Paraíba (não encontramos alusão a seminarista vindos de Alagoas), o que eqüivale a 54% do alunado brasileiro na Cidade Eterna, todos eles alunos das tradicionais Universidades Gregoriana e de Latrão, sediadas em Roma e vinculadas ao importante dicastério da Cúria Romana, que era a Congregação dos Seminários e Universidades, hoje Congregação da Educação Cristã.

Em 27 de maio de 1917, o Papa Bento XV promulgou o Código de Direito Canônico, (vigorando a partir de 19 de maio de 1918), resultando de 12 anos de estudos, compilações e ordenamento das leis. A partir dessa data pode-se verificar uma pressão e um controle maior junto aos clérigos, no sentido de não se candidatarem a cargos político. Deste modo constamos no Rio Grande do Norte um interstício de mais de 12 anos sem padres na política partidária, até chegarmos ao desempenho dos cargos de Prefeito de Macau e São Miguel, em 1930, respectivamente pelo Monsenhor Paulo Heróncio de Melo e pelo Padre Tertuliano Fernandes de Queiroz.

O Concílio Plenário Brasileiro (1939) procura cada vez mais orientar, disciplinar e limitar a participação do clero na vida político-partidária. Nota-se sempre após decisões dos colegiados da Igreja, assim como a edição de algum documento importante por parte das autoridades eclesiásticas, um recrudescimento das diretrizes, orientações e normas para a candidatura de padres a cargos políticos.

À medida em que o tempo passa e toma-se distância histórica da promulgação dos documentos, as decisões tornam-se mais flexíveis ou talvez menos lembradas e as candidaturas mais freqüentes e toleradas. Desta forma, temos um período de 6 anos sem candidatos, período que vai das vésperas do Concílio Plenário Brasileiro até as eleições de 1945, quando se dá a volta ao estado democrático. Podemos verificar o mesmo, logo após o Concílio Vaticano II,

onde se restringe cada vez mais a inserção dos sacerdotes na militância político-partidária.

Em 23 de janeiro de 1983, depois de 20 anos de incessantes trabalhos para a reforma do Código de 1917, através de uma "Contituição Apostólica", o Papa João Paulo II promulgou o novo **Código de Direito Canônico.** A publicação e a vigência do Código desestimularam o engajamento do clero na vida política, aumentando as negativas aos eventuais candidatos por parte dos ordinários ou bispos diocesanos, apesar das exceções previstas no próprio direito eclesiástico. Vê-se na atualidade uma discreta representação dos cleros brasileiro no Congresso Nacional (Câmara e Senado), nas Assembléias Legislativas dos Estados e nas Câmaras e Prefeituras Municipais.

Eis o que diz o aludido Código em seus cânones 285, 3 e 287, 2: *"Os clérigos são proibidos de assumir cargos públicos que implicam participação no exercício do poder civil"*. E ainda: [os clérigos] *"não tenham parte ativa nos partidos políticos e na direção das associações sindicais, a não ser que, ajuízo competente autoridade eclesiástica, o exijam a defesa dos direitos da Igreja ou a promoção do bem comum"* **(verbum ad verbum).**

O Padre Jrdud S. Hortal, S.J., canonista e atual Reitor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, em seus comentários e suas notas explicativas do Código escreve: *o poder civil a que se refere o parágrafo 3 do cânon deve manter-se tanto do legislativo, quanto do executivo ou do judiciário. Mas deve tratar-se de verdadeiro poder público (em nível federal, estadual ou municipal).* E acrescenta o citado comentarista: *No Brasil, não existe proibição para os cargos públicos. Por isso, basta obter a licença dos Ordinários. Historicamente, houve uma presença contínua de padres no Congresso Nacional. Às vezes, como representantes quase-oficias a Igreja. Pense-se, por exemplo,* continua o Padre Hortal, *Monsenhor Arruda Câmara e sua luta contra o divórcio* **(in verbis).** E arremata o canonista desta forma: *"Nos últimos anos, porém, vai prevalecendo cada vez mais a convicção de que os inconvenientes dessa presença são maiores do que as vantagens que dela poderiam derivar-se, pois para ser eleito* [de acorde com a legislação eleitoral brasileira em vigor] *é necessário um engajamento na vida paritidária, o que contraria o ser do padre e o disposto no canon 287,( )2. Mas tanto no caso da política partidária quanto no da sindical, reconhece-se que o bem comum pode exigir uma atitude diferente, pelo que se prevê a licença da autoridade eclesiástica. Esta poderá colocar algumas condições, inclusive o afastamento temporário do ministério, para a concessão da licença".*

Sendo Jesus S. Hortal espanhol de origem e radicado no Sul do Brasil há muitos anos, talvez desconheça esse ilustre sacerdote jesuíta a realidade nordestina e a importância de um Monsenhor Walfredo Dantas Gurgel no Governo do Rio Grande do Norte, máxime nos assuntos econômicos do Estado. Como canonista chamou-lhe mais a atenção a participação de Monsenhor Arruda Câmara e sua atuação contra o divórcio na Constituinte de 1946 e na década de 1950. Não se pode relegar a segundo plano o que significou igualmente o Deputado Padre Medeiros Neto para a

política de Alagoas, tão conturbada até os dias em que vivemos.

Assim, com o advento da atual legislação eclesiástica, há apenas um sacerdote ocupando cargo eletivo em todo o estado do Rio Grande do Norte. Não nos compete analisar aqui as eventuais limitações do exercício do ministério sacerdotal e/ou punições infligidas aos padres eleitos pelas autoridades eclesiásticas diocesanas nos bispados de origem ou onde por ventura venham atuar por força do cargo eletivo.

Não podemos esquecer que o último representante do clero norte-rio-grandense eleito para o Congresso Nacional foi Monsenhor Dr. Walfredo Dantas Gurgel, em 1946, como deputado (sendo suplente em 1951, assumindo uma cadeira em 1951-1952) e em 1962 senador, o que eqüivale a dizer que há quase quatro décadas o clero do Rio Grande do Norte não dispõe de um porta-voz oficial no Senado e há mais de meio século não conta com um representante na Câmara dos Deputados, se não computarmos o período em que o mesmo assumiu na qualidade de suplente. Cumpre-nos esclarecer que dos cinco deputados gerais e federal dois provieram da paróquia de Santana e Caicó (Padre Francisco de Brito Guerra e Monsenhor Walfredo Dantas Gurgel) e um exercia o ministério sacerdotal na Paróquia de Nossa Senhora da Apresentação em Natal (João Manuel de Carvalho), outro na Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Martins (Padre Gonçalo Borges de Andrade, suplente de deputado na Corte de Lisboa) e um (Padre Antônio de Albuquerque Montenegro) na freguesia de Nossa Senhora dos Prazeres de Goianinha. Os dois únicos senadores pertencentes ao clero norte-rio-grandense, um no século passado (Padre Francisco de Brito Guerra durante o Império) e o outro na segunda metade deste século (Monsenhor Walfredo Dantas Gurgel), eram sacerdotes que exerceram o seu ministério na atual diocese de Caicó, na tradicional matriz e hoje catedral de Santana.

A Assembléia Legislativa do Rio Grande do Norte passou igualmente por um longo período de abstinência de uma presença clerical. Depois do mandato do Monsenhor João da Matha Paiva, na segunda metade da década de 1930, o atual **Palácio Amaro Cavalcanti** receberá apenas um sacerdote, quase 40 anos depois, em 1974, quando foi eleito o Padre José Dantas Cortez, nosso grande amigo e colega de seminário, como nós, também pertencente ao clero da diocese caicoense.

Temos uma presença ininterrupta do clero na vida política de 1817 até 1889, com um pequeno intervalo entre 1882-1885, totalizando quase 80 anos de atividades políticas com mandatos, considerando-se a participação como Membros dos Governos Revolucionário e Provisório, Deputados Estadual e Provincial, Deputados Federal e Geral junto à Corte ou ao Império e Senador do Império ou da República. a maior militância acontece na Assembléia Provincial em que há padres-deputados de 1834 até 1882, ou seja, 48 anos ininterruptos de atuação política, onde constatamos às vezes a presença simultânea de até três sacerdotes na Assembléia Provincial e um padre como Deputado Geral junto à Corte Imperial ou ao Senado. Não se sabe a quase se atribuir a interrupção de mandatos no biênios 1882-83 e 1884-85. Alguns querem colocar com causa maior a repercussão das prisões dos bispos de Olinda e Belém do Grão Pará. (Em

Pernambuco, temos o Padre Dr. Manoel Gonçalves Soares do Amorim como deputado provincial em 1884). Para nós, isso não justifica, posto que nos anos anteriores no auge da Questão Religiosa temos presença do clero no parlamento. Não achamos uma razão significativa e plausível para esse hiato. Em nenhuma fonte encontramos fatos que pudessem justificar essa ausência nos biênios acima aludidos.

Foi o Padre Bernadino José de Queiroz o último deputado provincial do Rio Grande do Norte no século até o final do Segundo Império com o término de seu mandato em 1881. Na esfera nacional, após essa interrupção, contamos apenas com a eleição do Padre João Manuel de Carvalho como deputado junta à Corte Imperial cujo mandato vai de 1886-1889.

Os presbíteros pertenciam aos mais diversos partidos, tanto de oposição como de situação, sendo impossível caracterizar em termos sociológicos atuais sua ideologia. Esse posicionamento é verificado tanto no período colonial ou imperial, quanto após a Proclamação da República. Assim, temos monarquistas, republicanos, liberais, conservadores, revolucionários, *sacerdotes da direita* e *padres mais à esquerda,* como se diz no jargão ideológico e político dos dias de hoje. Neste ponto sente-se a inserção do clero em todas as classes e camadas dos seus paroquianos ou fiéis, identificando-se com estes em suas posições e situações concretas.

2. DO TERMO OU CONCEITO VIGÁRIO

Entendemos por Vigário o responsável por uma paróquia ou parte dela. Nem sempre o conceito coincide com a terminologia do antigo ou do atual Direito Canônico. Aliás, ainda hoje o povo não difere na prática um administrador paroquial, um pároco, um vigário paroquial ou um capelão. Pode acontecer que em determinadas situações do passado o que se chamava de Vigário era um capelão ou um simples sacerdote provisionado ou com uso de ordens residente naqueles rincões, onde os termos e as figuras jurídicos eram desconhecidos.

Às vezes, existia um único padre para atender a várias aldeias, muitos povoados e vilas, que não era juridicamente pároco, vigário encomendado ou encarregado, vigário substituto, pró-pároco etc. Ainda é voz corrente de nossa gente mais humilde chamar os sacerdotes de *"vigários"* ou *"padres vigários"*. A diversidade de funções eclesiásticas hoje existentes era desconhecida no século passado e talvez o seja até nossos dias pela imensa maioria dos leigos.

3. CARGOS POLÍTICOS

Por cargos políticos entendemos os eletivos, fruto do sufrágio popular ou nomeação que caracterize uma situação não técnica e extrínseca à realidade sacerdotal. Cargos tais como: Diretor da Instrução Pública, do Departamento de Educação e outros congêneres não são considerados neste artigo como políticos, apesar de sua nomeação ou designação *ad nutum*. Vários sacerdotes no Rio Grande do Norte exerceram funções públicas, que não podemos chamá-las de políticas na verdadeira acepção do termo e por esse motivo não catalogamos no presente estudo. Para todos os efeitos deste trabalho, cargo político é oriundo de um mandato, como por exemplo, a prefeitura, a edilidade, a assembléia legislativa, o senado, a câmara dos

deputados, o governo de estado ou província.

Reafirmarmos o que dissemos anteriormente: as províncias ou estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas e Pernambuco até o ano de 1892 constituíam uma só diocese com sede na cidade de Olinda. Em se tratando de uma única circunscrição eclesiástica, reunimos os sacerdotes nascidos no Rio Grande do Norte ou oriundos dos outros dois estados (Paraíba e Pernambuco), que exerceram cargos políticos nas terras potiguares ou sendo norte-rio-grandenses desempenharam funções dentro da mesma diocese, ou seja, o antigo território do bispado de Olinda. Convém notar que apesar da existência de uma só diocese cobrindo quatro estados, não encontramos sacerdotes nascidos no Rio Grande do Norte atuando politicamente em Alagoas e na Paraíba. Esses padres preferiam atuar em sua terra natal ou na sede do bispado, onde podiam mais facilmente se projetaram.

4. DADOS ESTATÍSTICOS

Verifica-se um número de 38 sacerdotes que se engajaram na vida política no Rio Grande do Norte (ou estados vizinhos). Dentre eles 13 atuaram politicamente na República, 22 no Império e 3 no Brasil Colônia. 13 sacerdotes exerceram atividades políticas no século XX e 25 no século XIX; dentre os 38 sacerdotes de que termos notícias apenas dois exerceram seus mandatos fora do Rio Grande do Norte, ou seja, em Pernambuco. Incluímos entre as atividades políticas exercidas na terra potiguar, os sacerdotes que integravam o Governo Revolucionário de 1817, que compreendia os estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas. É o caso do Frei Miguelinho.

4.1. Origem dos sacerdotes

Cidades onde nasceram os sacerdotes: Acari 1; Açu 02; Angicos 02; Apodi 02; Bananeiras (PB) 1; Bezerros (PE) 1; Caicó 01; Campo Grande 03; Canguaretama 01; Governador Dix-Sept Rosado 01; Martins 02; Mossoró 01; Natal 04; Outras paróquias 07; Pau dos Ferros 05; Recife 1; São Gonçalo do Amarante 01; São José do Mipibu 1 e Souza (PB) 1. Total 38.

4.2. Paróquias onde exerciam o ministério

Paróquias onde exerciam o sacerdócio, quando ocupavam cargos políticos: Apodi 1; Caicó 3; Campo Grande 2; Caraúbas 1; Currais Novos 1; Florânia 1 Goaininha 1; Jaboatão 1; Luiz Gomes 1; Macau 1; Martins 3; Mossoró 2; Natal 9; Outras Paróquias 4; Pau dos Ferros 3; Santana do Matos 1; São Miguel 2; També 1. Total 38.

4.3. Cargos exercidos

Dentre os cargos exercidos pelos sacerdotes eleitos ou nomeados, destacamos os seguintes: vereador 04; prefeito ou intendente: 06; deputado provincial estadual: 19; deputado junto à Corte, Geral ou Federal: 05; Senador do Império ou da República: 02; Vice-Governador de Estado ou Província: 01; Governador de Estado ou Província: 06 e outros cargos: 07. Gostaríamos de chamar a atenção que alguns sacerdotes exerceram cargos de deputado provincial, poucos de vereador e prefeito ou intendente.

CARGOS EXERCIDOS	NÚMERO DE PADRES.
VEREADORES	04
PREFEITOS MUNICIPAIS OU INTENDENTES	06
DEPUTADOS PROVINCIAIS OU ESTADUAIS	19
DEPUTADOS GERAIS OU FEDERAIS	O5
SENADORES DO IMPÉRIO OU DA REPÚBLICA	02
GOVERNADORES DA PROVÍNCIA OU DO ESTADO	06
OUTROS CARGOS: MEMBROS DE JUNTAS	08
TOTAL	49

4.4. Anos de mandatos

CARGOS OU MANDATOS EXERCIDOS CUMULATIVAMENTE	NÚMERO DE ANOS
VEREADOR	14
INTENDENTE OU PREFEITO MUNICIPAL	35
DEPUTADO PROVINCIAL OU ESTADUAL	99
DEPUTADO GERAL OU FEDERAL	18
SENADOR DO IMPÉRIO OU DA REPÚBLICA	12
GOVERNADOR DE ESTADO, PROVÍNCIA OU MEMBRO DE JUNTA GOVERNATIVA	12
TOTAL	190

N.B. A soma dos mandatos dos sacerdotes, norte-rio-grandenses natos ou radicados na Província, perfaz quase dois séculos de militância política. Não foram computados aqui os eventuais períodos de substituições e interinidade com duração menor do que um mês, nos governos e no parlamento, porque representam pouco no cômputo geral.

5.COMENTÁRIOS

O período império é muito fecundo de padres militantes da política. Os ideais republicanos, a pouca representatividade intelectual do seu tempo deram margem à eleição de muitos sacerdotes. *O que ocorreu na Europa medieval, se repetiria no Brasil. A batina se tornaria o refúgio da inteligência e da cultura. E quando, realizada a independência, teve-se de recorrer aos nacionais* [clérigos] *para preencher os cargos políticos do país, é sobretudo neles que se recrutarão os candidatos, escreveu Caio Prado Júnior.* Havia casos que um padre era eleito com 7 votos, dos quais quatro eram de clérigos eleitores. Exemplo: os deputados gerais junto à corte de Lisboa em 1821.

Um dado importante a ser considerado é a presença pouco significativa de membros do clero em cargos políticos eletivos após o concílio Vaticano II., como já aludimos anteriormente, contrariamente ao que aconteceu após o Concílio Vaticano I (1869-1870), em que verificamos uma participação considerável dos presbíteros antes, durante e depois dessa reunião de todo o episcopado da Igreja Universal. Pouco tempo após o Vaticano II, conhecemos apenas quatro casos em todo

os estado: a) a atuação do Padre José Dantas Cortez na Assembléia Legislativa do Estado; b) a presença de Monsenhor Walfredo no Senado e posteriormente no governo do Rio Grande do Norte e o exercício das funções de prefeito em Santana do Matos e Luiz Gomes pelos padres c) José Edson Monteiro e d)Oswaldo Rocha. É bom lembrar o que já escrevemos anteriormente: a Igreja Católica Apostólica romana levou 20 anos (de 1963-1983) para reformar a sua legislação universal, que datava de 1917 e com uma vigência de quase 66 anos.

O não engajamento político dos padres deve-se entre outros motivos também à deserção de muitos sacerdotes após o período conciliar reduzindo consideravelmente o quantitativo do clero das dioceses. Vale salientar que o Padre Sinval Leurentino de Medeiros, após a sua secularização, foi eleito prefeito de sua cidade natal, Florânia. O Padre José Luis da Silva, já laicizado, ex-vigário de Pendências e Ipanguaçu, chegou a candidatar-se a uma vaga na Assembléia Legislativa, mas não conseguiu ser eleito.

Não obstante a existência de muitas vocações para a vida pública, vários sacerdotes sentiam-se pressionados pela escassez sacerdotal, pelas normas da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), através dos seus Regionais, das atuais Províncias Eclesiásticas e das próprias dioceses que estabeleciam critérios e limites. Não podemos esquecer que a fase da revolução de 1964 tolheu bastante a participação dos sacerdotes na militância política. Apesar da liderança de muitos padres: párocos ou não, vários dentre eles eram desaconselhados a ingressarem na vida política, pois poderiam sofrer uma cassação, às vezes injusta, por motivos ideológios ou outras razões, se assim fosse do interesse das cúpulas estaduais ou nacionais.

Devemos considerar um fato muito importante: são em geral paróquias de grande ou médio porte, em se tratando de habitantes ou de extensão territorial, que ofereceram mais sacerdotes candidatos. Apesar de uma liderança forte em pequenas cidades e lugarejos, os sacerdotes aí se encontravam e se tornam mais assoberbados pelas tarefas e nem sempre poderiam ser liberados pelos bispos diocesanos para o exercício pelas cidades de Martins, Pau do Ferros e Campo Grande, que contaram com o maior número de sacerdotes em cargos e funções políticas, em termos relativos e absolutos, mas elevados do que Natal, Mossoró e Caicó, se considerarmos algumas paróquias e cidades posteriormente desmembradas das referidas freguesias ou que eram curadas pelos Vigários daquelas sedes.

Dos 38 sacerdotes encontrados como militantes políticos, 24 dentre eles exerciam o magistério ativamente, mostrando assim mais um dado de sua liderança e influência sobre as comunidades. É digno de nota a observação dos historiadores ao afirmarem que os padres da diocese de Olinda (de 1817-1889) eram, em sua grande maioria, respeitados e líderes acatados. Assim resume José Honório Rodrigues: *"O clero, na sua maioria composto de nacionais, integrado na sociedade, identificado com o país e o povo, vivendo seus problemas, conhecendo suas necessidades e inquietações, ensinou sempre o espírito do cristianismo e mostrou na prática, como este se casava com os ideais democráticos"*.

A prática do magistério aliada ao exercício da militância política demonstra que nem sempre as freguesias exigiam dos seus pastores tempo integral e dedicação exclusiva, sendo as funções compatíveis no dia a dia da vida paroquial,

pois nem sempre os Vigários dispunham de auxiliares para os seus eventuais impedimentos e/ou afastamentos, exceto quando se tratava das maiores paróquias, que dispunham de vigários cooperados ou pró-párocos (atuais vigários paroquiais).

A idade do engajamento político acontece na maioria dos casos entre os 30 e 40 anos (23 casos = 60%). Há uma incidência de 11 casos de militância após os 40 anos, o que representa 29%. Temos quatro sacerdotes cujas idades de início da vida pública não podemos comprovar, o que significa 11% do universo estudado. Isso nos leva a crer que após os 30 anos de idade, os sacerdotes, talvez, apresentem um certo cansaço da vida apostólica e magisterial, tornando-se às vezes até rotineira e desejam desta forma diversificar suas atividades, impelidos que são por uma liderança social e comunitária e a problemática econômica dos seus paroquianos. É uma etapa de mais realismo, passada a fase de um maior idealismo da vocação espiritual e mística. É inexistente o ingresso na vida política antes dos 30 e depois dos 60 anos.

Além do *status* e da condição ou posição de presbítero, o exercício da funça de vigário, Pároco, Pró-Pároco, Vigário Encomendado ou encarregado, Vigário Cooperador e Capelão contribui de forma privilegiada para o engajamento dos padres na vida política. Dos 38 sacerdotes pesquisados, apenas quatro não eram vigários propriamente ditos. O contato com os problemas do povo, o esquecimento deste pelos governantes, seu sofrimento e o abandono de outros políticos são um convite forte para o ingresso na vida política com uma tentativa de resposta aos anseios dos paroquianos.

A maior contribuição de sacerdotes militantes da vida política do Rio Grande do Norte, enquanto detentores de mandatos, vem da zona oeste potiguar. 15 sacerdotes (40%) exerciam o seu múnus pastoral em paróquias da atual diocese de Mossoró. 12 padres (31%) viveram o seu sacerdócio no território da atual arquidiocese de Natal. 05 presbíteros (13%) atuavam como pastores na dioceses de Caicó e 06 sacerdotes (16%) exerciam o paroquiato na atual arquidiocese de Olinda e Recife. Vale lembrar que atualmente existe apenas um sacerdote com cargo eletivo (prefeito) e este pertence à diocese mossoroense. O que levaria os sacerdotes mossoroenses a uma maior participação política? Este questionamento mereceria um estudo especial. No entanto é inegável a tradição democrática e libertária dessa região potiguar, pioneira na libertação dos escravos e marco de instituições educacionais, culturais e literárias, celeiro de debates e criatividade.

6. CONCLUSÕES

Se analisarmos as razões que levaram os sacerdotes a uma militância política, encontraremos uma série de fatores. Sabemos que são vários os motivos que contribuíram para os padres tomarem tais decisões às vezes, até mesmo a contragosto da autoridade diocesana. Em certos casos, observamos uma reaação às oligarquias dominantes, em outros, um desejo de melhor servir às comunidades, pouquíssimas vezes para atender a solicitações de chefes políticos locais ou estaduais. Alguns sacerdotes manifestaram desde cedo uma vocação política, partindo de uma convicção pessoal ou de uma tradição familiar.

Há de se ressaltar que nenhum dos sacerdotes engajados na política abandonara o sacerdócio. A única execeção é o Padre Bartolomeu Rocha Fagundes, que foram excomungado porque não quis abjurar a Maçonaria. Muitos deles foram exemplares e obedientes, devotados ao seu rebanho e

à causa de Deus, zelosos e fiéis, apesar de eventuais incompreensões, oposições e até condenações de colegas e superiores.

Notamos que os padres que militaram na vida política não enriqueceram ou não adquiriram bens. Alguns se tornaram até mais pobres, ao contrário de muitos dos seus colegas leigos, o que demonstra uma postura ética e um senso de responsabilidade com a coisa pública.

Pelo que se depreende ou inferimos dos relatórios, dados históricos e narrações dos livros de tombos, foram bons administradores e legisladores, superando a média dos outros políticos - o que caracteriza uma seriedade com o mandato recebido e um respeito ao seu eleitorado. Trabalharam muito pels territórios para os quais foram eleitos e muitas cidades lhes são devedoras pelo muito que fizeram e evitaram de mal, nos locais e nas instâncias onde atuavam.

O exercício do mandato, pelo que se infere da leitura de vários documentos, não acarretou desvio de conduta sacerdotal. Os escândalos que advieram de algum membro do clero foram bem pouco significativos nos detentores de cargos políticos , menos numeroso e duradouros junto às comunidades do que os contra-testemunhos do sacerdotes que nunca abraçaram a militância política.

Os prelados diocesanos, apesar da discordância pelo engajamento político, não retiraram dos seus sacerdotes candidatos e eleitos a confiança e a credibilidade. Assim, encontramos entre os detentores de mandatos:03 vigários gerais, 03 visitadores diocesanos (cargos que se assemelham ao do vigário episcopal) e vários deles eram portadores de títulos e dignidades eclesiásticas: 05 monsenhores e 06 cônegos (quatro da época do Império. Convém lembrar que, durante o Império ou o período do Brasil Colônia, em que vigorava o Padroado, havia a côngrua especial destinada aos cônegos das igrejas capitulares ou colegiadas, o que restringe um pouco o número de tais dignidades entre os de São Luís do Maranhão, as dioceses brasileiras possuíam em média 24 cônegos entre os titulares e honorários . Ora, é sabido que a antiga diocese de Olinda compreendia quatro províncias. Desta forma, é possível concluir que cada uma delas contava com uma meia dúzia de cônegos. E sendo 04 o número de cônegos norte-rio-grandenses engajados na vida política, no período do Império, ele é bem representativo e muito significante.

Não é por demais salientar que monsenhor Walfredo Dantas Gurgel, mesmo na vigência de um mandato de deputado federal em 1952 (apesar de ter ficado como suplente de 1951-55, assumiu uma cadeira na Câmara em 1951-52), foi eleito Vigário Capitular (atual Administrador diocesano) da Diocese de Caicó que se encontrava vacante, em decorrência da promoção de Dom José de Medeiros Delgado a Metropolitana da Arquidiocese de São Luís do Maranhão.

No pontificado de Dom Adauto Aurélio de Miranda Henriques, enquanto Bispo da Paraíba e Administrador Apostólico da recém-criada diocese de Natal (1894-1911), o Monsenhor José de Calazans Pinheiro foi o único sacerdote norte-rio-grandense a exercer cargo eletivo político, na qualidade de Intendente e Vereador em Natal. Talvez isso se explique pelo advento das conclusões e determinações de Cartas Pastorais do Episcopado, muitas delas influenciadas pelo episódio da Questão Religiosa , que envolvera os bispos de Olinda e Belém do Pará, respectivamente Dom Vital Gonçalves e Dom Macêdo Costa, bem como pela Proclamação da República, que separou Igreja e Estado, dando autonomia às dioceses. Parece que à medida em que

as determinações vão sendo esquecidas ou atenuadas, como acontece na gestão de Dom Joaquim Antônio de Almeida, primeiro bispo de Natal, os sacerdotes vão ingressando na política. Assim temos três sacerdotes (Padre José Antônio da Silva Pinto, Vigário de Campo Grande, Padre Tertuliano Fernandes de São Miguel e Cônego Estevão Dantas, em Natal). Vale salientar que estamos ainda sob o forte impacto do Código de Direito Canônico, promulgado em 1917 e vigendo a partir de maio de 1918, como já aludimos na introdução deste trabalho estamos ainda sob o forte impacto Código de direito Canônico, promulgado em 1917 e vigendo a partir de maio de 1918, como já aludimos na Introdução deste trabalho voltado para o humano e o social, nenhum sacerdote da diocese natalense ingressou na vida política, só voltando acontecer no espiscopado de Dom Nilvado Monte, com a eleição do Padre José Edson Monteiro para a Prefeitura de Santana do Matos, não tendo ele concorrido mais a cargo eletivo nos pontificados de Dom Alair Villar Fernandes Raposo de Melo e dom Heitor de Araújo Sales.

É interessante que durante o episcopado de Dom Eliseu Simões Mendes em Mossoró, que desenvolveu grande atividade social como parte de seu apostolado, nenhum sacerdote de sua diocese quis se candidatar. Ressaltamos também que durante o pontificado de Dom João Batista Portocarrero costa, inexiste sacerdote na política. Isto se deve talvez a vários motivos, entre eles, sem dúvida, seu espírito aberto aos problemas sociais, fruto de seu apostolado como assistente de movimentos de Ação Católica, bem como por conta da influência das decisões e normas emandas do concílio Plenário Brasileiro. A candidatura de Padre Oswaldo para a Prefeitura de Luiz Gomes acontece durante os episcopados de Dom Gentil Diniz Barreto e Dom José Freire Neto. Vale Lembrar que Mons. Motta é o único sacerdote que exerceu na sua permanência como titular da diocese mossoroense, tendo iniciado seu mandato, quando Dom Marcolino era administrador apostólico do bispado.

Por outro lado, em Caicó, que teve seu primeiro antítese na pessoa de Dom José de Medeiros Delgado com um grande apostolado também muito voltado para o social, surgiu a candidatura de Monsenhor Walfredo Gurgel. Lembremo-nos de que a primeira candidatura do Monsenhor Walfredo é para a constituinte de 1946, após a volta do estado de direito e a queda de Vargas. Mais curioso ainda é que no pontificado de Dom José Adelino Dantas na citada diocese caicoense, prelado cm um trabalho mais espiritual e místico, o referido sacerdote deixou temporariamente a vida política, apesar da suplência como deputado federal, reiniciando-a somente o governo de Dom Manuel Tavares de Araújo, período que surge igualmente a candidatura do Padre José Dantas Cortez, que não mais se candidatou nos pontificados de Dom Heitor de Araújo Sales e Dom Jaime vieira Rocha.

As constatações indicam que a militância nem sempre tem a ver com o perfil do apostolado do bispo diocesano. Ela pode acontecer tanto num pontificado mais "*ad intra*" quanto num episcopado mais voltado para uma atividade social. Assim do 22 arcebispos e bispos que governaram as três circunscrições eclesiásticas do Rio Grande do Norte de 1909 até os nossos dias, como bispos diocesanos ou administradores apostólicos, 10 prelados tiveram sacerdotes na militância político-partidária e 12 não contavam em seu clero com padres em cargos eletivos, o que representa um equilíbrio na aceitação por parte dos bispos para com os seus sacerdotes políticos. Se incluirmos Dom

Adauto, antes da criação do bispado do Rio Grande Do Norte, como prelados dois estados, o equilíbrio torna-se ainda maior 11/12 com pequena predominância para os bispos que não contaram cm padres em cargos eletivos. No entanto, se remontarmos aos tempos da diocese de Olinda, veremos que é bem maior o número de bispos, que têm em seus clero sacerdotes com militância política.

No governo da diocese (posteriormente Arcebispado) de Natal são os seguintes os bispos em ordem cronológica de 1909 até os nossos dias: 1. Dom Adauto Aurélio de Miranda Henriques, administrador apostólico *sede vacante*, 2. Dom Joaquim Antônio de Almeida, 3. Dom Adauto Aurélio de Miranda Henriques, administrador apostólico *sede vacante*, 4. Antônio dos Santos Cabral, 5. Dom José Pereira Alves, 6. Dom Marcolino Esmeraldo de Souza Dantas, (1° Arcebispo), 7. Dom Eugênio de Araújo Sales, Administrador apostólico *sede plena*, 8. Dom Nilvaldo Monte, 9. Dom Alair Villar Raposo Fernandes de Melo e 10. Dom Heitor de Araújo Sales.

São os seguintes os bispos de Mossoró por ordem de sucessão: 1. Dom Marcolino Esmeraldo de Souza Dantas, administrador apostólico *sede vacante*, 2. Dom Jaime de Barros Câmara, 3. Dom João Batista Portocarrero Costa, 4. Dom Eliseu Simões Mendes, 5. Dom Gentil Diniz Barreto e 6. Dom José Freire Neto.

No bispado de Caicó, temos os seguintes antíteses por ordem de nomeação: 1. Dom Marcolino Esmeraldo de Souza Dantas, administrador apostólico *sede vacante*, 2. Dom José de Medeiros Delgado, 3. Dom José Adelino Dantas, 4. Dom Manuel Tavares de Araújo 5. Dm Heitor de Araújo Sales e 6. Dom Jaime Vieira Rocha.

Críticas infundadas, impiedosas e injustas foram feitas a esses sacerdotes em razão de sua opções políticas. Podemos resumi-las em poucas palavras: indisciplina, má formação teológica e eclesiástica, desmazelo na cura do seu rebanho e traição ao mesmo, ausência de amor e de dedicação as suas dioceses ligações com famílias de políticos portentosos, aspiração a cargos de poder e mando etc. Muitas dessas acusações levianas foram lançadas igualmente na década de 50 contra os **"padres operários"** da França e são as mesmas que hoje são levantadas contra parte do clero, preocupado com a formação e defesa do homem total. Quantos hoje existem que são tachados de ingerência ou imisção indevida, intempestiva ou descabida no terreno social e político, quando ajudaram a organizar sindicatos, movimentos de bairros e de alfabetização, pastorais de favelas etc. Em detrimento daquilo que se convencionou chamar de formação religiosa, moral e dogmática. **"Muitos esquecem da realidade dogmática da Igreja do CRIST VERBO ENCARNADO"**, como um dia disse com precisão Monsenhor Phillips senador junto ao parlamento belga, também ilustre e respeitado professor de Teologia Dogmática da Universidade C atólica de Louvain, na Bélgica, umas das mais antigas e renomeadas da Europa.

Não deixa de ser interessante constatar que tudo aquilo que se diz atualmente sobre muitos bispos e sacerdotes que lutam e vivem perigosamente contra a injustiça e pelos direito humanos, não passa de uma reedição do que foi apregoado contra os sacerdotes dos movimentos revolucionários e do clero político da época do Império ou das Primeiras Repúblicas, dos tempos da Ditadura Vargas, Estado Novo da época da repressão política ou dos dias atuais. No entanto, todos esses argumentos caem por terra, quando sabemos que o clero que

enveredou por caminhos políticos era um dos mais cultos e preparados.

Segundo João Maurício Wanderley, citado por Gilberto Vilar: **"o clero baiano e olindense era pobre e culto"**. Outros autores comprovam a afirmação de Wanderley. "*O clero* [do Brasil] *era diferente do atual. A nossa visão acerca do clero é condicinada pela imagem do concílio tridentino que é - afinal de contas - a do clero europeu, distante. Ora o clero do Brasil colonial e imperial não era nem tão tridentino nem burguês como pode se imaginar à primeira vista*", escreveu J. Scarano, citado por Hoornaert.

Os sacerdotes em sua maioria eram queridos pelos seus bispos e seus paroquianos, a tal ponto de lhes serem confiados cargos importantes na esfera religiosa. É sabido que muitos tiveram de recuar, apesar da consciência de que poderiam por um lado prejudicar o povo de Deus, por amor à Igreja, por indisciplina e rebeldia? Não acreditamos que esses padres ambicionavam a cargos e posições, pois até certo tempo o estado clerical dava *status* e era uma categoria social elevada, digna de crédito e de estima pela quase totalidade das populações urbana e rural.

A opção política do sacerdote trata-se de uma vocação especial, que deve ser respeitada. Não estariam esses sacerdotes, num determinado momento histórico, exercitando de uma maneira mais provada e autêntica sua fé, levando-a a um engajamento humano necessário e imprescindível, relacionando-a com uma antropologia, sem a qual essa fé seria vazia e teórica?

Sem dúvida, tais padres com certeza absoluta não seriam melhores sacerdotes se abandonassem o seu povo, se rebanho, estando ao lado dos que oprimem e exploram! Cristo não nos ensinou apenas a contemplação, mas testemunhou e nos mostrou que a ação é indispensável e às vezes impreterível. É verdade que Ele um dia dissera: "*o meu Reino não é deste mundo*" (Jo 18,36). Mas, é o mesmo que assim falou: " *tudo o que fizerdes a um destes pequeninos, que são meus irmãos, é a mim que o fazeis*" (Mt 25, 40), quando se referiu às obras de misericórdia.

Isto leva-nos a refletir sobre a validade do engajamento político dos sacerdotes norte-rio-grandenses. Podemos dizer que alguns padres não estavam preparados para as lides políticas. É verdade. Mas perguntemo-nos se os políticos profissionais e os que fazem da política partidária sua razão de ser e sua opção de vida também o estavam, quando iniciaram a militância? E se estavam preparados agiram melhor que seus colegas eclesiásticos?

É justo que se conclua afirmando que a militância dos padres pode se comprovada também como um serviço a mais prestado por aqueles que se consagram Deus e ao seu povo, sendo igualmente uma forma de vivência carismática do ministério sacerdotal.

No entanto, é mister uma profunda e criteriosa reflexão para se concluir a respeito da necessidade, da importância, da conveniência ou oportunidade do engajamento dos sacerdotes na política. É sempre tênue o limite entre o carisma e o poder. O sacerdócio é antes de tudo carisma. A militância política poderá se tornar até certo ponto uma forma de poder se não for bem conduzida e vivida com retidão, o que dista do ideal cristão e presbiteral. Temos aqui a mesma discussão tradicional da temática histórica e teológica da **Imanência e Transcendência** da Igreja.

Vale a regra que outrora aprendemos nos cursos filosóficos dentro dos seminários: **o que se proíbe no geram nem sempre se proíbe no**

particular. O que se proibiu ou se proíbe aos padres com corporação e clero nem sempre é proibido a um sacerdote ou a um grupo deles. O difícil é julgar cada caso particular, o contexto, no tempo e no espaço, as circunstâncias que jogam imediatamente com a realidade histórica e com a comunidade dos cristãos, ou seja, do povo de Deus. Mas, para isso, acreditamos, somos assistidos pelo Espírito Santo, sobretudo quem detém a graça de estado e o dever de governar bem esse mesmo povo de Deus.

Vemos que não é fácil julgar sob aspecto ético, disciplinar, histórico e teológico. Desta forma, não podemos emitir moral sobre alguém, que em sã e onerada consciência, lançou-se (ou lançar-se-á) nessa tarefa por amor aos irmãos de Cristo e filhos de Deus.

7. BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ALMEIDA, L. C. Notas para história dos seminários. **In Revista Eclesiástica Brasileira.** Petrópolis, Vozes, 1949 [114 - 130].

AZEVEDO, T. **Igreja e estado em tensão e crise.** São Paulo, Ática, 1978.

AZZI, R. O movimento brasileiro de reforma católica durante o século XIX. In: **Revista Eclesiástica Brasileira.** Petropólis, Vozes, 1974 [134].

BALÉM, J. M. Bispos e Prelados no Brasil. In **Revista Eclesiástica Brasileira.** Petrópolis Vozes, 1945 [855].

BEZERRA, S [Mons]. **Levitas do Senhor.** 2 Vols. Natal, Clima/FJA, 1987. _____. **Levitas do Senhor no Oeste -Potiguar.** Mossoró, Fundação Guimarães Duque, 1987.

BÍBLIA SAGRADA . Tradução ecumênica. São Paulo, Loyola, 1995.

BRITO, L. **A Gloriosa Sotaina do Primeiro Império.** São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1937.

CAMARGO, P. F. S. **História Eclesiástica do Brasil.** Petrópolis, Vozes, 1945.

CARVALHO, G. V. **A influência do clero nas Revoluções Republicanas 1817-1824.**Petrópolis, Vozes, 1982.

CARVALHO, J. G. V. **Ideologia e Raízes do Clero da Conjuração.** UFV, Imprensa Universitária, 1978.

CASCUDO, L. C. **História do Rio Grande do Norte.** 2. Ed. Rio de Janeiro, Achiamé, 1987.

CNBB. **IGREJA DO BRASIL. Diretório Litúrgico** - 1999. Petrópolis, Vozes, 1998.

CÓDIGO DE DIREITO CANÔNICO. [Tradução oficial da CNBB. Notas e Comentários de Pe. Jesus S. Hortal]. São Paulo, Loyola, 1983.

COMBLIN, J. Situação histórica dos catolicismo brasileiro. In: **Revista Eclesiástica Brasileira.** Petrópolis, Vozes, 1966 [574-601].

_____. Para uma tipologia do catolicismo brasileiro. In: **Revista Eclesiástica Brasileira.** Petrópolis, Vozes, 1968 [46-73].

DANTAS, J. A. [Dom]. **Homens e Fatos do Seridó Antigo.** Garanhuns, Ed. O Monitor, 1962.

DUARTE, L. [Dom]. **O Clero e a Independência.** 2. ed São Paulo, Paulinas, 1972.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil.** Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1959.

HOORNAERT, E. **Formação do catolicismo brasileiro: 1550-1850. 2. ed** . Petrópolis, Vozes, 1978.

_____. Et alii. **História da Igreja no Brasil.** 2. ed t. II/2. Petrópolis vozes, 1980.

MELO, J. A. **Natureza e História do Rio Grande do Norte.** Natal, Imprensa Oficial, t. I. s/d.

MENEZES, R. **Dicinário literário brasileiro**. Rio de Janeiro, L.T.C., 1978.

MERCADANTE, P. **A Consciência Conservadora no Brasil**. Petrópolis, Vozes, 1972.

MORAES, V. **O patriotismo e o clero no Brasil**. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1929.

MUELLER, B. Dom Frei José Fialho, bispo de Olinda e arcebispo da Bahia. In: **Revista Eclesiástica Brasileira**. Petrópolis, Vozes, 1951 [347].

NOBRE, M. F. **Breve notícia sobre a Província do Rio Grande do Norte** 2. Ed. Rio de Janeiro, Pongetti, 1971.

PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo, Brasiliense, 1961.

PIRES, H. Os construtores da História Eclesiástica no Brasil. In: **Revista Eclesiástica Brasileira**. Petrópolis, Vozes, 1943 [79-95].

RODRIGUES, J. H. O Clero e a Independência. In: **Revista Eclesiástica Brasileira**. Petrópolis, Vozes, junho, 1972.

_____. **Conciliação e Reforma no Brasil**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965.

_____. **História e Historiografia**. Petrópolis, Vozes, 1970. TAVARES DE LIRA, A. **História do Rio Grande do Norte**. 2. ed. Natal, Fundação José Augusto, 1982.

TOMÁS DE AQUINO, S. **Summa Theologica**. Roma e Turim, Marietti, 1949.

TORRES, J. C. O. **História das Idéias Religiosas no Brasil**. São Paulo, Ed. Grijalbo, 1968.

ANEXO I - RELAÇÃO DOS PADRES

SACERDOTES QUE OCUPARAM CARGOS POLÍTICOS: VEREADOR, PREFEITO, INTENDENTE, DEPUTADO PROVINCIAL, GERAL, FEDERAL, SENADOR, GOVERNADOR, PRESIDENTE DE PROVÍNCIA, DE ASSEMBLÉIA, MEMBRO DE GOVERNOS, CHEFES POLÍTICOS E PARÓQUIAS ONDE ATUAVAM COMO PRESBÍTEROS.

1. **Antônio Fernandes da Silva Queiroz** (1843-?), Vigário de Pau dos Ferros e de Luiz Gomes entre 1872-1876. Chefe Político em Luiz Gomes e Pau dos Ferros. Eleito para a Assembléia Provincial não assumiu o cargo.

2. **Antônio de Albuquerque Montenegro [ou Azevedo]** (17??-1840), Vigário de Goianinha, deputado junto à Corte Constituinte em Lisboa, em 1821. N. B. Gilberto Vilar dá-lhe um sobrenome de Azevedo, ao contrário de Câmara Cascudo e Tavares de Lira.

3. **Antônio Freire de Carvalho, Cônego** (1821-1908), Vigário de Mossoró, foi vereador da primeira Câmara Municipal, em 1852. Era natural de Açu.

4. **Antônio Joaquim Rodrigues** (1821-1908) Vigário de Mossoró, foi deputado da Assembléia Provincial, a partir de 1854, durante sete mandatos bienais. Era natural do Ceará, mas cresceu em Apodi.

5. **Antônio de Souza Martins** (1818-1889), Vigário de Martins. Foi vereador por dois mandatos e deputado provincial durante duas legislaturas, de 1848-1851. Era natural de Souza na Paraíba.

6. **Antônio Xavier Garcia de Almeida**, pregador da Capela Imperial e Professor do Ateneu Norte-rio-grandense, exercia o ministério sacerdotal em Natal, foi deputado provincial durante três legislaturas, ou seja, de 1835-1841. Era sobrinho de Frei Miguelinho pelo lado materno.

7. **Ambrósio Silva, Cônego** (1900-

1957), Vigário de Florânia e Jucurutu, Acari e Cruzeta. Candidato a Prefeito de Florânia, em 1948, tendo sido derrotado. Era natural de Bezerros em Pernambuco.

8. **Bartolomeu da Rocha Fagundes** (1813-1896), Vigário de Natal. Membro do Partido Liberal, foi deputado provincial quatro vezes: 1848-49, 1850-51, 1864-65, 1866-67, governou a Província do Rio Grande do Norte, como vice-presidente em 1868. Natural de Canguaretama.

9. **Bernadino José de Queiroz, Cônego** (1820-1884). Vigário de Pau dos Ferros e Portalegre. Foi deputado provincial durante três legislaturas: 1868-69; 1878-79; 1880-81. Era filho de Pau dos Ferros.

10. **Cosme Leite da Silva** (183-1909). Vigário de São Miguel. Fundador e chefe do Partido Liberal Natural de Pau dos Ferros.

11. **Estevão José Dantas, Cônego** (1860-1929). Vigário de Natal. Membro do Governo Republicano de 1817.

12. **Feliciano José Dornelas** (??), era Vigário de Natal. Membro do Governo Republicano de 1817.

13. **Florêncio Gomes de Oliveira** (1813-1861), Vigário de Campo Grande, Caraúbas e Apodi. Membro do Partido Conservador, foi deputado provincial durante três legislaturas, entre 1852-1858. Era natural de Governador Dix-Sept-Rosado.

14. **Francisco Antônio Lumachi de Melo (??)**, Sacerdote na Paróquia de Natal. Em 1821 aparece como eleitor e escrutinador da eleição para escolha de deputado geral junto à Corte.

15. **Francisco de Brito Guerra** (1777-1845), vigário de Caicó. Foi deputado provincial duas vezes, deputado na Câmara do Império em um mandato e Senador do Império de 1837 até sua morte. Era natural de Campo Grande.

16. **Gonçalo Borges de Andrade** (1778 - 1823), Vigário de Martins, foi suplente de deputado na Corte de Lisboa em 1821. Natural de Martins.

17. **Inácio Pinto de Almeida Castro**, irmão do Frei Miguelinho e do Padre Manuel Pinto de Castro. Foi Vigário de Jaboatão e deputado provincial de 1829-1929. Nasceu em Natal.

18. **João Barbosa Cordeiro (??)**, tomou parte ativa na Revolução de 1817. Preso e anistiado, voltou a conspirar na Revolução de 1824. Preso novamente fugiu. Era grande orador e poeta.

19. **João Barbosa Cordeiro (??)**, Era a alma da Revolução de 1817 junto com Frei Miguelinho. Nomeado Visitador episcopal para a sua terra, percorreu todo o Rio Grande do Norte. Faleceu em Extremoz, onde posteriormente seu filho (o padre João tornou-se sacerdote após enviuvar), Joaquim, também sacerdote, exumou seus restos mortais de Pititinga e os inumou em Extremoz.

20. **João Manuel de Carvalho** (1841 - 1899), vigário em Natal, foi deputado provincial de 1867-68, 1870-71, 1876-77 e deputado geral na Corte Imperial de 1873-76 e de 1886-89, sendo presidente do Estado como vice-presidente da Assembléia Provincial.

21. **João da Matha Paiva, Monsenhor** (1897 - 1965), exercia o ministério sacerdotal em Natal, deputado estadual, presidente da Assembléia, governou o Rio Grande do Norte, em 1936. Natural de São José de Mipibu.

22. **João Francisco Fernandes Pimenta** (1786-1827), Vigário de Apodi e Portalegre, foi membro da junta do Governo Provisório, presidida pelo Padre Manoel Pinto de Castro (1822-1824). Era natural de Apodi.

23. **José Antônio da Silva Júnior** (1860-1920). Vigário de Campo Grande, foi deputado estadual de 1913-1915. Natural de Bananeiras na Paraíba.

24. **José de Calazans Pinheiro, Mosenhor** (1866 - 1946), Sacerdote e

professor em Natal, foi Intendente de Natal e vereador por três legislaturas assim como Presidente do Conselho Consultivo do EStado do Rio Grande do Norte, em 1931 por nomeação do Presidente da República, no governo Vargas. Natural de São Gonçalo do Amarante.

25. **José Dantas Cortez** (1936-), Vigário de Currais Novos e Florânia, foi deputado estadual em 1974-78. Nasceu em Acari.

26. **José Edson Monteiro** (1928-), Vigário de Santana do Matos, foi prefeito desta cidade por duas vezes. Natural de Angicos.

27. **Luiz Ferreira da Cunha Motta, Monsenhor** (1897-1966), Vigário de Mossoró, foi prefeito de sua Cidade Natal em 1936. Natural daquele município.

28. **Luiz Marinho de Fretas** (1828-1902), Vigário de Caraúbas e Primeiro Presidente da Câmara de Vereadores daquela cidade em 1864. Era natural de triunfo (Campo Grande).

29. **Manoel Gonçalves Fontes** (1773-1849), Vigário de Pau dos Ferros. Membro da Junta do Governo revolucionário de 1817. Era natural de Pernambuco, da cidade de Recife..

30. **Manoel Gonçalves Soares de Amorim** (1851-195), Vigário de Jucurutu, Santana do Matos e depois também em Pernambuco, onde foi deputado provincial por duas legislaturas, em 1884-87. Era nascido em Açu.

31. **Manoel José Fernandes, Cônego** (1800-1858), conhecido como Visitador Fernandes, foi Vigário de Caicó, sobrinho do Padre Guerra. Foi deputado provincial durante 20 anos, de 1835-1855, tendo sido Presidente da Assembléia Provincial cinco vezes. Era natural de Campo Grande.

32. **Manuel Pinto de Castro** (1774-1850), Vigário de Natal, foi Presidente do Conselho Geral da Província e Presidente da Junta do Governo governou o Rio Grande do Norte em 1832 e 1833, nas ausências e impedimentos do Presidente da Província. Nasceu em Natal.

33. **Miguel Joaquim de Almeida Castro [Frei Migueinho]**, (1768-1817), Secretário da Junta governativa da Revolução de 1817 em Recife. Nasceu em Natal.

34. **Oswaldo Rocha** ( ), Vigário de Luiz Gomes, prefeito três vezes daquele Munícipio. Natural de Pau dos Ferros.

35. **Paulo Herôncio de Melo, Monsenhor** (1901-1963), Vigário de Macau. Foi prefeito daquela cidade de 1931-1933. Natural de Natal.

36. **Pedro José de Queiroz e Sá, Cônego** (?-1878), Vigário de Martins, foi deputado provincial durante 12 anos, de 1835-1847. Era natural de Martins.

37. **Tertuliano Fernandes de Queiroz** (1867-1935), Vigário de São Miguel, onde foi prefeito em 1930 e deputados em duas legislaturas, 1913-14; 1915-16. Nasceu em Pau dos Ferros.

38. **Walfredo Dantas Gurgel, Mosenhor** (1906-1971), Vigário de Caicó, foi deputado federal, senador da República, vice-governador e governador do Rio Grande do Norte. Nasceu em Caicó.

ANEXO II - PARÓQUIAS ONDE NASCERAM OS PADRES OU EXERCIAM SEU MINISTÉRIO SACERDOTAL.

Paróquias onde nasceram	Número de Padres	Paróquias onde atuavam	Número de Padres	Total Geral
Acari	1	Acari	0	1
Açu	2	Açu	0	2
Angicos	1	Angicos	0	1
Apodi	2	Apodi	1	3
Bananeiras	1	Bananeiras	0	1
Bezerros	1	Bezerros	0	1
Caicó	1	Caicó	3	4
Campo Grande	3	Campo Grande	2	5
Canguaretama	1	Canguaretama	0	1
Caraúbas	0	Caraúbas	1	1
Currais Novos	0	Currais Novos	1	1
Florânia	0	Florânia	1	1
Goianinha	0	Goianinha	1	1
Gov. Dix-Sept	1	Gov. Dix-Sept	0	1
Jaboatão	0	Jaboatão	1	1
Luiz Gomes	0	Luiz Gomes	1	1
Macau	0	Macau	1	1
Martins	2	Martins	3	5
Mossoró	1	Mossoró	2	3
Natal	4	Natal	9	13
Outras desconhecidas	7	Outras desconhecidas	3	10
Pau dos Ferros	5	Pau dos Ferros	3	8
Recife	1	Recife	0	1
Santana do Matos	0	Santana do Matos	1	1
S. Gonçalo do Amarante	1	S. Gonçalo do Amarante	0	1
S. José do Mipibu	2	S. José do Mipibu	0	2
São Miguel	0	São Miguel	2	2
Souza	1	Souza	0	1
També	0	També	1	1
Total	38	Total	38	—

ANEXO III - ANOS DE MANDATOS, NOME DOS SACERDOTES E CARGOS EXERCIDOS

Anos	Nomes dos Sacerdotes	Cargos exercidos
1817	Feliciano José Dornelas, João Barbosa Cordeiro, João Damasceno Xavier Carneiro, Manoel Gonçalves Fontes e Miguel Joaquim de Almeida Castro (Frei Miguelinho)	Membros da Junta do Governo da Revolução de 1817
1821-22	Antônio de Albuquerque Montenegro, Gonçalo Borges de Andrade,	Deputados junto à Corte de Lisboa
1822-23	João Francisco Fernandes Pimenta e Manuel Pinto de Castro	Membros da Junta do Governo Provisório
1823-24	João Barbosa Cordeiro	Participante da Revolução junto com Frei Caneca
1826-29	Inácio Pinto de Almeida Castro	Deputado Provincial por Pernambuco
1830-31	Francisco de Brito Guerra	Deputado Geral no Império
1832-33	Manoel Pinto de Castro	Governou o RN como membro do Conselho do Governo
1832-33	Francisco de Brito Guerra	Deputado Geral no Império
1834-35	Francisco de Brito Guerra Pedro José de Queiroz e Sá Manoel José Fernandes Antônio Xavier Garcia de Almeida	Deputado Geral no Império Deputado Provincial Deputado Provincial Deputado Provincial
1837	Francisco de Brito Guerra	Senador Império
1838-39	Francisco de Brito Guerra Manoel José Fernandes Antônio Xavier Garcia de Almeida Pedro José de Queiroz e Sá	Senador do Império Deputado Provincial Deputado Provincial Deputado Provincial
1840-41	Manoel José Fernandes Antônio Xavier Garcia de Almeida Pedro José de Queiroz e Sá Francisco de Brito Guerra	Deputado Provincial Deputado Provincial Deputado Provincial Senador do Império
1842-43	Manoel José Fernandes Pedro José de Queiroz e Sá Francisco de Brito de Guerra	Deputado Provincial Deputado Provincial Senador do Império
1844-45	Manoel José Fernandes Pedro José de Queiroz e Sá Francisco de Brito de Guerra Antônio de Souza Martins (1845)	Deputado Provincial Deputado Provincial Senador do Império Vereador em Martins
1846-47	Manoel José Fernandes Pedro José de Queiroz e Sá Antônio de Souza Martins até 1848	Deputado Provincial Deputado Provincial Vereador em Martins
1848-49	Bartolomeu da Rocha Fagundes Manoel José Fernandes Antônio de Souza Martins	Deputados Provinciais
1850-51	Bartolomeu da Rocha Fagundes Manoel José Fernandes Antônio Souza Martins	Deputados Provinciais
1852-53	Florêncio Gomes de Oliveira Antônio Freire de Carvalho	Deputado Provincial Vereador em Mossoró
1854-55	Florêncio Gomes de Oliveira Manoel José Fernandes Antônio Joaquim Rodrigues	Deputados Provinciais
1856-57	Florêncio Gomes de Oliveira Antônio Joaquim Rodrigues	Deputados Provinciais
1858-59	Antônio Joaquim Rodrigues	Deputado Provincial
1864-65	Bartolomeu da Rocha Fagundes Luiz Marinho de Freitas	Deputado Provincial Vereador em Caraúbas
1866-67	Bartolomeu da Rocha Fagundes João Miguel de Carvalho	Deputados Provinciais

	Antônio Joaquim Rodrigues	
1868-69	Antônio Joaquim Rodrigues Bernardino José de Queiroz	Deputados Provinciais
1870-71	João Manuel de Carvalho Antônio Joaquim Rodrigues	Deputados Provinciais
1872-73	Antônio Joaquim Rodrigues	Deputado Provincial
1873-76	João Manuel de Carvalho	Deputado Geral n Império
1876-77	João Manuel de Carvalho	Deputado Provincial
1878-79	Bernardino José de Queiroz	Deputado Provincial
1880-81	Bernardino José de Queiroz	Deputado Provincial em Pernambuco
1884-85 1886-87	Manoel Gonçalves Soares de Amorim	Deputado Geral no Império
1886-89	João Manuel de Carvalho Júnior	Intendente em Natal
1904	José Calazans Pinheiro	Vereador em Natal
1905-06	José Calazans Pinheiro	Vereador em Natal
1907-08	José Calazans Pinheiro	Vereador em Natal
1909-10	José Calazans Pinheiro	Deputados Estaduais
1913-14	José Antônio da Silva Pinto Tertuliano Fernandes de Queiroz	Deputados Estaduais
1915-16	José Antônio da Silva Pinto Tertuliano Fernandes de Queiroz Estevão José Dantas	Deputados Estaduais
1930	Tertuliano Fernandes de Queiroz, Paulo Heróncio de Melo	Prefeito de São Miguel Prefeito de Macau
1934-37	João da Matha Paiva	Deputado Estadual Governador Interino do RN
1936	Luiz Ferreira da Cunha Mota	Prefeito De Mossoró
1946-50	Walfredo Dantas Gurgel	Deputado Federal
1951-55	Walfredo Dantas Gurgel	Suplente assume em 1951-52
1960-62	Walfredo Dantas Gurgel	Vice-Governador do RN
1962-66	Walfredo Dantas Gurgel	Governador do RN
1966-1971	Walfredo Dantas Gurgel	Prefeito de Santana do Matos
1968	José Edson Monteiro	Prefeito Luiz Gomes
1968-73	Oswaldo Rocha	Prefeito Luiz Gomes
1974-78	José Dantas Cortez	Deputado Estadual
1978-82	José Edson Monteiro	Prefeito de Santana
1982-88	Oswaldo Rocha	Prefeito Luiz Gomes
1996-2000	Oswaldo Racha	Prefeito Luiz Gomes

ANEXO IV - LISTA DOS SACERDOTES E CARGOS EXERCIDOS
I - SACERDOTES VEREADORES

Número	Nome dos Sacerdotes	Anos dos Mandatos
01	Antônio Freire de Carvalho	1852-53
02	Antônio de Souza Martins	1844-48
03	José de Calazans Pinheiro	1905-10
04	Luiz Marinho de Freitas	1864-65

II - SACERDOTES PREFEITOS OU INTENDENTES

Número	Nome dos Sacerdotes	Anos dos Mandatos
01	José de Calazans Pinheiro	1904
02	José Edson Monteiro	
03	Luiz Ferreira da Cunha Motta	1936
04	Oswaldo Rocha	
05	Paulo Heróncio de Melo	1930
06	Tertulian Fernandes de Queiroz	1930

III - SACERDOTES DEPUTADOS PROVINCIAIS E ESTADUAIS

Número	Nome dos Sacerdotes	Anos dos Mandatos
01	Antônio Fernandes da Silva Queiroz	1874 não assumiu
02	Antônio Joaquim Rodrigues	1854-73
03	Antônio de Souza Martins	1848-51
04	Antônio Xavier Garcia de Almeida	1835-41
05	Bartolomeu da Rocha Fagundes	1848-51; 64-67
06	Bernardino José de Queiroz	1878-81
07	Estevão José Dantas	1915-16
08	Florêncio Gomes de Oliveira	1854-57
09	Francisco de Brito Guerra	1830-31
10	Inácio Pinto de Almeida Castro	1826-29
11	João Manuel de Carvalho	1866-73
12	João da Matha Paiva	1935-37
13	José Dantas Cortez	1974-78
14	José Antônio da Silva Pinto Júnior	1913-16
15	Manoel Gonçalves Soares Amorim	1884-87
16	Manoel José Fernandes	1835-37
17	Manuel Pinto de Castro	1935-47
18	Pedro José de Queiroz e Sá	1835-47
19	Tertuliano Fernandes de Queiroz	1913-16

IV - SACERDOTES DEPUTADOS GERAIS E FEDERAIS

Número	Nome dos Sacerdotes	Anos dos Mandatos
01	Antônio de Albuquerque Montenegro	1821-22
02	Francisco de Brito Guerra	1831-37
03	Gonçalo Borges de Andrade	1821-22
04	João Manuel de Carvalho	1873-76; 86-89
05	Walfredo Dantas Gurgel	1946-50; 51-52

VI - SACERDOTES GOVERNADORES DA PROVÍNCIA OU ESTADO

Número	Nome dos Sacerdotes	Anos dos Mandatos
01	Francisco de Brito Guerra	1837-45
02	Walfredo Dantas Gurgel	1962-66

VII - SACERDOTES QUE INTEGRARAM O GOVERNO REVOLUCIONÁRIO OU JUNTA DE GOVERNO PROVISÓRIO OU TEMPORÁRIO

Número	Nome dos Sacerdotes	Anos dos Mandatos
01	Feliciano José Dornelas	1817
02	Francisco Antônio Lumachi de Melo	1822
03	João Barbosa Cordeiro	1817 e 1824
04	João Damasceno Xavier Carneiro	1817
05	João Francisco Fernandes Pimenta	1822
06	Manoel Gonçalves Fontes	1817
07	Manuel Pinto de Castro	1832
08	Miguel Joaquim de Almeida Castro	1817

AS SEMENTES
DO PÁU-BRASIL NO
CENTRO ADMINISTRATIVO
DO ESTADO
ESTÃO SERVINDO
PARA O IBAMA
FAZER MUDAS.
IBIRAPITANGA
ESPERA
O SEU
CONVITE

AGRADECIMENTOS

Nesta Edição
em homenagem
ao professor
Ulisses Celestino de Goes
criador
da Fundação Cultural
Padre João Maria
fazemos
os sinceros agradecimentos
pelas Colaborações Recebidas
de Jairo Procópio de Moura,
Instituto de Radiologia Geral de Natal,
Escola Doméstica de Natal e
Governo do Estado-
pelo Departamento Estadual de
Imprensa

ERRATA

O texto da fotografia é o seguinte: "Na Segunda Guerra Mundial Natal/RN recebeu o Presidente Roosevelt, com o Presidente Getúlio Vargas para acerto dos ponteiros sobre o combate nos continentes americano, africano e europeu".

21